

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ÂNGELA ROSANE DE OLIVEIRA

ASMARE: REVENDO VALORES E FORJANDO UMA NOVA GESTÃO
EM CONTEXTO DE CRISE

Belo Horizonte

2017

ÂNGELA ROSANE DE OLIVEIRA

**ASMARE: REVENDO VALORES E FORJANDO UMA NOVA GESTÃO
EM CONTEXTO DE CRISE**

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Social

Linha de Pesquisa: Trabalho, sociabilidade e saúde

Orientadora: Prof^ª Dra. Vanessa Andrade de Barros

Coorientadora: Prof^ª Dra. Maria Elizabeth Antunes Lima

Belo Horizonte

2017

150 Oliveira, Ângela Rosane de
O48a Asmare [manuscrito]: revendo valores e forjando uma
2017 nova gestão em contexto de crise. / Ângela Rosane de
Oliveira. - 2017.
124 f.
Orientadora: Vanessa Andrade de Barros.
Coorientadora: Maria Elizabeth Antunes Lima.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Catador de material reciclável -
Teses. 3. Trabalho - Teses. I. Barros, Vanessa Andrade de. II.
Lima, Maria Elizabeth Antunes. III. Universidade Federal de
Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
IV. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

Asmare: Revendo valores e forjando uma nova gestão em contexto de crise.

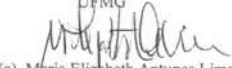
ANGELA ROSANE DE OLIVEIRA

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PSICOLOGIA, como requisito para obtenção do grau de Mestre em PSICOLOGIA, área de concentração PSICOLOGIA SOCIAL, linha de pesquisa Trabalho, Sociabilidade e Saúde.

Aprovada em 29 de maio de 2017, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Vanessa Andrade de Barros - Orientador

UFMG


Prof(a). Maria Elizabeth Antunes Lima


UFMG


Prof(a). Ana Valéria Carneiro Dias

UFMG


Prof(a). Valéria Heloísa Kepp

UFSJ


Prof(a). Lívia de Oliveira Borges

UFMG

Belo Horizonte, 29 de maio de 2017.

Aos catadores e catadoras da Asmare

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, velho “batuta” em memória, sempre presente e a minha mãe pelo incentivo e amor. Aos meus queridos irmãos, sobrinhos e tios pela afetividade.

Ao meu filho, cuja presença sempre foi marcada pela leveza. Obrigada por cobrir a minha vida de amor e esperança.

À Ró, minha parceira de vida. Gratidão eterna pela generosidade, pelo cuidado, pela paciência em cada momento vivenciado, pelas críticas e, principalmente, compartilhando comigo a alegria de finalizar cada capítulo.

À profa. Beth Antunes Lima, por tantos ensinamentos críticos em sala de aula, durante as supervisões e orientações. Sinto-me honrada pelo seu acompanhamento tão próximo em cada etapa da pesquisa. Obrigada pela sensibilidade com o tema e pela generosidade em acolher minhas inquietações.

À profa. Vanessa Andrade Barros, pelos aprendizados, pela disponibilidade, acolhimento e leitura cuidadosa do estudo.

Às professoras Valéria Kemp, Ana Valéria e Lívia por aceitarem prontamente o convite para compor a banca. Obrigada pelo cuidado e atenção que tiveram na leitura da dissertação e pelas valiosas contribuições durante a defesa.

Aos estagiários do curso de psicologia, por tantas contribuições, enriquecendo o campo e as discussões: Flávia, Enaile, Bruna, Isabelle, Marco Aurélio, Julie e também Sofia pelo apoio na organização da pesquisa.

Aos meus professores e colegas do mestrado, pelas trocas repletas de aprendizado e afetividade.

Aos amigos do INSEA: Diogo, Guilherme e Rosário pela parceria no trabalho junto a Asmare e pela riqueza das reflexões durante a volta para casa. Fabiana, Marislene, Leda, Luciano, América, Reginaldo, Leila, Lívia, Marcelo, Júlia, Carla, gratidão pelos momentos de troca valiosos e pela parceria desde o início da pesquisa.

Às amigas da Pastoral de Rua, Cristina Bove e Claudenice, pela colaboração com a pesquisa e pela oportunidade de participar dessa missão de vida.

À Carol, pela disponibilidade com a tradução.

À Rosana, Soninha, Jacqueline, Prof. Chico, Cascão, Zezé, Wander, Helô, Cida Gontijo, Geraldo Martins, pela amizade e pelo incentivo.

Aos amigos do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis pelos ensinamentos diários.

Aos catadores e catadoras da Asmare, pela confiança, pelas lições de vida e pela coragem.

À proteção divina.

*“Não pretendemos que as coisas mudem, se sempre fazemos o mesmo.
A crise é a melhor benção que pode ocorrer com as pessoas e países, porque a crise
traz progressos. A criatividade nasce da angústia, como o dia nasce da noite escura.
É na crise que nascem as invenções, os descobrimentos e as grandes estratégias.
Quem supera a crise, supera a si mesmo sem ficar ‘superado’. Quem atribui à crise
seus fracassos e penúrias, violenta seu próprio talento e respeita mais os problemas do que
as soluções. . . . Sem crise não há desafios; sem desafios, a vida é uma rotina, uma lenta
agonia. Sem crise não há mérito. É na crise que se aflora o melhor de cada um”.*

Albert Einstein

RESUMO

Oliveira, A. R. (2017). **Asmare: Revendo valores e forjando uma nova gestão em contexto de crise.** Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Esta pesquisa se propôs a estudar o processo de revitalização da Asmare, uma associação de catadores de materiais recicláveis de Belo Horizonte/MG num contexto de crise. Ela lança luz sobre a sua história, seu modo de gestão, sobretudo no que concerne aos seus impactos na sociedade, na própria organização e nos trabalhadores que dela fazem parte. A abordagem de campo do estudo se apoiou na pesquisa qualitativa realizada com os catadores nos dois galpões da Asmare, e todo o processo foi organizado em três etapas: pesquisa documental; observações e entrevistas; organização e análise dos dados. O estudo manteve diálogo permanente com autores que estudaram os catadores, além de valorizar a participação dos associados por meio de rodas de conversa a respeito das questões que emergiram e dos resultados, buscando suscitar um senso crítico acerca dos seus dilemas e enfrentamentos. O estudo trouxe à tona temas controversos, tais como: a questão da participação de técnicos externos à associação na sua gestão e a recente apropriação dessa gestão pelos associados; sua identidade enquanto associação autogestionária, seus valores e normas. Tendo em vista que este estudo nasceu exatamente da renúncia do suporte financeiro governamental à Asmare, os resultados da pesquisa evidenciaram que há um saber produzido pelos catadores no cotidiano laboral e que, apesar da crise, a associação vem se mantendo em pleno movimento, sem negligenciar os seus conflitos e tomando decisões a partir dos seus valores adquiridos. Embora a ruptura do convênio tenha sido o indutor da crise na Asmare, ela também impulsionou o grupo a abrir novas possibilidades e forjar sua própria gestão.

Palavras chave: Catadores; Gestão; Crise; Valores; Trabalho.

ABSTRACT

Oliveira, A. R. (2017). **Asmare: Revendo valores e forjando uma nova gestão em contexto de crise.** Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

This study sought to study the revitalization process of Asmare, an association of waste pickers of recyclable materials in Belo Horizonte, Minas Gerais in a context of crisis. The study sheds light on Asmare's history, its management style, particularly that which concerns its impact on society, the association's organization and the workers that belong to it. Field study was based on qualitative research carried with waste pickers in Asmare's two warehouses and the process was divided into three stages: documentation; observations and interviews; and organization and analysis of data. The study maintained a permanent dialogue with authors who have studied waste pickers, in addition to valuing the participation of the association members in group discussions with regard to issues that were emerging in the research and the findings. This was a way to foster members' critical outlook on the dilemmas and strategies they were facing. The study revealed controversial issues, such as: the participation of external technical staff in the association's management and the recent appropriation of this management process by the association members, and Asmare's identity, values and norms as a self-managed association. Considering that this study took place during the same period the municipal government withdrew its financial support from Asmare, the findings show that waste pickers have produced specific knowledge with regard to their daily work and despite the crisis, the association continues to fully operate without overlooking its conflicts and making decision according to its acquired values. While the rupture with the municipality's agreement was a catalyst in Asmare's crisis, it also served to encourage the group to create new possibilities and establish its own management style.

Key words: Waste pickers; Management; Crisis; Values; Work.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASMARE	Associação dos Catadores de Papel Papelão e Material Reaproveitável
CEAPA	Central de Apoio de Acompanhamentos às Penas e Medidas Alternativas
COOPAMARE	Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EPI	Equipamento de Proteção Individual
FML&C	Fórum Municipal Lixo & Cidadania
INSEA	Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
MP-MG	Ministério Público de Minas Gerais
MNCR	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
OAF	Organização do Auxílio Fraternal
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PBH	Prefeitura de Belo Horizonte
PM	Polícia Militar
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SEFIPS	Setor de Fiscalização de Penas Substitutivas
SLU	Superintendência da Limpeza Urbana
UEMG	Universidade do Estado de Minas Gerais
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 PERCURSO METODOLÓGICO	21
3 A TRAJETÓRIA DA ASMARE	27
3.1 População de rua: Mendigos? Trabalhadores?.....	27
3.2 O crescimento da população de rua e o despertar da solidariedade.....	28
3.3 Pastoral: Primeiro vínculo solidário com a população de rua.....	29
3.4 Catadores versus Poder Público: os embates e a luta pelo trabalho.....	32
3.5 Os primeiros passos para a Organização.....	35
3.5.1 As passeatas como instrumento de Mobilização Social.....	37
3.6 A fundação da Asmare: novos desafios.....	38
3.6.1 A luta por condições dignas de trabalho.....	40
3.6.2 A luta pela inserção dos catadores na coleta seletiva.....	42
3.7 Asmare e Prefeitura: novos tempos, novos rumos.....	43
3.7.1 As campanhas educativas mostram a “cara” da Asmare.....	47
3.8 A ampliação da rede de parceiros.....	49
3.9 Os conflitos com a prefeitura.....	50
3.10 27 anos de Asmare: As questões da Pesquisa.....	52
4 AS EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO	54
4.1 Os regulamentos da Asmare.....	54
4.1.2 O estatuto social.....	54
4.1.3 O regimento interno.....	59
4.2 A experiência da cogestão.....	63
4.2.1 Os processos formativos dos catadores.....	66
4.2.2 A organização interna do trabalho.....	68
4.3 A atual organização interna do trabalho.....	71
4.3.1 A coleta do material reciclável.....	71
4.3.2 A triagem dos materiais recicláveis.....	72
4.3.3 A pesagem dos materiais recicláveis.....	73
4.3.4 A prensagem dos materiais recicláveis.....	74
4.3.5 O escritório.....	75
4.4 As mudanças no campo de atuação.....	76
4.5 Outra experiência de inclusão.....	79
5 A CRISE NA ÓTICA DOS CATADORES	80
5.1 A crise e os fatores externos à Asmare.....	80
5.1.1 Asmare e a crise no mercado.....	80
5.1.2 As mudanças no sistema de coleta seletiva municipal.....	81
5.1.3 A diminuição de materiais recicláveis.....	83
5.1.4 A interrupção do convênio com a Prefeitura.....	84
5.2 A crise e os fatores internos à Asmare.....	85
5.2.1 A ausência de técnicos.....	85
5.2.2 As mudanças administrativas.....	87

5.2.3 As dívidas.....	88
5.2.4 Conflitos pela ausência de critérios.....	90
5.2.4.1 A valorização do material.....	90
5.2.4.2 O repasse de vale transporte.....	92
5.2.4.3 A ajuda social.....	94
5.2.4.4 O não comparecimento ao trabalho.....	95
5.2.4.5 O uso da infraestrutura do galpão.....	96
5.2.5 Os diaristas.....	97
5.2.6 A prestação de contas.....	99
5.2.7 Insegurança e uso de bebidas alcoólicas no local de trabalho.....	100
5.2.8 Os conflitos nas relações interpessoais.....	102
5.2.8.1 Desunião entre os associados.....	102
5.2.8.2 Ausência de regras.....	103
5.2.8.3 A imprecisão das regras.....	104
5.2.8.4 Dificuldades no enfrentamento dos problemas.....	106
 6 OS DESAFIOS DA NOVA DIRETORIA	 108
6.1 Os limites da atividade no escritório.....	109
6.2 A gestão das particularidades.....	110
 7 DISCUSSÃO FINAL	 114
 REFERÊNCIAS	 121

1 INTRODUÇÃO

“A Asmare foi criada exatamente pra isso, para apoiar pessoas que não têm uma vida fácil, pessoas que não teve estudo, pode ser pessoas que tiveram passagem por presídios. Devido à aparência, às vezes conta muito também. Ou a questão de vir da rua, ser morador de rua, né? Não olhamos o passado das pessoas, . . . o importante é a mudança da pessoa. E a Asmare é isso, esse amor pelas pessoas excluídas”. (presidente da Asmare).

A primeira experiência da autora no universo do lixo iniciou-se em 1992, quando ainda era estudante de psicologia e estagiava em uma empresa de engenharia ambiental que, naquela época, oferecia consultoria à prefeitura de Betim no planejamento e gerenciamento de resíduos sólidos urbanos do município. Juntamente com uma equipe multidisciplinar, sua atuação era voltada para o desenvolvimento de programas e projetos que favorecessem a interlocução da gestão pública na valorização do trabalho realizado pelos garis, pelos carroceiros, além de estimular o reconhecimento desses trabalhadores e despertar na comunidade uma nova forma de lidar com a geração e disposição dos resíduos sólidos.

No período de 1994 a 1998, atuou como psicóloga em programas de mobilização social junto às comunidades de vilas, favelas e áreas rurais carentes de saneamento.

A vivência com os catadores iniciou-se em 1999, quando trabalhava na gerência de Mobilização Social e Educação Ambiental da Prefeitura de Betim e percebeu que faltava à coleta seletiva municipal o envolvimento de quem detinha enorme experiência na área, o catador. Com o objetivo de aproximar a gestão pública dos catadores que atuavam isoladamente nas ruas de Betim, iniciou os primeiros contatos com a experiência de Belo Horizonte no intuito de compreender o processo de organização dos catadores da Asmare. Encontrou ali inúmeras possibilidades de aprendizados e, principalmente, a inspiração para desbravar o processo de organização daqueles trabalhadores. Todavia, a proposta, ainda que incipiente, foi abortada em função da descontinuidade administrativa decorrente da perda do mandato do gestor público de Betim no final de 2000.

Logo no início de 2001, foi convidada para integrar a equipe da Pastoral de Rua em Belo Horizonte, composta por pesquisadores, ambientalistas, historiadores, psicólogos e outros profissionais de diversas áreas. Contratada como educadora social, a missão era disseminar a experiência de organização da Asmare para diversos municípios mineiros que conviviam com a presença de catadores, trabalhando de forma isolada nas ruas e nos lixões,

estimulando a criação de associações e cooperativas, além de acompanhar a criação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.

Neste momento, começou sua militância e o desenvolvimento de laços afetivos com os catadores. Na primeira vez em que pisou no antigo lixão de Nova Lima, Pará de Minas, Araguari e Itaúna, em 2001, ficou muitas noites sem dormir, pensando nas condições precárias de trabalho e moradia daquelas pessoas de todas as idades, inclusive crianças, que, naquela época, se misturavam aos resíduos da cidade. A aproximação daquele grupo foi lenta, pois se escondiam temendo que fossem impedir a sua atividade. Ali, percebeu que o seu trabalho era uma missão de vida, que mobilizou fortes sentimentos ao conviver com pessoas, vítimas de tanta desigualdade.

Aos poucos o movimento despertou o interesse de instituições em financiar projetos visando a geração de trabalho e renda. Com isso, no final de 2001, as atividades que eram da Pastoral de Rua junto aos catadores dos demais municípios foram direcionadas para uma ONG, o Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável – INSEA¹, sendo que a Pastoral concentrou suas ações nos programas voltados para os moradores de rua. O INSEA surgiu com o propósito de oferecer assistência técnica às administrações públicas, atuando especificamente em programas e projetos de coleta seletiva com inclusão dos catadores de materiais recicláveis. O foco central da sua atuação, desde o início, foi o de apoiar as associações e cooperativas ou o processo de organização dos catadores que trabalhavam nas ruas e lixões, utilizando uma ferramenta metodológica que possibilitava o envolvimento dos gestores públicos, da sociedade civil e da iniciativa privada na discussão de outra forma de se relacionar com os resíduos e com os trabalhadores que sobreviviam precariamente da catação. Neste sentido, o seu trabalho culminava na inclusão dos catadores na coleta seletiva. Para qualificar sua ação, a equipe passou a contar também com a participação de engenheiros, filósofos, economistas, advogados, assistentes sociais, pedagogos, educadores, dentre outros.

Desde então, atuou com os catadores em diversos municípios mineiros e também em outros estados, na perspectiva de buscar alternativas com os gestores públicos de promover mudanças naquelas condições de trabalho. Suas iniciativas sempre estiveram alinhadas com a luta do Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis – MNCR e, durante muitos anos,

¹ Trata-se de uma ONG que atua em projetos de coleta seletiva com inclusão de catadores de materiais recicláveis, além de oferecer suporte técnico às organizações de catadores, prefeituras, dentre outras instituições. Maiores informações: www.insea.org.br.

participou das discussões que culminaram, em 2010, na elaboração da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Durante sua trajetória profissional, fez alguns cursos de especialização, de aperfeiçoamento e também disciplinas isoladas no mestrado da Psicologia que sempre lhe impulsionavam a fazer novas reflexões e perguntas.

No início de 2014, iniciou uma nova frente de trabalho a partir de uma demanda de suporte técnico feita pela diretoria da Asmare à coordenação do INSEA. No intuito de sistematizar os esforços empreendidos com a Asmare, no final de 2014, levou a experiência para um Encontro² realizado na UNB em Brasília e, motivada por pesquisadores, a autora decidiu transformar o artigo em pré-projeto de pesquisa para o mestrado da Psicologia na UFMG.

Desde o processo seletivo do mestrado, foi questionada a respeito do seu projeto, sobre a quantidade expressiva de pesquisas a respeito da Asmare e o desafio em alcançar o distanciamento entre a militância e a pesquisa. À medida que o curso avançava, buscava compreender as contradições presentes no seu trabalho, sempre se fazendo e ouvindo perguntas.

Alves e Silva (1992) ponderaram a respeito da capacidade de o pesquisador entender os limites entre a compreensão crítica e a compreensão ativista da realidade. Tal preocupação é pertinente uma vez que, se por um lado o engajamento com essa realidade social facilita o desenvolvimento da pesquisa, por outro, exige alguns cuidados para não comprometer o distanciamento crítico.

Estudos como o do escritor e educador Darcy Ribeiro “O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil” (1995) mostram que a sociedade brasileira, desde seu surgimento, é caracterizada por um modelo de desenvolvimento econômico, político, cultural e social extremamente concentrador e gerador de desigualdades. Ribeiro (n.d) dizia que o “Brasil, último país a acabar com a escravidão, tem uma perversidade intrínseca na sua herança, que torna a nossa classe dominante enferma de desigualdade, de descaso”. Sobre esta questão, Freitas (2003) ponderou que

Parte majoritária da população em nosso país sobrevive sem oportunidade, em permanente estado de perdas sucessivas de direitos. Sem moradia, sem trabalho, sem

² Encontro Nacional “Conhecimento e Tecnologia: Inclusão socioeconômica de catadores (as) de materiais recicláveis”. Promovido pela Secretaria Geral da Presidência da República, IPEA e UNB. Local: Brasília/DF. Data: 20 a 22 de agosto de 2014.

escola, sem saúde, sem lazer, sem seguridade, sem pertencimento à cidade, sem reconhecimento enquanto sujeito de direito, portanto, vivenciando a triste experiência da não-cidadania, da exclusão social. . . . porque sem emprego enfrentam precárias situações de trabalho tentando sobreviver e, sobrevivem por um triz. (Freitas, 2003³).

Nesta direção, advertimos recentemente (Oliveira e Lima, 2016) que experiências como a da Asmare, uma das associações de catadores mais antigas, têm suas origens nas “profundas desigualdades sociais” ainda presentes na sociedade brasileira, “os catadores de materiais recicláveis emergem desse processo de desigualdade de oportunidades, ilustrando perfeitamente esse cenário de exclusão” (p.38).

Neste contexto, buscaremos nos apoiar em estudiosos de diversas vertentes que debruçaram seus olhares para este público que labuta diariamente na catação (Jacobi e Teixeira, 1997; Oliveira, 1998; Kemp, 2001; Dias, 2002 e 2007; Freitas 2005; Oliveira, 2006; Barros e Pinto, 2008; Lima e Oliveira, 2008; Andrade, Figueiredo e Faria, 2008; Pereira, 2011; Oliveira, 2010 e 2016; Oliveira e Lima, 2016).

No intuito de buscarem a sobrevivência, esses trabalhadores se submetem à atividade de catação em condições extremas ao garimparem das sobras descartadas pela sociedade o fruto do seu trabalho, o material reciclável. Eles labutam nas ruas ou nos lixões, desprovidos de abrigo, de água, de banheiro, convivem com o mau cheiro e intempéries da natureza. Como se não bastasse tudo isso, convivem com o olhar preconceituoso da cidade, a discriminação e ainda são explorados cotidianamente no processo de comercialização dos materiais recicláveis recolhidos.

Precursos na coleta seletiva e na triagem de materiais recicláveis, esses trabalhadores realizam suas atividades há muitos anos na informalidade. Dentre os principais desafios que devem enfrentar, encontra-se a dificuldade de acesso ao mercado formal de trabalho (cada vez mais exigente), devido, principalmente, ao seu baixo nível de escolaridade (Oliveira, 2010). Eles começaram a se organizar nos anos 80 em associações e cooperativas para burlar o desemprego, prospectar melhores condições de trabalho e renda, movimentando o mercado da reciclagem e buscando, além do seu reconhecimento profissional, o acesso aos serviços e às políticas públicas. Sobre estas questões, Oliveira (2006) salientou que,

São os principais motivos que levam milhares de pessoas a buscarem nos resíduos uma alternativa de trabalho. A maioria com uma estima totalmente baixa, carregando o estigma de “desqualificados” e sem nenhuma perspectiva de uma incursão no mercado formal do trabalho. Rompem com as barreiras da formalidade e através do trabalho

³ Freitas, M. V. O. (2003) *O catador e o mercado de trabalho*. Palestra realizada no Encontro Estadual de Catadores e Técnicos III, Sarzedo/MG. Não publicado.

informal seguem engendrando novas estratégias de trabalho, burlando o desemprego, garantindo a sobrevivência e protagonizando a “era dos descartáveis”. (Oliveira, 2006, p. 64).

Os resultados de uma pesquisa internacional sobre economia informal afirmaram que:

A reciclagem tornou-se um meio de lidar com o crescente desemprego de Belo Horizonte durante o final da década de 1990. A partir daí, vários esforços e compromissos foram feitos para consolidar as cooperativas e associações de catadores na cidade. (Ogando, Brito, Oliveira e Dias, 2013, p.9).

Neste sentido, o fortalecimento dessas iniciativas passou a ser percebido a partir da década de 1990 e foi neste período que surgiu a Asmare, em maio de 1990. (Barros e Pinto, 2008). Mas, “atuar nessas organizações também envolve uma infinidade de arranjos, obstáculos e contradições”. (Oliveira e Lima, 2016, p.38).

Para outros estudiosos do assunto, “O que o mercado separa e atribui o sinal de não valor, associações [como a Asmare] conseguem unir e produzir valor”. E concluíram que as organizações de catadores “nasceram para dar errado. O ponto de partida de sua produção [as coloca] em desvantagem em todos os sentidos quando comparadas aos empreendimentos capitalistas”. (Lima e Oliveira, 2008, p.226).

Com base em pesquisa realizada em Belo Horizonte com cinco organizações de catadores, a conclusão foi a de que,

embora as primeiras leis encorajassem a organização dos catadores em [associações e cooperativas], os trabalhadores, no entanto, continuaram a enfrentar assédio e discriminação da população e das autoridades. Embora isso tenha diminuído bastante, os catadores continuam a enfrentar as dificuldades criadas pela sua marginalidade dentro da economia informal em Belo Horizonte. (Ogando et al., 2013, p.10).

Ainda que muitos desafios sejam superados, as organizações de catadores costumam ser surpreendidas com a queda na renda, seja por oscilações do mercado ou por mudanças nas políticas públicas como ocorreu com a Asmare. Os estudos de Oliveira (2010) apontaram alguns fatores que comprometem a renda das associações de catadores no Brasil.

Com as taxas de coleta seletiva reduzida, agravadas pela má qualidade dos materiais que chegam aos galpões, as associações de catadores não conseguem aumentar seu faturamento. Esse é um dos principais obstáculos ao desenvolvimento dos empreendimentos de catadores, que tem consequências diretas sobre os rendimentos dos associados e indireta sobre a gestão cotidiana da produção, visto que a baixa remuneração aumenta os conflitos, a rotatividade dos associados e torna o trabalho associativo pouco atrativo para aqueles que são mais produtivos. (Oliveira, 2010, p.4).

Esses fatores externos, muitas vezes provocam a desmotivação e a rotatividade dos membros, além de conflitos interpessoais, dentre outras ameaças. A alta rotatividade

principalmente dos homens é bastante comum. Eles abandonam a atividade com a reciclagem quando recebem oferta de trabalho com carteira assinada e depois retornam quando se encontram desempregados. (Borges e Kemp, 2008).

Todos esses fatores exigiram que a Asmare iniciasse um processo de reflexão sobre os seus valores e buscasse modernizar a sua gestão e os seus regulamentos, tendo em vista, além dos desafios do mercado, as exigências e oportunidades da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Após 10 anos de discussão, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) se materializou na Lei 12.305, de 02.08.10 (regulamentada pelo Decreto 7.404, de 23.12.10). Tal lei reforça a preocupação com a situação desses resíduos desde a sua geração até a destinação final e também coloca os catadores no centro do debate, abrindo as oportunidades de estabelecer contratos de prestação de serviços com as prefeituras, por exemplo. É sabido que a coleta, triagem e comercialização dos materiais recicláveis pelas organizações de catadores resultam no aumento de oportunidades de trabalho e renda, promovem o desenvolvimento humano baseado no trabalho coletivo, além de poupar os recursos naturais.

Lima, Varella, Oliveira e Rutkowski (2011, p.132) enfatizaram que “além das destinações convencionais, prevê-se a incineração como forma de tratamento de resíduos urbanos, o que torna o cenário atual ainda mais complexo quanto às possibilidades de desenho desses sistemas integrados de gestão”. Pode-se depreender com isso que a lei apresenta contrastes, uma vez que orienta a inclusão das organizações de catadores nos serviços de coleta seletiva e, ao mesmo tempo, abre uma brecha para a implantação de usinas de incineração.

As recentes mudanças no mundo do trabalho trouxeram implicações diretas para a classe trabalhadora “tais como desemprego, intensificação do trabalho e a perda de direitos historicamente conquistados”, acarretando prejuízos nas relações de trabalho (Oliveira e Lima, 2016, p.40). Essas discussões foram aprofundadas por alguns teóricos, citados por Lima (2003), como C. Offe (1989); Kurz (2002); Méda (1995); Gorz (1982); Habermas (1987), sinalizando que, a “classe que vive do trabalho” (Antunes, 2000) e o próprio trabalho, caminhavam para o seu fim.

Esses teóricos nos fornecem elementos para compreender, mesmo que parcialmente, a dimensão da realidade social quando apontam a existência de uma crise no “mundo do trabalho”, haja vista os desdobramentos da chamada reestruturação produtiva, iniciada no

Brasil nas últimas décadas do século XX, como relatam Antunes e Alves (2004). Além disso, a própria

dinâmica do capitalismo . . . tende [cada vez mais para a] privatização dos meios de produção e [para uma] lógica destrutiva de autorreprodução do capital, [tendo] como um de seus desdobramentos a expulsão de uma grande parcela de trabalhadores das relações formais de trabalho. (Oliveira e Lima, 2016, p. 40).

Tais constatações apontam, certamente, para uma “crise no emprego” e nas formas de trabalhar, mas não para o “fim do trabalho”. O avanço tecnológico tem exigido cada vez mais pessoas qualificadas para o trabalho e, com isso, aumentou o “exército de reserva”, ou seja, as pessoas excluídas do emprego formal. (Antunes, 2000; Organista, 2006).

Também contrariamente aos autores que preconizam “o fim do trabalho”, Mongin (1997) e Perret (1997), citados por Lima (2003), afirmam que o trabalho continua sendo “um fator de identidade e um símbolo de reconhecimento social”. Para eles, “a identidade social ainda procede da ação, e o homem ainda é o que faz”. (Lima, 2003, p.7).

Partindo de um posicionamento crítico que refuta essa ideia de que o trabalho está em vias de se extinguir, mas afirmando, ao contrário, que este ocupa um lugar central na vida do homem, é que buscamos, ao longo deste estudo, compreender como ocorre a dinâmica diária de trabalho dos catadores da Asmare. Fazemos isso, “captando nas nuances de seus relatos, o sentido de suas práticas, dispendo a compreendê-los, além de buscar, juntamente com eles, estimular o desenvolvimento de espaços de discussão para que pudessem compreender criticamente seus dilemas”, potencializando sua autonomia. (Oliveira e Lima, 2016, p.41).

Considerando a importância real do trabalho para os catadores, recorreremos à obra de Clot (2007) que nos reforça a ideia da relevância do trabalho para o desenvolvimento psicológico, que vai além da atividade ou de um simples sentimento de utilidade ao colocar o “sujeito à prova de suas obrigações práticas e vitais com relação aos outros e com relação ao mundo” (Clot, 2007, p.201). Este autor nos conduz a pensar que o trabalho do catador pressupõe disciplina, aprendizados e, mais do que um meio de subsistência, é a possibilidade de troca, de transformação coletiva, de abertura para a crítica. Nesse sentido, esse trabalhador pode ser o agente condutor das mudanças, de transformação pessoal e contribuir com uma história que vai além do elo na cadeia produtiva.

Estudos como o de Barros e Pinto (2008) revelam que, à medida que os catadores se organizam em associações ou cooperativas, eles desenvolvem novos significados para o trabalho e a para a sua própria identidade. Para eles, essas experiências não representam

somente uma proteção contra o desemprego, mas possibilitam uma nova significação da autoestima a partir de um trabalho considerado degradante. Eles empreendem instrumentos de combate ao desemprego, à exclusão, à marginalidade, à violência urbana, e enveredam em direção de uma nova identidade social.

Ao empreender uma discussão sobre o empreendimento econômico solidário, Rutkowski (2008, p.2) advertiu que este se baseia na associação de pessoas com os mesmos interesses, ou seja, “buscam trabalho e renda e utilizam a solidariedade para a solução deste e outros problemas comuns. Neles, pratica-se a autogestão e a democracia rege a tomada de decisões. Ao invés da hierarquia, forma comum de organizar o trabalho nas empresas”. Ou seja, além do predomínio da horizontalidade nas relações de trabalho, os empreendimentos da economia solidária são regidos pela cooperação.

Partindo desse referencial, o estudo “Asmare: Revendo valores e forjando uma nova gestão em contexto de crise” compreende os seguintes capítulos, além desta introdução.

No segundo capítulo, expomos o percurso metodológico para a realização deste estudo. O terceiro capítulo contempla a trajetória da Asmare e apresenta vários estudos desenvolvidos sobre ela, desde antes de sua fundação. Ao final deste capítulo, falamos sobre o momento atual na Asmare e as questões que levaram à pesquisa. No quarto capítulo, apresentamos as experiências de gestão vivenciadas pela Asmare. O quinto capítulo concentra as falas, os relatos dos associados da Asmare sobre a crise. O sexto capítulo abarca uma discussão sobre os desafios da nova diretoria. Finalmente, o sétimo capítulo apresenta a discussão final.

Por fim, o presente estudo consiste, fundamentalmente, em compreender o contexto organizacional específico – a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (ASMARE) – lançando uma luz sobre a sua história, seu modo de gestão, seus múltiplos impactos na sociedade, na própria organização e nos trabalhadores que dela fazem parte. Também busca investigar se as adversidades, ao invés do enfraquecimento da associação, levaram à sua revitalização, impulsionando os catadores a desenvolverem novos arranjos para o enfrentamento da crise.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

“Entendo associação como uma alternativa de vida, . . . como as pessoas não têm oportunidade no mercado aí fora, com a associação tem. Antigamente era muito mais sem reconhecimento. Hoje já é mais reconhecido porque todo mundo quando perde o emprego vem procurar a associação pra trabalhar, pra catar papel, pra não passar fome mesmo, né? Então associação eu entendo como autoestima, eu entendo como cidadania, eu entendo como sugestã de vida sabe? Pra quem tá lá no fim do poço. A gente trabalha mais com pessoas excluída, né”? (vice-presidente da Asmare).

A maneira de abordar, metodologicamente, o contexto que nos propusemos a estudar revelou-se um desafio desde o início da pesquisa. A complexidade desse tipo de abordagem fica mais evidente, se considerarmos a advertência de Lima (2010).

Ao nos prendermos a um método, perdemos o contato com a realidade a ser compreendida ou investigada, na medida em que passamos a nos apoiar em um *modus operandi* autônomo e independente dessa realidade. Toda a parafernália que acompanha tradicionalmente os métodos ditos científicos só vem contribuir para este afastamento: as hipóteses, as questões orientadoras e, muitas vezes, os instrumentos e os procedimentos são quase sempre baseados em pressupostos arbitrários que se impõem ao objeto a ser conhecido. Assim, ao tentarmos criar as condições de produção do conhecimento, acabamos, quase sempre, por impedi-la. (Lima, 2010, p.124).

Assim, do ponto de vista metodológico, concentramos esforços no sentido de buscar apoio em perspectivas que valorizassem a nossa relação com os participantes no campo, bem como considerassem a trajetória do grupo, as particularidades das pessoas envolvidas na pesquisa e os limites entre a pesquisa científica e o ativismo (Alves e Silva, 1992). Neste sentido, perseguimos desde o início, a perspectiva de Lima (2010):

Ao propormos conhecer um dado objeto ou uma dada situação, devemos, antes de tudo, dirigir nosso olhar em sua direção, tentando deixar de lado qualquer ideia apriorística que possamos ter a seu respeito. Ou seja, em vez de impormos nossa lógica a esse objeto, devemos tentar desvendar sua própria lógica. E o que é mais importante: somente após decifrá-lo e conhecê-lo em todos os seus matizes é que estaremos efetivamente de posse de um método. Portanto, é o próprio objeto que nos fornece o caminho para conhecê-lo e decifrá-lo, sendo que o método, neste caso, não é construído no início, mas ao fim do processo. (Lima, 2010, p.125).

Além disso, sobre esta questão, concordamos com a autora quando propõe que o correto seria “começar pelo real, pelo concreto para depois chegarmos às abstrações, às generalizações e até mesmo ao próprio método” (Lima, 2010, p.125). Ela acrescenta ainda que “o conhecimento de um dado objeto deve ser construído a partir da compreensão de como este objeto se constitui e não dos pressupostos que [se] possa ter a seu respeito” (Lima, 2010,

p.125). Portanto, baseada nessa ideia de que o método não pode ser rígido, podendo vir a ser alterado ao longo da pesquisa, é que percorremos o caminho metodológico a ser descrito.

Na tentativa de valorizar as relações construídas e também nos despir das impressões adquiridas no dia-a-dia em decorrência do vínculo afetivo criado com os catadores, iniciamos o campo de pesquisa científica, por mais complexo que isso possa ser na prática.

O nosso primeiro passo foi buscar compreender o cotidiano do trabalho dos catadores. Para isso, trabalhamos juntos, pesquisadores e associados, durante todo o processo, aprendendo e desenvolvendo, sempre de forma conjunta as discussões sobre os conflitos presentes na gestão do trabalho e as estratégias de enfrentamento do que eles denominaram “crise”, desde a demanda. Lembramos que esta pesquisa se desenvolveu a partir de demanda dos associados da Asmare, tratando-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa aplicada com o envolvimento dos próprios sujeitos, sendo estes, os protagonistas do processo. Para ilustrar a perspectiva metodológica que adotamos, apresentaremos em seguida as etapas do nosso percurso.

No início de 2014, a diretoria anterior da Asmare explicitou sua preocupação com a extinção da associação após ruptura de um convênio com a Prefeitura de Belo Horizonte, solicitando, então, o acompanhamento técnico do INSEA. Desde então, ocorreram várias reuniões entre as duas organizações, além da definição de uma nova diretoria. Todavia, como os problemas relacionados à gestão da associação ainda persistiam, em 2015, compartilhamos tais desafios com a orientadora do mestrado e a equipe de estagiários do curso de Psicologia da UFMG.

Em seguida, discutimos o pré-projeto de pesquisa com a nova diretoria da Asmare, sendo que esses trabalhadores solicitaram que a universidade participasse na produção do conhecimento no sentido de qualificar a gestão do trabalho. Eles explicitaram que os galpões não contavam com a presença de técnicos e que, embora tivessem sido eleitos pela maioria dos associados para assumirem a diretoria, não se sentiam preparados. Neste sentido, relataram estarem vivendo um momento de crise, insegurança na tomada de decisões diante dos conflitos, sentindo até mesmo “desespero” com esses problemas e com as dívidas que surgiam a todo o momento e das quais desconheciam as origens. Tudo isso colocava em risco a continuidade do grupo e, segundo a própria direção durante uma reunião, a presidente enfatizou algumas vezes que: “a Asmare está vivendo um momento bastante delicado”.

A escuta dos membros da diretoria possibilitou a identificação do problema e, conseqüentemente, a relevância e legitimidade da pesquisa. Constatamos duas demandas colocadas pelo grupo: uma direcionada ao INSEA e outra decorrente desse processo e que foi destinada aos pesquisadores da UFMG, cujo papel consistiu na orientação do nosso estudo.

O processo de levantamento de informações foi organizado em três etapas:

Na primeira, realizamos uma pesquisa documental baseada em material da própria associação (relatórios, atas, registros de reuniões e demais documentos em que constavam informações sobre a Asmare), além de estudos acadêmicos sobre os catadores (dissertações, teses, artigos científicos, livros e demais publicações).

Na segunda etapa, nos orientamos por instrumentos que possibilitaram uma “apreensão mais ampla possível das dimensões concretas da situação de trabalho e a explicitação dos seus impactos sobre os indivíduos” (Lima, 2010, p. 128), visando maior proximidade do contexto analisado. Neste caso, o campo iniciou por meio de observações do trabalho realizadas nos dois galpões da Asmare: o galpão da Avenida do Contorno, localizado no bairro Barro Preto e o galpão da Rua Ituiutaba, localizado no bairro Prado, ambos em Belo Horizonte. Referindo-se à posição do pesquisador no campo, Arantes (2010) adverte para a necessidade de

uma atitude de recusa a qualquer *a priori*, de modo a ter acesso ao que efetivamente ocorre na situação de trabalho. Além disso, ele abandona a posição de *expert*, passando a construir um saber sobre a situação de trabalho junto com os próprios trabalhadores. (Arantes, 2010, p.21).

Dessa forma, “os próprios trabalhadores, por meio da presença [do pesquisador] podem refletir sobre as suas práticas. Essa reflexão não é vazia de sentido, mas permite uma análise crítica que resulta na busca de soluções adequadas para os problemas enfrentados”. (Arantes, 2010, p.21).

No galpão da Contorno estão concentradas as atividades dos catadores de rua que utilizam carrinhos manuais, motorizados e veículos automotores para recolhimento dos recicláveis, enquanto no galpão da Ituiutaba, estão concentradas as atividades de triagem provenientes da coleta seletiva feita pela Prefeitura e também a coleta realizada nos grandes geradores com veículo próprio e terceirizado.

O número total de associados da Asmare aferidos no final da pesquisa era de 91 associados, sendo 45 mulheres e 46 homens nos dois galpões, conforme podemos observar no quadro a seguir.

Quantidade associados ASMARE			
Galpões		Mulheres	Homens
Contorno	53	18	35
Ituiutaba	38	27	11
Total	91	45	46

Lembramos que essa contagem refere-se aos associados ativos e que a rotatividade é bastante expressiva na Asmare, uma situação bastante comum quando comparamos com outras associações de catadores.

Durante a nossa observação de campo, fazíamos anotações em diários, buscando obter a melhor compreensão possível do contexto de trabalho nos dois galpões. Dessa forma, anotamos todos os aspectos que julgamos relevantes no que diz respeito à realização das atividades operacionais, atividades feitas no escritório, atividades realizadas externamente, como por exemplo, a coleta seletiva durante os jogos no estádio do Mineirão. Anotamos também tudo o que observamos durante reuniões com a diretoria e assembleias entre os associados. Sobre os registros, Neto (2002) afirma que “Quanto mais rico for em anotações esse diário, maior será o auxílio que oferecerá à descrição e à análise do objeto estudado”. (Neto, 2002, p.64).

Em nossas anotações buscamos destacar as dificuldades e as estratégias de enfrentamento dos problemas, além de observar como eram conduzidas as reuniões com os membros da diretoria e com os associados, durante as assembleias ou reuniões específicas de cada galpão. A observação e os registros no diário de campo possibilitaram maior conhecimento dos dois contextos à medida que observamos atentamente a “linguagem utilizada durante a situação de trabalho” (Pinto, 2014, p.192) e registramos minuciosamente tudo o que ouvimos e vimos.

Na terceira etapa realizamos entrevistas em profundidade com alguns associados da Asmare visando obter maior compreensão das “linguagens” e do contexto no qual se manifesta o seu comportamento (Kude, 1997, p.14). Com as entrevistas, obtivemos relatos sobre acontecimentos que buscamos compreender e tivemos acesso a detalhes desconhecidos, muitas vezes despercebidos e “pequenos ensinamentos que enriquecem a pesquisa e nos ajudam a ultrapassar os limites das histórias e estatísticas oficiais” (Barros, 2005, p.56). Nesta mesma direção, Neto (2002) destaca que a entrevista em profundidade

possibilita um diálogo intensamente correspondido entre entrevistador e informante. . . . Nela geralmente acontece a liberação de um pensamento crítico reprimido e que muitas vezes nos chega em tom de confiança. É um olhar cuidadoso sobre a própria vivência ou sobre determinado fato. Esse relato fornece um material extremamente rico para análise do vivido. Nele podemos encontrar o reflexo da dimensão coletiva a partir da visão individual. (Neto, 2002, p.59).

Realizamos as entrevistas com membros da antiga e atual diretoria, além de associados que trabalham no escritório ou diretamente nos setores operacionais onde ocorrem os processos de triagem dos materiais recicláveis, pesagem e prensagem. Ao todo foram entrevistados 15 associados, sendo 9 mulheres e 6 homens. A escolha dessa amostragem considerou os quatro membros da atual diretoria, alguns associados que fizeram parte de diretorias anteriores, todos os associados que trabalham ou já trabalharam nos dois escritórios (galpão da Contorno e galpão da Ituiutaba), associados antigos, destacadamente aqueles que participam da associação desde sua fundação e, também, alguns novos associados da Asmare. Esse critério de escolha baseou-se na importância de obter relatos sobre a trajetória da associação, buscando apreender melhor o significado da crise vivenciada e relatada pelo grupo.

Durante um ano, tanto as observações quanto as entrevistas contaram com a presença e acompanhamento sistemático de um grupo de estagiários do curso de Psicologia da UFMG, orientados semanalmente por meio de supervisão com a professora e orientadora desta dissertação. Segundo Pinto (2014), “participar nas atividades produtivas que desenvolve a unidade específica não é um luxo, nem uma atividade sentimental, populista e sim um ato metodológico, necessário para apreender a realidade social do trabalhador”. (Pinto, 2014, p.192).

Para enriquecer as informações, realizamos entrevistas e roda de conversa com parceiros antigos da Asmare, tais como a Pastoral de Rua e técnicos do INSEA. A escolha desses participantes levou em conta a relação construída com a associação.

No intuito de manter e estimular a participação dos associados no estudo, realizamos vários encontros com a diretoria e com os catadores para expor as questões que emergiam das observações e das entrevistas, além de discutir os resultados parciais, o que possibilitou, também, a validação coletiva desses participantes. Pinto (2014) advertiu para a importância de se realizar “círculos de pesquisa”, ou melhor, reuniões com os trabalhadores com o propósito de devolver “tudo quanto foi recolhido nas fases anteriores e na observação . . . Não se trata de devolução de conhecimento como produto cristalizado. Nos círculos produzir-se-á novo

conhecimento, ou pelo menos retificação de informações adquiridas antes” (Pinto, 2014, p.198-9). Tal procedimento contribuiu essencialmente para os objetivos deste estudo.

Após a concordância de todos os participantes, utilizamos o gravador durante as entrevistas para levantar um volume maior de dados e preservá-los com a maior fidedignidade. Em relação às questões éticas, este estudo seguiu as orientações da Resolução 466/2012, após ter sido submetido ao Comitê de Ética da UFMG.

Sobre o encerramento desta etapa da pesquisa, Kude (1997) chamou a nossa atenção para a clareza do momento de parar com a coleta dos dados evitando o “apego” com os participantes e a dificuldade presente em analisar um volume enorme de informações. (Kude, 1997, p.14).

Ao finalizar a coleta de informações por meio da pesquisa documental, observações e entrevistas, todos os nossos registros e relatos foram organizados e analisados por temas, considerando “a experiência e o dinamismo da situação de trabalho” (Rabelo, 2014, p.53). Neste sentido, tanto a definição dos temas quanto a análise ocorreram ao longo de todo o processo de pesquisa que, segundo Alves (1991 apud Rabelo 2014), trata-se de

um processo complexo, não linear, que implica um trabalho de redução, organização e interpretação dos dados . . . : à medida que os dados vão sendo coletados, o pesquisador vai procurando identificar temas e relações, construindo interpretações e gerando novas questões e/ou aperfeiçoando as anteriores, o que, por sua vez, o leva a buscar novos dados, complementares ou mais específicos, que testem suas interpretações, num processo de “sinfonia fina” que vai até a análise final. (Alves, 1991, p.60, citada por Rabelo, 2014, p. 53).

A partir daí, iniciamos a etapa da escrita e da teorização, quando estabelecemos o diálogo com outros pesquisadores que estudaram os catadores e formulamos novas perguntas. Hissa (2013) afirmou que “pesquisar é se aproximar de questões tomadas como relevantes e mergulhá-las em teorias que fazem pensar. As teorias, ao nos interrogarem, porque também nos fazem pensar, nos direcionam questões para as próprias perguntas de pesquisa” (Hissa, 2013, p.31). Dessa maneira, as informações levantadas no campo foram discutidas com os trabalhadores e confrontadas com a teoria que, segundo Pinto (2014), “representa a volta reflexiva, em níveis mais altos de abstração, para reelaborar o conhecimento adquirido até agora”. (Pinto, 2014, p.202).

3 A TRAJETÓRIA DA ASMARE

“Começou foi meado de 80 né? Eu trabalhava ali na Praça Sete, calçada da Afonso Pena, ali debaixo das marquises e fiscal chegou, tomou material, tomando tudo, correndo atrás de catador, prendendo catador. E mandou todo mundo pra essa área aqui. Aí veio pra área. Quando chegou aqui eles botou fogo nos barracos, queimou carrinho, queimou tudo. Aí chegou a Pastoral de Rua. Pela manhã, ainda tava saindo fumaça ainda, chegou a Pastoral e perguntou o que que nós queria. Aí foi lá também no meu ponto onde eu trabalhava, no centro, na Praça Sete perguntou o que nós queria. A gente queria trabalhar. A gente queria trabalhar pra não passar fome mesmo, né? Aí chegou a Pastoral e começou a reunir com nós debaixo do viaduto, no centro da cidade, debaixo das árvores. Aí veio a ideia de fundar a Associação. Aí o Padre da Casa do Trabalhador, cedeu pra nós o espaço, aí nós reunia lá, toda quinta-feira. Aí começou ter a ideia de fundar a associação. A gente nem sabia o que que era associação”. (vice-presidente da Asmare).

Neste capítulo faremos um resgate da trajetória da Asmare destacando as condições de trabalho e vida da população de rua; o papel da Pastoral e de outros atores atuantes no período que antecedeu a criação da Associação; o processo de organização dos catadores; a etapa inicial do trabalho coletivo; a consolidação da experiência; o momento atual com as questões que levaram ao incremento desta pesquisa.

3.1 População de Rua: Mendigos? Trabalhadores?

Denominados “vadios, vagabundos, malandros, preguiçosos, maltrapilhos, coitados” os “moradores de rua” sempre carregaram o peso do estigma “que constantemente os coloca na condição de não cidadãos, na condição de o outro humano, ou de algo bem diferente de um ser humano comum. Viver na rua há muito tempo tem sido uma forma de se autoexcluir da sociedade”. (Jacobi e Teixeira, 1997, p.5).

Ao se referir ao termo “mendigo” como um dos conceitos atribuídos à população de rua, Freitas (2005) afirmou que “é depreciativo, designa, quase sempre, os que não querem trabalhar. Como tais, os mendigos não são vistos nem tratados como gente, são considerados inúteis e sem valor para a sociedade”. Baseada nas histórias de vida recolhidas nas ruas de Belo Horizonte, a autora enfatizou que quando os catadores eram vistos como mendigos se sentiam “profundamente feridos, por se considerarem trabalhadores honestos, dignos e responsáveis” (Freitas, 2005, p.76). Embora os catadores não aceitassem este estereótipo, as condições precárias e bastante adversas de trabalho às quais se submetiam, faziam com que a sociedade os enxergasse como mendigos.

3.2 O crescimento da população de rua e o despertar da solidariedade

Na capital mineira, onde se desenvolve este estudo, observamos um crescimento da população de rua no começo da década de 1980, em decorrência do “agravamento da crise social [e da] diminuição da oferta de empregos”, quando essas pessoas passaram “a buscar as mais variadas formas de trabalho” de modo a garantirem sua sobrevivência (Jacobi e Teixeira, 1997, p.11). Essa busca pela sobrevivência trouxe implicações, conforme destacou Freitas (2005):

A vida miserável, o odor fétido das pessoas que se amontoavam como lixo nas ruas do centro ameaçavam a elegância de Belo Horizonte. Os catadores de papel, vasculhando o lixo para tirarem o sustento, condensavam a condição de pobreza extrema, na qual seres humanos se confundiam com abutres e tornavam-se lixo humano. Esse grupo social em crescente aumento nas áreas urbanas torna visível a desumanização associada ao processo de exclusão social. (Freitas, 2005, p.72-73).

Essa realidade presente nas grandes cidades brasileiras estimulou o surgimento de iniciativas como as instituições religiosas, que passaram a atuar junto a esse segmento social e que se diferenciava da forma como as administrações públicas e parte da população se relacionavam com esses sujeitos nas ruas.

Tais instituições tiveram um papel fundamental na organização da população em situação de rua e dos catadores de materiais recicláveis. Segundo Andrade, Figueiredo e Faria (2008), o processo de organização da população de rua ocorreu concomitantemente em São Paulo e em Belo Horizonte, graças à atuação das Irmãs Oblatas de São Bento, que participaram da criação da Organização do Auxílio Fraternal (OAF)⁴ em São Paulo e posteriormente da Pastoral de Rua na Arquidiocese de Belo Horizonte⁵. Em São Paulo, a atuação da OAF junto à população de rua resultou na fundação da Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (COOPAMARE), em 1989.

De acordo com Barros e Pinto (2008) um “grupo de pessoas . . . atuou como Pastoral de Rua” (p.73) no início da década 80 com o propósito de organizar a população de rua. Essa tentativa resultou na criação de uma “casa de referência”, além de buscar alternativas de trabalho para a população de rua. Todavia, o grupo foi desarticulado no início de 1983, pelas dificuldades que emergiram do processo.

⁴ OAF: Instituição fundada em 1955, composta por religiosas e leigos com a finalidade de atuar no centro de São Paulo, buscando alternativas para o problema da pobreza.

⁵ “Pastoral é uma equipe de leigos e religiosos, sensibilizados com o sofrimento das pessoas que moram nas ruas. Seu principal objetivo é abordar aqueles que vivem nas vias públicas, conviver com eles de forma fraterna e solidária.” <http://www.arquidiocesebh.org.br/site/atuacao.php?id=91> acesso em 11/02/2017.

3.3 Pastoral: primeiro vínculo solidário com a População de Rua

Com o propósito de disseminar a experiência paulista para outras cidades que também apresentavam um aumento significativo da população de rua, em 1987, duas religiosas chegaram a Belo Horizonte marcando efetivamente o início da Pastoral de Rua e o envolvimento da Igreja Católica local com esses sujeitos. (Jacobi e Teixeira, 1997; Freitas, 2005). As duas freiras percorriam as ruas da região central da capital mineira para estabelecer os primeiros contatos com a população de rua, e outras pessoas que se mostravam sensíveis àquela realidade integraram o grupo, conforme as palavras de Freitas (2005)

Detectaram também a presença de algumas pessoas que se simpatizavam com o projeto de ação da comunidade e que eram sensíveis aos problemas da população de rua. A iniciativa resultou na constituição de uma equipe que, posteriormente, tornou-se conhecida como Equipe de Pastoral de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte. (Freitas, 2005, p.193).

Uma das freiras que trouxeram a experiência com a população de rua em São Paulo para Belo Horizonte, Cristina Bove⁶, advertiu que, para a Pastoral, era determinante que a população em situação de rua “se reconhecesse como uma categoria, como um grupo social e que [se] reconhecesse como sujeito de ação [e capaz de coletivamente] enfrentar as demandas que eles têm como grupo”.

Barros e Pinto (2008) apontam que, naquela ocasião, “as condições em que viviam os catadores não eram diferentes daquelas dos primeiros trabalhos pastorais: discriminação, marginalização e falta de reconhecimento pelo trabalho” (p.73). Com a retomada dos contatos feitos no final dos anos 1980, a equipe da Pastoral de Rua observava que a população de rua apresentava características bastante similares à experiência de São Paulo. Para Jacobi e Teixeira (1997)

Os que antes eram caracterizados como mendigos, pedintes e até mesmo desequilibrados mentais que perderam seus laços familiares, ganhou nova conotação ao se observar na População de Rua a presença de famílias inteiras que passaram a desenvolver alguma atividade econômica relacionada com o que a rua pode lhes oferecer. (Jacobi e Teixeira, 1997, p.5-6).

Outra característica que se observava era “a carência absoluta da população [de rua que] se traduzia na rejeição de qualquer contato externo, reagindo de forma agressiva e arredia à aproximação de terceiros, o que, de início, criou certa dificuldade no processo de organização” (Jacobi e Teixeira, 1997, p.16).

⁶ Cristina Bove é uma das freiras responsáveis pela criação da Pastoral de Rua em Belo Horizonte e também pelo processo de organização dos catadores. Atualmente é a Coordenadora da Pastoral Nacional do Povo da Rua.

Os catadores reagem desta forma por já estarem acostumados à repressão social desencadeada de um lado pelo Poder Público que os tratava como se fossem marginais, e de outro pela própria sociedade que simplesmente não queria reconhecer a sua existência na cidade, em virtude de sua aparência e seus trajes maltratados. (Jacobi e Teixeira, 1997, p.16).

Esses estudiosos acrescentaram que por esta razão “a equipe da Pastoral percebeu que primeiro era preciso ganhar a confiança dessa população para poder organizá-la e capacitá-la a lutar por melhores condições de vida”. (Jacobi e Teixeira, 1997, p.16). Nesta direção, Freitas (2005) ressaltou que a equipe teve o cuidado de estabelecer vínculos, “pois, sem este cuidado, seria muito difícil desenvolver qualquer projeto inovador” (Freitas, 2005, p.194). Ademais, essas pessoas eram abordadas de duas formas:

[pela] fiscalização, com o emprego da força coercitiva para evitar a permanência dos catadores na cidade; e [práticas assistencialistas], muitas vezes interpretado como caridade, que faz dos pobres eternos objetos de tutela e reforça a concepção da naturalidade da pobreza. (Freitas, 2005, p.192).

Para esta autora, tais formas de abordagem são “distintas” e “questionáveis”, uma vez que não enxerga “esses trabalhadores como sujeitos de cidadania” (Freitas, 2005, p.192). Foi a partir da vivência, das rodas de conversa, das festividades e da observação que o grupo da Pastoral desenvolveu uma “metodologia socioeducativa inovadora, que mudou o olhar e a forma de aproximação deste sujeito social – *o morador de rua*” (Andrade, Figueiredo e Faria, 2008, p. 56).

De acordo com a religiosa Cristina Bove, a Pastoral defende a visão da igreja sobre o “fazer comunidade” debatendo os problemas e buscando as soluções “à luz do evangelho, à luz da bíblia, onde você coloca e defende alguns valores éticos para as pessoas. E também essa dimensão espiritual que anima numa luta”. Segundo Oliveira (1998), a Pastoral desenvolveu atividades de abordagem junto à população de rua durante dois anos.

Dias (2002) acrescentou que “o objetivo da ação pastoral é o de ser uma presença solidária e evangélica junto a essa população historicamente excluída, fortalecendo o surgimento de novos sujeitos e valores” (Dias, 2002, p.57).

Em 1988, a equipe da Pastoral foi ampliada para 13 pessoas (Oliveira, 1998) e ainda somaram-se alguns movimentos sociais, a Cáritas, por exemplo, no intuito de “estar junto aos moradores de rua, discutindo, refletindo sobre a realidade e promovendo a organização e a construção de outras possibilidades de vida” (Barros e Pinto, 2008, p.71).

Tais encontros ocorriam nas calçadas, debaixo de viadutos, marquises, numa área ocupada às margens do Rio Arrudas, repleta de barracos, pertencente à antiga Rede

Ferrovária Federal, e também no pátio da Igreja Matriz de São José, localizada no centro da capital mineira, onde esses sujeitos viviam e desenvolviam suas atividades junto às suas famílias.

Oliveira (1998) acrescentou que “com o tempo, outros grupos de moradores foram sendo descobertos em outros pontos da cidade. No bairro Floresta, nas imediações da Telemig, numa casa velha abandonada situada à Rua Barbacena, trabalhavam e moravam inúmeros catadores de papel” (Oliveira, 1998, p.57). Nesses locais e na Casa do Trabalhador, ocorriam as primeiras conversas e, posteriormente, as reuniões.

Durante os momentos em que a Pastoral se reunia com a população de rua, ficava nítida a existência de dois grupos, com duas realidades:

A primeira realidade referia-se à população que estava nas ruas por depender da catação de materiais recicláveis para prover renda para o sustento de suas famílias. A segunda, referia-se à existência de mendigos que tiravam sua sobrevivência daquilo que a cidade lhes dava. (Jacobi e Teixeira, 1997, p.16).

Em função disso, a Pastoral de Rua desenvolveu métodos de ação específicos que permitisse definir melhor o seu foco de atuação (Jacobi e Teixeira, 1997; Freitas 2005).

Para Andrade, Figueiredo e Faria (2008), um grupo era composto por “catadores de papel históricos’, que tinham no trabalho o papel central de sua permanência na rua”. Importante ressaltar que esse trabalho era marginalizado e, portanto, demandava reconhecimento social. O outro grupo era formado por “*moradores em situação de rua* (os trecheiros e os andarilhos, os migrantes e os desempregados, os portadores de sofrimento mental, além de outros)” (p.58). Os autores Jacobi e Teixeira (1997) salientaram que este segundo grupo demandava um acompanhamento assistencial.

Ainda sobre as diferenças entre os dois grupos, Cristina Bove adverte que havia catadores “mais profissionais”, pois “viviam e se organizavam, tinham sustento, tinham alimentação”, entretanto, havia outros catadores pontuais, ou seja, “faziam isso de forma emergencial, cata hoje pra comer amanhã”, mas “a vida deles era organizada em torno da catação” e “em geral estavam morando nas ruas”.

“Eu comecei a trabalhar na rua eu era pequena, tinha uns 9 anos. . . . A gente tinha uma casa, mas como a condição era ruim e minha mãe tinha muito filho, a gente dormia na rua e acabou que a gente passou a morar na rua mesmo. Aí, minha mãe começou a mexer com reciclagem. E nós filhos aprendemos a mexer com reciclagem. Com 14 anos eu puxava carrinho na rua e ajudava minha mãe a triar”. (triadora da Ituiutaba).

Segundo Freitas (2005), esses catadores “movimentavam-se entre moradias convencionais nas periferias da cidade e a improvisação de moradias nas ruas, por diversas razões. Grande maioria não possuía casa própria e não conseguia rendimento suficiente para arcar com despesas de aluguel” (Freitas, 2005, p.147). Outro motivo de dormirem nas ruas era a falta de recursos para arcar com as despesas de transporte, pois os locais onde trabalhavam eram distantes de suas casas; o cuidado com o material que se acumulava nas ruas e nem sempre conseguiam comercializar; a ameaça dos fiscais recolherem os seus materiais e também de outros catadores roubarem. Com isso, a sua permanência nas ruas da região central não tinha aceitação, pois sujavam as ruas e portas do comércio (Freitas, 2005).

3.4 Catadores versus poder público: os embates e a luta pelo trabalho

Embora grande parte dos catadores não tivesse “uma trajetória de rua” a realidade de trabalho desses sujeitos era muito semelhante àquela da população de rua que não tinha “outro pouso senão as marquises e os viadutos” (Barros e Pinto, 2008, p.71). Eles viviam as mesmas tensões quando se viam obrigados a dormir na rua para cuidar do material recolhido. Sobre a adversidade da realidade dos catadores naquela época, os autores afirmaram:

Apesar de atuarem em atividades ligadas à questão da sustentabilidade ambiental, eram marginalizados e discriminados. Viviam constantemente situações de perseguição policial ou mesmo das administrações municipais que, de tempos em tempos, promoviam sua “limpeza” na cidade, o que significava a retirada das pessoas em situação de rua dos pontos visíveis, encaminhando-os para abrigos, quando as “ajudavam” na partida para outras cidades. (Barros e Pinto, 2008, p.71).

Tais intervenções eram bastante frequentes no período que antecedeu à organização da Asmare até o ano de 1992 e resultavam na apreensão dos carrinhos dos catadores, além dos seus “pertences”, impedindo a sua atividade. Dias (2002) ponderou que essas operações “higienizadoras” eram decorrentes de reclamações da comunidade em relação à limpeza pública e também à “própria racionalidade técnica que permeava o imaginário dos funcionários da limpeza urbana, que viam a sua ação como saneadora, como imbuídas de ideais, digamos, higienistas”. (Dias, 2002, p.47).

Outro agravante era a presença de crianças que acompanhavam os seus pais no trabalho, uma vez que não encontravam creches e nem escolas. Todo esse cenário refletia a falta de reconhecimento do trabalho que realizavam, conforme concluíram os autores:

Assim, esses catadores, sem o reconhecimento da importância de seu trabalho e sem o reconhecimento de sua identidade de trabalhadores, tanto pelo poder público quanto

pela população, viviam com frequência situações de violação de direitos e de exclusão de um processo efetivo de cidadania, estando em uma situação que poderemos chamar de “cidadania fragilizada” e, sob a perspectiva dos direitos humanos, sua condição de vida retratava a não efetivação de direitos fundamentais. (Barros e Pinto, 2008, p.72).

Vários estudos tratam de um evento que marcou a história dos catadores e fez com que a Pastoral ganhasse a sua confiança e amizade. Em agosto de 1988, a prefeitura, durante o mandato do Sr. Sérgio Ferrara, e a polícia, por meio de uma “ação violenta” (Dias, 2002, p.58), realizaram uma das operações de “limpeza” da cidade numa área que estava ociosa e havia sido ocupada pelos catadores, às margens do Rio Arrudas. Cerca de 60 famílias de catadores trabalhavam e viviam em barracos naquela ocupação em condições bastante precárias.

Essa área pertencia à antiga Rede Ferroviária, localizada na Av. do Contorno 10.555, onde, atualmente, está sediado um dos galpões da Asmare. Freitas (2005) acrescentou que “temerosos pelas batidas policiais e pelas demolições, [os catadores] se dispersaram todos por diversos pontos da cidade” (Freitas, 2005, p.194).

Como os catadores haviam sido retirados da área, a estratégia da Pastoral foi desenvolver um “trabalho de mobilização social” (Freitas, 2005, p.194) em defesa dos direitos daqueles trabalhadores, além de tentar conquistar sua confiança e aproximá-los novamente. A equipe percorreu vários locais da cidade na tentativa de encontrá-los, e quando os localizava, eles se mostravam temerosos e desmotivados. Poucos aceitaram se reunir para elaborarem uma carta que “denunciasse a repressão a que vinham sendo submetidos” (Dias, 2002, p.58-59). O estudo de Freitas (2005) apresentou na íntegra o conteúdo desta “Carta Aberta à Cidade de Belo Horizonte”:

“Nós, os Catadores de Papel de Belo Horizonte sofremos muito. A prefeitura fez de nós um lixo, jogando a gente para o esgoto.

Nós, Catadores de Papel temos família e filhos pra cuidar. Hoje vivemos do papel. Se não tosse por nós, a prefeitura não conseguiria limpar a cidade.

A prefeitura chegou no dia 22 de agosto com a PM e a Defesa Civil às quatro horas da manhã jogando os barracos para o chão com as coisas e todos nós dentro. A gente não teve nem tempo de tirar as coisas. Perdemos tudo que tínhamos: cobertores, vasilhas, documentos, dinheiro, mantimentos, roupas, calçados. Perdemos também o papel, a sucata, alumínio, cobre, ferro que tínhamos pra vender.

Nossos barracos estavam na Avenida do Contorno à beira do Rio Arrudas, por trás da rodoviária, e lá ficamos sem nada e sem ter pra onde ir.

Por que a prefeitura judia de nós, Catadores de Papel?

Vocês têm família, são seres humanos que nem nós.

Gostariam de levar a vida que nós levamos, vivendo debaixo dos viadutos, das marquises, correndo da polícia?

Por que tiraram a gente que estávamos defendendo o pão de cada dia?

Vocês dependem do povo como nós dependemos do lixo pra gente viver.
Estamos todos na rua.
O que é que podem fazer pela gente”? (Freitas, 2005, p.195).

A autora destacou ainda que a carta foi distribuída na capital mineira ativando os principais meios de comunicação e Comissão de Direitos Humanos visando: “suscitar uma ação mobilizadora que alcançasse toda a sociedade, sensibilizando-a para a problemática dos catadores e a visibilidade do papel desses atores na cidade, acentuando-se que, com o seu trabalho, colaboravam significativamente com a limpeza pública”. (Freitas, 2005, p.195).

Barros e Pinto (2008) refletiram que o trabalho da Pastoral sempre esteve focado na perspectiva de inclusão da população de rua, tanto ao trabalho quanto ao acesso aos programas de moradia. Tal reflexão se confirma pela estratégia adotada frente à situação de extrema violência urbana vivenciada pelos catadores, ou seja, a Pastoral optou por uma atuação mais voltada para estes sujeitos. Sobre esta escolha, Jacobi e Teixeira (1997, p.16) afirmaram que

A opção de trabalho se deu em torno dos catadores de papel devido à possibilidade de empreender em médio prazo uma iniciativa que representaria o resgate da dignidade e da cidadania do grupo alvo. Viu-se que era necessário inverter a relação destes com a sociedade. O objetivo era de inseri-los enquanto trabalhadores que contribuem com a limpeza da cidade, e que sobrevive de uma atividade econômica que precisa ser valorizada por todo o conjunto da sociedade. (Jacobi e Teixeira, 1997, p.16).

A equipe se dividia em diversos pontos da cidade e costumava entregar um convite com a ilustração de uma pessoa puxando o carrinho, indicando o dia da reunião, o horário, o local, além de poucos dizeres chamando para a reunião, com um único propósito: a união entre eles (Oliveira, 1998).

O reconhecimento dessa iniciativa também foi destacado na literatura de Dias (2006) que a qualificou como “um trabalho sócio pedagógico iniciado em 1987 junto à população de rua”, sendo também a possibilidade de se conhecer, pela primeira vez, “a dimensão do sofrimento vivido pelo catador”, além de se problematizar “a relação que a sociedade e o poder público tinham com o mesmo” e de se pautar nos princípios da educação popular. Foi a partir desse “suporte inicial que uma grande rede de solidariedade a esse segmento foi articulada nas esferas pública e privada” (Dias, 2006, p.67-8).

Dias (2006) salientou que “faltava ao município uma política de resíduos sólidos que pudesse integrar esse segmento, bem como faltava aos catadores a existência de uma organização representativa de base que pudesse contrapor-se ao tratamento violento destinado ao segmento” (Dias, 2006, p. 67).

3.5 Os primeiros passos para a organização

Apesar das desconfianças dos catadores decorrentes das intervenções da prefeitura e da polícia, a pastoral acertou na estratégia de ir ao encontro deles e elaborar conjuntamente a carta, denunciando os maus tratos. Para Freitas (2005), além de ganharem a confiança de um pequeno número de trabalhadores, eles passaram a se reunir com maior frequência “na perspectiva de traçar um planejamento de trabalho, objetivando sua organização e capacitação para a luta pela garantia da continuidade do seu trabalho na cidade, em melhores condições e com reconhecimento público” (Freitas, 2005, p.195).

A autora destacou ainda os desafios da equipe de pastoral em levar adiante o projeto de organização dos catadores, pois muitos deles ainda se sentiam receosos:

Pedagogicamente, não se oferecia nada que pudesse levar os catadores a associar a atuação da equipe a ações paternalistas. Todavia, uma coisa era o propósito presente na cabeça e no coração dos agentes, outra coisa era o que estava embutido na história de vida e na trajetória de exclusão social desses homens e mulheres de rua, com quem se pretendia articular uma organização. Ainda não habituados a uma relação de proximidade com grupos e pessoas estranhos ao seu “mundo”, sentiam-se ameaçados por qualquer proposta. Tal era o desencantamento dos catadores, que não pensavam na possibilidade de que alguém de fora pudesse se aproximar, sem algum interesse que não lhes causasse mais sofrimento. (Freitas, 2005, p.196).

A Pastoral aproveitava as datas comemorativas de aniversários, Natal, Semana santa, festa junina e outras para celebrar com eles, promover maior integração e ainda “trabalhar a autoestima dos catadores, fazendo-os perceberem-se sujeitos de direitos, realizadores de um trabalho que traz benefícios para si e para toda a comunidade” (Freitas, 2005, p.197).

De um ângulo, a equipe da Pastoral de Rua descobria os catadores, até então encobertos pelos viadutos, pelo papelão e plásticos das moradias improvisadas, pelos olhares estigmatizadores do poder público e de grande parte da população da cidade. De outro, os catadores descobriam essa equipe que passou a significar para eles um sinal de esperança. (Freitas, 2005, p.199).

Embora os encontros festivos estimulassem a sociabilidade entre eles, também explicitava os conflitos internos que resultavam em brigas e agressões físicas. “A violência era, pois, uma das marcas das relações entre os membros do mesmo grupo” (Freitas, 2005, p.202). Neste contexto, esta autora expôs algumas reflexões feitas naquela época pela equipe da Pastoral:

A situação de precariedade em que viviam aquelas pessoas fazia com que muitos da equipe, em determinadas circunstâncias, desconfiassem das reais chances de transformação daquele espaço e daquelas vidas, e se questionassem sobre a possibilidade de pessoas tão caídas darem conta de sustentar um projeto coletivo de

luta por direitos e dignidade. Não seria utopia demais investir tempo e energia em vista de organizar esses atores sociais que estavam inseridos em uma realidade tão complexa, como é a exclusão social, e que sobreviviam em situação de rua? (Freitas, 2005, p.204).

Pesquisadores também se uniram à equipe da Pastoral e movimentos sociais para realização de uma pesquisa⁷, ocorrida em 1989, com o objetivo de “identificar quem é essa população e como tem sobrevivido, além de buscar saber, também, quais as suas principais queixas em relação aos moradores e administradores da cidade” (Jacobi e Teixeira, 1997, p.6).

Esse estudo, citado por Jacobi e Teixeira (1997), ocorreu no período embrionário da Asmare, ou seja, no auge das tensões entre a Prefeitura e os catadores e revelaram os seguintes resultados: 77% dos entrevistados viviam há mais de doze anos em Belo Horizonte; 48% vieram do interior do Estado de Minas Gerais; a maioria dos entrevistados possuía idade produtiva entre 21 e 44 anos. Os autores acrescentaram as seguintes análises:

Da parte do Poder Público, quando não há uma compreensão adequada da origem do problema em questão, o que se nota são geralmente iniciativas repressivas visando retirá-los de circulação sob o argumento da necessidade de se manter uma “aparente limpeza” das ruas da cidade e também, preservar “a segurança das pessoas”. Aqui entende-se por pessoas aqueles [que] circulam nas ruas para fazer suas compras e os que moram nas imediações onde se concentram os moradores de rua.

Por parte da população, quando esta não está adequadamente informada sobre as razões da existência dos moradores de rua, o que se nota é uma reação que de certa forma acompanha o argumento utilizado pelo Poder Público, atribuindo à População de Rua toda a responsabilidade pela sujeira e pela má conservação das vias públicas, assim como também do temor de assaltos. Existe em relação a ela um comportamento preconceituoso quase sempre justificado pela aparência e pela condição na qual se encontram, e quase sempre acusados de serem drogados, alcoólatras ou marginais. (Jacobi e Teixeira, 1997, p.6-7).

A despeito disso, as Operações Limpeza ocorriam com frequência enquanto os catadores discutiam como seria a sua organização apesar da falta de reconhecimento. “O Poder Público apenas os tolerava, e não criava qualquer tipo [de] estrutura que contribuísse para a melhoria das atividades dos catadores e garantisse o seu reconhecimento social”. (Jacobi e Teixeira, 1997, p.19).

⁷ “Esta pesquisa foi realizada em 1989 pelo Departamento de Serviço Social da PUC-MG, em que, posteriormente, se cadastrou cerca de 600 catadores de papel que sobrevivem trabalhando no centro da cidade. Ver Rosa, M., M., Cleisa, (organiz.), in “População de Rua: Brasil e Canadá”, Editora Hucitec, São Paulo, 1995.” (Jacobi e Teixeira, 1997, p.5).

3.5.1 As passeatas como instrumento de mobilização social

Os catadores, apoiados pela Pastoral e movimentos sociais que simpatizavam com aquela luta, utilizavam das passeatas como um artifício de mobilização social para reivindicar o seu reconhecimento. Freitas (2005) ressaltou o “valor simbólico” das inúmeras passeatas que ocorreram próximo à fundação da Asmare até o ano de 1992:

É provável que a passeata seja o gesto mais representativo de sua luta coletiva, nos inícios da organização da Asmare. Caminhar é, de fato, um ato carregado de significado, porque quem caminha coloca-se em movimento. . . . Vale reafirmar que as passeatas são realizadas coletivamente, por indivíduos sem reconhecimento social. Ao colocarem-se a caminho, enquanto sujeitos coletivos em processo de organização, passam a ser distinguidos na multidão, rompendo-se, de certa forma, o anonimato no mundo urbano e apresentando-se como uma categoria que busca o reconhecimento de seu trabalho autônomo. (Freitas, 2005, p.222).

Alguns autores citaram várias passeatas ocorridas no período próximo à fundação da Asmare e posteriormente, reforçando a ideia de que o plano de mobilização social desenhado a muitas mãos, desde 1989, foi fundamental para o amadurecimento dos catadores e a consolidação da Asmare, além de cativar o reconhecimento do poder público.

Dentre as ações contempladas nesse plano, merecem destaque os protestos junto à Prefeitura e Câmara, realizados em 1989, visando que fosse implantada a coleta seletiva e que fosse assegurado o destino dos materiais recicláveis para a associação que estava em vias de ser legitimada. Nessa ocasião, discutia-se na Câmara dos Vereadores a lei orgânica do município.

Jacobi e Teixeira (1997) salientaram, por exemplo, a importância da intensa campanha de mobilização social que viabilizou uma nova definição da lei orgânica municipal. O prefeito daquela época, Sr. Pimenta da Veiga, cogitava implantar a coleta seletiva e repassar o gerenciamento para a iniciativa privada. Desenvolver uma política pública de resíduos considerando o serviço da coleta seletiva era uma iniciativa louvável para aquela conjuntura, todavia, as implicações da gestão pelo setor privado representava uma ameaça ao trabalho dos catadores, uma vez que poderiam perder o direito de continuar recolhendo os recicláveis nas ruas. “O argumento era o de que numa situação de concorrência em igualdade de condições com o setor privado, este teria condições econômicas para suplantear o trabalho dos catadores, colocando em risco a existência da própria Asmare” (Jacobi e Teixeira, 1997, p.13).

Os parceiros que estavam envolvidos no processo de organização da Asmare novamente acionaram a sociedade e ambientalistas, estimulando o debate sobre o tema e

realizando com os catadores passeatas e protestos em frente à prefeitura e a Câmara Municipal de Vereadores. Nessa ocasião, segundo Freitas (2005), a equipe da Pastoral reuniu-se com o vereador João Bosco Senra, um dos relatores da lei, para conversar sobre as atividades que estavam sendo realizadas com os catadores. Esses atores sociais defendiam uma política pública que assegurasse a coleta seletiva e reconhecesse o trabalho dos catadores.

Em virtude desse intenso processo de mobilização, o prefeito recuou e, após promover diversos debates públicos, a nova legislação foi aprovada e a coleta seletiva seria implantada em Belo Horizonte, pois a lei entrou em vigor em março de 1990. O capítulo III – Do Saneamento Básico, no artigo 151, item VII da Lei Orgânica Municipal⁸ estabelece que: “a coleta e a comercialização dos materiais recicláveis serão feitas preferencialmente por meio de cooperativas de trabalho”.

Dias (2002) destacou outro exemplo que ilustra o potencial mobilizador dos catadores. Em janeiro de 1990, estes trabalhadores reivindicaram o aumento de 100% no valor do material reciclável que era comercializado com os depósitos. Os catadores ameaçavam não entregar o material e “apesar da resistência inicial dos donos de depósitos quanto à negociação, os catadores acabaram obtendo um reajuste de cerca de 80% no preço do papel e com isso a paralisação acabou não acontecendo de fato” (Dias, 2002, p. 60).

3.6 A fundação da Asmare: novos desafios

Em meio a todos os conflitos entre os catadores e a prefeitura, a Pastoral realizava inúmeras reuniões e atividades formativas que resultaram no processo de organização e fundação da Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável – ASMARE. A assembleia de fundação ocorreu no dia 27 de abril de 1990, no salão do Círculo dos Trabalhadores Cristãos, localizado no centro da capital. Nesse dia, dezoito catadores deliberaram pela fundação, aprovaram o estatuto social que vinha sendo discutido há vários meses e elegeram a diretoria composta por 5 associados⁹, ou seja, presidente, vice- Presidente, tesoureiro, vice-tesoureiro e secretário. Daremos enfoque ao conteúdo do estatuto social da Asmare e suas alterações em outro capítulo.

⁸ Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, 1990, Artigo 151, p.52. Recuperado em 15/05/2017 de: http://www.dhnet.org.br/direitos/municipais/a_pdf/lei_organica_mg_belo_horizonte.pdf

⁹ Fonte: Ata da assembleia de fundação da Asmare. Cópia disponibilizada pela associação.

A oficialização da criação da Asmare ocorreu no dia 01/05/90, data em que se comemora o Dia do Trabalhador e, portanto, brindaram à data com uma grande confraternização, que contou com a participação de vários grupos, instituições e pessoas simpatizantes (Oliveira, 1998; Dias, 2002).

Como era de costume, a Pastoral promovia “festas, jogos e celebrações ecumênicas” (Dias, 2002, p.57) e, aproveitava os encontros para refletir com os associados vários temas, dentre eles:

a percepção das potencialidades individuais, a divisão de tarefas, a diferenciação da relação trabalho/rua/casa, a identidade de trabalhador, a percepção da importância ecológica do trabalho por eles desempenhado, a exploração do seu trabalho pelos intermediários, a construção de laços de confiança e solidariedade entre os próprios catadores e, enfim, a própria noção de cidadania. (Dias, 2002, p.57-58).

Considerando que todo o processo mobilizatório trouxe visibilidade pública para a associação, o próximo passo seria fortalecer o trabalho coletivo e qualificar suas ações para que pudessem conquistar a aceitação da população. Dias (2006) refletiu sobre a importância disso, ao propor

politicar a relação dos catadores com a cidade! A luta dos catadores de papel foi, desde o seu início, uma luta - usando uma expressão de Lefebvre - pelo “direito à cidade”, na medida em que a presença dos catadores nas ruas, como vimos, realizando a coleta e triagem dos recicláveis sempre foi um ponto de tensionamento, não somente com o poder público, como também com a população, em geral, que sempre os identificou como mendigos. Assim, é que sua primeira reivindicação, a partir do momento em que os mesmos começam a se constituir em sujeitos de direitos, é a garantia do direito de exercer o seu trabalho na cidade: qual seja o de realizar, em condições dignas, a coleta seletiva da cidade, passo inicial que viabiliza a reciclagem. (Dias, 2006, p.68-9).

Para isso, era necessário empreender esforços para assegurar o trabalho em local adequado carregado de significados, conforme destacou a autora:

Profundamente significativo para quem, por quase meio século de história, viveu sem referência, sem espaço e sem lugar na cidade. O galpão, local de trabalho com endereço, é provavelmente símbolo mais expressivo de todas as conquistas desses trabalhadores. Ter galpão, espaço para trabalhar, significa ter segurança porque nesse espaço não há espancamento da polícia e intransigência de fiscais. O galpão significa também lugar do trabalho digno e solidário, de produção de vida, de cidadania sendo construída. (Freitas, 2005, p.223).

Neste sentido, a área ocupada pelos catadores se tornou a principal reivindicação que motivava a realização de assembleias, reuniões na Prefeitura e novas passeatas. O processo de negociação entre a prefeitura e a Rede Ferroviária para a posse definitiva da área representava “uma alternativa viável para solucionar, em parte, o problema da ocupação irregular de

terrenos e de imóveis abandonados, especialmente na região central da cidade” (Freitas, 2005, p.225).

3.6.1 A luta por condições dignas de trabalho

Os catadores mobilizaram-se exaustivamente reivindicando um local digno para realizarem as suas atividades. Foram muitos anos apresentando suas necessidades para a prefeitura e tudo levava a crer que suas propostas eram engavetadas, pois, no período de 1988 a 1990, a capital foi gerida por três prefeitos que se alternaram, não tendo tomado medidas no sentido de atender suas demandas.

Oliveira (1998) destacou que um ano antes da fundação da Asmare, ou seja, em maio de 1989, os catadores participaram da primeira assembleia que reuniu 180 pessoas para discussão das suas primeiras reivindicações, apresentadas, posteriormente, ao Prefeito Pimenta da Veiga. Depois de muitas tentativas, foi definido que seria feito o “levantamento das áreas que atendessem às sugestões dadas pela Pastoral de Rua. A PBH emprestaria tais áreas com uma pequena [infraestrutura], por um período de dois anos para que fosse implantada a experiência” (Oliveira, 1998, p.79). O espaço ocupado pelos catadores foi contemplado com alguns investimentos, ou seja, “a área foi, então, murada, e nela colocados dois portões de acesso” (Freitas, 2005, p.228). E, dessa forma se encontrava quando a Asmare foi fundada em maio de 1990.

Vale lembrar que também no ano de 1990, ocorreu uma nova ação policial na ocupação da casa velha e abandonada da Rua Barbacena. Como esse imóvel havia sido penhorado pela Caixa e leiloado, os policiais portavam uma ordem para despejar os catadores daquele local. A Pastoral de Rua novamente mediou a situação e, além de negociar a suspensão da ação de despejo, também articulou a saída dos catadores daquele local e uma indenização para aqueles que viviam lá há mais de 10 anos. De acordo com Jacobi e Teixeira (1997), “isto não criou problemas, pois o valor pago era pequeno e alguns catadores beneficiados aproveitaram o que receberam para viajar de volta para as suas cidades de origem” (p.21), todavia, permanecia o dilema do local para guardar o material. A área ocupada na Av. do Contorno passou a ser um local de concentração dos catadores.

Em julho de 1990, os catadores novamente reuniram-se em assembleia com a equipe da prefeitura para pleitear a elaboração de projeto e construção do galpão na área ocupada, o projeto de moradia para os que não tinham casa própria, instalação de semáforo, coleta de lixo

e limpeza na área da Av. do Contorno. Ainda neste ano, Oliveira (1998) ressaltou que os catadores fizeram vários protestos e tentativas sem sucesso de reunião com o prefeito.

Em fevereiro de 1991, a diretoria da Asmare e o prefeito Eduardo Azeredo se reuniram para tratar desse assunto. Os associados denunciaram as precárias condições de trabalho na área ocupada e reivindicaram a construção de um galpão, bem como a instalação de um semáforo em frente à área, possibilitando maior segurança no trânsito de carrinhos dos catadores, pois ocorriam com frequência acidentes com estes trabalhadores (Dias, 2002).

O prefeito afirmou que a construção do galpão seria aprovada se a área fosse desocupada e solicitou o levantamento de moradores. Essa situação levou a equipe da Pastoral a realizar novas discussões com o grupo. Enquanto se discutia sobre as condições precárias de moradia na área e o sonho da casa própria, também os estimulava a utilizarem aquele local somente para o trabalho. Porém, nem todos os catadores aceitaram desocupar a área e essa situação evidenciava novos desafios a serem enfrentados com aquele grupo.

O levantamento apontou o número de 11 famílias que não possuíam moradia. A equipe empenhou-se, em conjunto com a prefeitura e a Cáritas, a buscar meios para transferir os catadores para outras áreas desocupadas e oferecer meios que possibilitassem a construção de suas casas. A inauguração das 11 casas foi motivo de festa e celebração (Oliveira, 1998).

À medida que os associados concretizavam algumas de suas principais necessidades, a administração pública cedia lentamente às pressões e os resultados da força coletiva motivavam os catadores a avançarem rumo à dignidade, conforme advertiu a autora:

O projeto previa a construção de banheiros, com chuveiros, para homens e para mulheres; instalação de uma cantina, de água, luz, telefone comunitário e de uma caçamba para depósito de lixo. Foi previsto, ainda, o acesso para os caminhões que fariam o recolhimento do material e para os que fariam a coleta do lixo da caçamba. (Freitas, 2005, p.228).

Mas o fechamento da área e a elaboração do projeto não supriam as necessidades da associação e, neste sentido, a construção do galpão era fundamental para a operacionalização adequada do trabalho. Ademais, a prefeitura não viabilizava a legalização da área, levando o grupo a realizar novos atos públicos e campanhas de mobilização.

A finalização da construção do galpão ocorreu em 18 de setembro de 1992, todavia ainda faltava a ligação da água, da luz e também do maquinário necessário para o aprimoramento do trabalho. Essas demandas foram atendidas após a realização de novos protestos na porta dos órgãos públicos responsáveis (Jacobi e Teixeira, 1997; Freitas, 2005).

A solenidade de inauguração ocorreu no dia 25 de setembro de 1992, com a presença de vários parceiros, e foi animada pelos catadores que festejaram com muita música.

Tendo em vista que havia um projeto da associação se tornar uma cooperativa, a Pastoral, a Cáritas e outras instituições religiosas buscaram novos investidores, o que possibilitou a construção de outro galpão com separação em box, além de equipamentos como balança e carrinhos.

3.6.2 A luta pela inserção dos catadores na Coleta Seletiva

Voltando ao ano de 1991, Jacobi e Teixeira (1997), além de Dias (2002), destacaram que no dia 6 de setembro daquele ano, os catadores seguiram em passeata pelas ruas da capital até a Câmara Municipal de Vereadores onde ocorria o “Seminário sobre Coleta Seletiva de Lixo em Belo Horizonte”. Tendo em vista que o prefeito anterior, durante a elaboração da Lei Orgânica, havia se mostrado interessado em privatizar a coleta seletiva, os catadores, preocupados com essa possibilidade, aproveitaram o evento para “mostrar à cidade que o trabalho do catador cumpria uma importante função ecológica”. Os catadores vestiam uma camiseta vermelha com a seguinte frase: “COLETA SELETIVA, ESSE É O NOSSO PAPEL” (Dias, 2002, p.61). Essa camisa também foi usada durante a festa de inauguração do galpão, um ano depois.

Durante esse evento, os catadores da COOPAMARE de São Paulo e da ASMARE se sentaram à mesa e expuseram suas experiências. Oliveira (1998) salientou que “a ação dos catadores, associados, portanto, ia sendo motivada pelo compromisso contra o desperdício e pela consciência de que seu papel fundamental era fazer a coleta seletiva na cidade” (Oliveira, 1998, p.93).

Assim sendo, entre os anos 1990 e 1992, observamos o crescente amadurecimento dos associados da Asmare na busca pelos seus direitos, além do seu papel fundamental na revisão da forma de o poder público se relacionar com os catadores. Contudo, a prefeitura ainda não havia empreendido “por iniciativa própria”, ações que pudessem contribuir com o crescimento da associação. Todos os frutos colhidos até então foram graças à persistência e solidariedade na ação coletiva “dos catadores, da Pastoral, de ambientalistas e de representantes da sociedade civil” (Jacobi e Teixeira, 1997, p. 23).

Ainda assim, Dias (2002) acrescentou que “no contato que vai se travando entre catadores e a administração pública, observa-se que, pouco a pouco, a relação começa por se humanizar e que as reivindicações dos catadores começam a encontrar alguma ressonância” (p.61). Esse apontamento de Dias (2002) pôde ser comprovado no final da gestão do prefeito Eduardo Azeredo, quando em 29/12/1992 se concretizou a assinatura do “convênio de cooperação entre a prefeitura, a ASMARE e a Mitra Arquidiocesana, viabilizando, assim, a manutenção do referido galpão” (p.62).

3.7 Asmare e prefeitura: novos tempos, novos rumos

Em 1993, com a mudança de governo municipal, uma nova equipe da prefeitura e o próprio Prefeito Patrus Ananias, que sempre se mostrou favorável à valorização do trabalho realizado pelos catadores, materializaram o convênio entre a Asmare, a Pastoral e a Prefeitura.

O objetivo do convênio era promover capacitação e infraestrutura à Asmare, aprimorando o seu trabalho por meio do repasse de recursos para pagamento de funcionários, transporte para a coleta nos grandes geradores, fornecimento de uniformes e vale transporte para os associados. O convênio contemplava ainda o aluguel de dois galpões de triagem equipados com balanças e prensas.

Cada instituição tinha um papel no convênio: à prefeitura caberia oferecer suporte técnico (logístico, operacional, social e educativo) por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social e da Superintendência de Limpeza Urbana, a fim de apoiar as atividades dos associados, implantar a coleta seletiva em parceria com a Asmare, além de divulgar o seu trabalho e “criar [um] clima amigável na relação dos catadores com a população” (Jacobi e Teixeira, 1997, p. 24). O papel da Pastoral foi acompanhar e garantir o cumprimento das obrigações previstas no convênio e pertinentes à Asmare. O papel da Asmare seria o de “cuidar do galpão cedido pelo Poder Público, cadastrar e identificar todos os associados, ampliar a presença da Associação através da criação de núcleos de trabalho em pontos estratégicos da cidade e cuidar do bom andamento de todo o trabalho” (Jacobi e Teixeira, 1997, p.25). Outro aspecto observado por esses autores foi a mudança significativa na relação da prefeitura com a Asmare, deixando de ser o perseguidor e assumindo o lugar de parceiro.

Nos meses de setembro e outubro de 1993, o setor responsável pela limpeza urbana, a Secretaria de Desenvolvimento Social, a equipe da Pastoral e a Cáritas desenvolveram uma

pesquisa com o propósito de atualizar o perfil sócio econômico dos catadores e elaborar propostas com vistas à inclusão desses trabalhadores no sistema de limpeza urbana, considerando sua prática. Cerca de 600 catadores participaram da pesquisa. Jacobi e Teixeira (1997) citaram alguns resultados e análises dessa pesquisa, a saber: participação maior masculina 82% e menor de mulheres 18%, entre outros:

Quanto à escolaridade, 22% são analfabetos, 57% cursaram até a 4ª série do primeiro grau; 17% concluíram o primeiro grau; 3% concluíram o segundo grau e uma catadora de papel respondeu ter concluído um curso superior. O dado surpreendente da pesquisa é que a maioria dessas pessoas, apesar de viverem na rua e muitas vezes dormirem no próprio local de trabalho para garantir a segurança do material recolhido, possuem imóvel próprio onde residem com a sua própria família. As respostas apontaram para 56% com imóvel próprio; 13% morando em residências alugadas; 5% morando de favor em casa de parentes ou amigos; 24% morando na rua e 2% residindo em ocupações clandestinas ou em pensionatos. . . . O percentual de pessoas que se dizem Moradoras de Rua se manteve em 24%. O motivo de dormir nas ruas está relacionado não só com a manutenção do material recolhido, como também pelo fato de poder estar coletando mais recicláveis e aumentando a renda com a venda do produto. (Jacobi e Teixeira, 1997, p.8).

A pesquisa apontou a necessidade de ampliar a coleta seletiva e incluir novos catadores na Asmare. Segundo Dias (2002), para que essa política tivesse resultados satisfatórios foram pactuadas novas responsabilidades e incluídas no primeiro aditivo ao convênio, assinado em outubro de 1993, conforme exposto no quadro a seguir:

População	Prefeitura	Asmare	Pastoral
Separar, em casa, os materiais recicláveis (papel, plástico, metal) dos demais resíduos.	Assegurar a parceria quase exclusiva com os catadores.	Fazer, com eficiência, a triagem dos materiais recicláveis.	Realizar a abordagem aos catadores nas ruas.
Depositar os materiais recicláveis nos locais de entrega voluntária. (coletores dispostos em praças, escolas e outros pontos de coleta)	Providenciar a fabricação, instalação e manutenção dos coletores afixados nos locais de entrega voluntária.	Cuidar, limpar e fazer a manutenção dos galpões.	Fazer o acompanhamento social e pedagógico dos associados.
	Desenvolver campanhas de educação ambiental e mobilização social, estimulando a participação da comunidade.	Adequar o armazenamento dos materiais coletados, triados e prensados, assegurando a qualidade na comercialização.	“Formar as lideranças”
	Recolher os recicláveis nos coletores instalados nos locais de entrega voluntária.		“Implementar a infraestrutura”
	Capacitar os catadores.		Acompanhar e orientar o trabalho dos catadores na Asmare.
	Alugar e equipar dois novos galpões de triagem.		
	Realizar o controle da coleta seletiva.		

Fonte: Adaptado a partir de Jacobi e Teixeira (1997, p.31) e Dias (2002).

Jacobi e Teixeira (1997) destacaram que a Asmare não recolhia vidro em função de um acordo com a Prefeitura e Hospital Santa Casa. A prefeitura recolhia os vidros e destinava a renda para o Hospital Mário Pena, em contrapartida, negociava-se um plano de saúde com a Santa Casa que beneficiasse os catadores e seus familiares. Durante a pesquisa, não identificamos evidências da efetividade dessa parceria e o que se constata no momento atual é o recolhimento de vidro pelos associados.

Em julho de 1994, a Asmare foi contemplada com a sua primeira filial. A prefeitura alugou o primeiro galpão de triagem com 3.200 m² localizado na Rua Curitiba, 137, no centro da capital, possibilitando a inclusão de 85 catadores que triavam nas ruas do centro. Além de box para separação individual, o galpão era estruturado com banheiros, cozinha, espaços para reuniões e ainda equipamentos como prensas e balanças (Dias, 2002).

O ano de 1995 foi repleto de atividades que promoveram a valorização e o reconhecimento do trabalho dos catadores. No período do carnaval, foram confeccionadas fantasias e participação dos catadores e parceiros na escola de samba, retratando a história da

Asmare. Ocorreram, ainda, investimentos na infraestrutura operacional e administrativa no galpão da Av. do Contorno. A Asmare contou, também, com uma importante conquista neste mesmo ano, quando a ONU disponibilizou recursos para desenvolver uma oficina de marcenaria que possibilitou a formação profissional de adolescentes, filhos de catadores.

Segundo Jacobi e Teixeira (1997), no início se confeccionavam carrinhos e cabos de vassoura. Posteriormente, a oficina passou a produzir coletores seletivos para empresas e escolas, fazer restauração de móveis, reaproveitamento de madeiras para confecção de mobiliários, conserto de carrinhos, além de demonstrarem e comercializarem os seus produtos em eventos. Com a finalização dos recursos para pagamento do pessoal que atuava nessa atividade, a oficina de marcenaria foi desativada. Eventualmente, alguns associados ainda realizam pequenos reparos nos carrinhos dos catadores.

A segunda filial da Asmare foi conquistada em julho de 1996 e possibilitou a inclusão de catadores que atuavam na área do Perrela. A prefeitura alugou e equipou outro galpão menor, com 600m², situado na Rua Itambé, 243, também próximo ao centro (Dias, 2002). Em outubro de 1996, o galpão da Av. do Contorno foi ampliado. A prefeitura construiu outro galpão de 600 m² permitindo a inclusão de outro agrupamento de catadores que atuavam no bairro Lagoinha (Dias, 2002). Os galpões situados na Rua Curitiba e na Rua Itambé foram desativados e os associados deslocaram suas atividades para a unidade da Av. do Contorno e outra nova unidade situada na Rua Ituiutaba, bairro Prado.

Em 2002, foi inaugurado outro galpão alugado e reformado pela prefeitura. Situado na Rua Ituiutaba, este galpão foi destinado à triagem de materiais provenientes da coleta seletiva feita pela prefeitura. Há poucos anos, foi adquirido pela prefeitura e, recentemente oficializado, o termo de permissão de uso por 10 anos. Além do escritório equipado, há espaços para triagem, enfardamento, estoque dos materiais, banheiros, cozinha e outras duas salas. Atualmente, conta com equipamentos como prensas, balança, triturador de papel, triturador de vidro.

O processo de consolidação e expansão da associação trouxe resultados significativos: o número de associados passou de 31 em 1993, para 210 em 1997, e a produção, que era de 9 toneladas em 1993, passou para pouco mais de 30 toneladas por mês em 1994 e aumentou para 242 toneladas durante o mês de janeiro de 1997 (Jacobi e Teixeira, 1997).

Segundo Dias (2002), “o repasse de recursos financeiros mensais à ASMARE através do convênio com a PBH, além de assegurar a [infraestrutura] administrativa da Associação,

possibilita à mesma oferecer incentivos aos associados”. Desde 1993, quando iniciaram os repasses financeiros, o número de associados aumentou de 31 para 355 em 2001. Seus estudos revelaram ainda que “54% recebiam, em 1998, até 2 salários mínimos contra 9% do universo pesquisado em 1993. Este dado ajuda a aferir a melhoria na qualidade de vida dos associados, refletindo-se num maior acesso a bens de consumo antes inacessíveis aos mesmos” (Dias, 2002, p.142).

Essa autora advertiu ainda que, embora o repasse dos incentivos econômicos tenha trazido resultados significativos no aumento de associados e renda, não foi suficiente para “assegurar uma adesão mais generalizada à ASMARE por parte dos catadores de depósito. Estes catadores parecem enxergar na normatização da vida produtiva e social dos galpões da ASMARE, um obstáculo à sua ‘liberdade’ de trabalho e de ir e vir” (Dias, 2002, p.156).

Paralelamente ao incremento da coleta seletiva e expansão da associação, ocorreram inúmeras capacitações sobre cooperativismo com os novos e antigos associados da Asmare. Essas atividades foram sistemáticas durante muitos anos e desenvolvidas pela prefeitura e Pastoral.

3.7.1 As campanhas educativas mostram a “cara” da ASMARE

Segundo Dias (2002), logo que a prefeitura decidiu implantar o novo modelo de gerenciamento dos resíduos em Belo Horizonte, foi necessário reestruturar vários setores da SLU.

Com o objetivo de “educar, organizar e sensibilizar a população em relação ao gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos, e através das estratégias de inclusão social com a geração de trabalho e renda” (Dias, 2002, p.64), a SLU, por meio da sua gerência de Mobilização Social, iniciou uma série de ações junto à população e também ao conjunto de servidores no sentido de sensibilizá-los para uma nova forma de se relacionarem com os catadores.

Para efetividade do projeto de coleta seletiva em parceria com os catadores, a prefeitura desenvolvia fortes campanhas de educação ambiental e mobilização social nos espaços públicos, divulgando o trabalho da Asmare e convocando a cidade a separar adequadamente os recicláveis para a coleta seletiva.

Nesta direção, Kemp (2001) acrescentou: “a adesão da população às campanhas promovidas pela [SLU] tem sido gradativa, na medida em que compreende a importância do trabalho dos catadores em suas dimensões econômica, social e ecológica” (p.134-5).

Naquela época, tais campanhas faziam alguns apelos no sentido de mostrar a experiência da Asmare enquanto promoção da inclusão da população em situação de rua, a geração de trabalho e renda e, por fim, uma alternativa para a destinação adequada dos recicláveis. Esses três apelos eram suficientes para conquistar a simpatia do público em relação ao trabalho desenvolvido pela associação. Assim, além da importância da Pastoral de Rua na organização dos catadores, a prefeitura passou a ser vista como sua parceira e apoiadora.

Segundo Dias (2002) as campanhas desenvolvidas pela prefeitura buscavam conjugar os aspectos lúdico-afetivos “despertando valores e motivações”, além de estimular a “corresponsabilidade” por meio dos “aspectos relacionados à vivência e do conhecimento”. Para sensibilizar a comunidade, transmitir novos conhecimentos/informações sobre a coleta seletiva, a prefeitura elaborou material de divulgação, tais como cartilhas e folhetos. Também organizava eventos que se apoiavam nos aspectos lúdicos “buscando atingir o nível simbólico das pessoas através da arte e do entretenimento, tendo como linguagens o teatro convencional, de rua e de bonecos, a dança, as artes plásticas e a música” (Dias, 2002, p.89).

Durante o processo de instalação dos locais de entrega voluntária com a colocação dos coletores seletivos, a equipe de mobilização da SLU reunia-se com a comunidade, escolas, segmentos religiosos, visando a sua sensibilização, capacitação e informação sobre a coleta seletiva. Nesses encontros, os catadores participavam dando seus testemunhos de vida. Dias (2002) apontou em seus estudos que

A mobilização e a comunicação, entendidas como processo cotidiano, são realizadas, através de abordagens corpo-a-corpo de pedestres e motoristas, em eventos culturais tais como o carnaval dos catadores de papel, caminhadas ecológicas e ruas de lazer, através de treinamentos e oficinas, em reuniões com a sociedade organizada e em ações integradas em bairros. (Dias, 2002, p.64).

Essa autora advertiu, ainda, que o projeto de coleta seletiva foi desenvolvido dentro do setor de mobilização social que, naquela época, era composta por uma equipe multidisciplinar que atuava em todo o processo de educação ambiental, mobilização social além do suporte técnico a Asmare.

3.8 A ampliação da rede de parceiros

Sobre a nova relação que se construía entre os catadores da Asmare, a equipe da Pastoral e a prefeitura, Freitas (2005) reforçou a troca de saberes que resultou dessa parceria: “De um lado, quem possuía o saber técnico e que propunha formas de aperfeiçoar e qualificar o trabalho. De outro, quem possuía um saber prático, adquirido na luta para sobreviver, por um triz” (Freitas, 2005, p.258).

Com a implantação do “Modelo de Gerenciamento de Resíduos”, a partir de 1993, a prefeitura, segundo Freitas (2005), buscou

garantir o aproveitamento máximo dos materiais, e pela reintrodução do sistema produtivo através da reciclagem; a valorização e a qualificação dos trabalhadores, através do envolvimento da área técnica e dos serviços operacionais, incentivam à cidadania e à participação social, à medida que procuram mobilizar a população a participar das discussões e da implantação das várias ações cabíveis, reservando ao Poder Público o papel de articular soluções integradas, visando à valorização e ao incentivo ao trabalho organizado dos catadores. (Freitas, 2005, p.259-260).

Embora a renda dos catadores seja obtida com a comercialização dos materiais recicláveis, Jacobi e Teixeira (1997) trouxeram à tona a preocupação com a autonomia da Asmare em relação aos recursos repassados por meio do convênio com a prefeitura, que, naquela época, cobria as seguintes despesas: 25 funcionários distribuídos nas funções de escritório, operação de máquinas, agentes da Pastoral, todos com os devidos encargos sociais, além do aluguel dos dois galpões e manutenção da infraestrutura dos três galpões.

Freitas (2005) destacou outras importantes parcerias adquiridas com a iniciativa privada, por meio de projetos, que promoveram atividades pedagógicas como a alfabetização de adultos, além de ações voltadas para os filhos de catadores (crianças e adolescentes).

A autora apontou também parcerias internacionais estabelecidas por meio de convênios e projetos que possibilitaram reformas, a construção da creche para os filhos dos catadores, aquisição de equipamentos, investimentos no setor administrativo da Asmare, além de capacitações e disseminação da experiência para outros municípios.

A capacidade mobilizatória da Asmare, articulada na parceria com o poder público, a sociedade civil, a iniciativa privada e a população, tornou-se um modelo a ser experimentado por municípios que tinham catadores atuando nas ruas e nos lixões.

Outro grande indutor do fortalecimento desses trabalhadores foi o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR, constituído em junho de 2001

durante um encontro em Brasília que reuniu cerca de 1.500 catadores de todo o país, com o objetivo de buscar o seu reconhecimento enquanto categoria profissional. Como resultado dessa forte mobilização, em 2002, a profissão “catador de material reciclável” foi regulamentada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, passando a ser assim descrita:

Família N.º 5192: Catadores de material reciclável – catador de ferro-velho, catador de papel e papelão, catador de sucata, catador de vasilhame, enfardador de sucata (cooperativa), separador de sucata (cooperativa), triador de sucata (cooperativa). Descrição sumária: catam, selecionam e vendem materiais recicláveis como papel, papelão e vidro, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais reaproveitáveis. (Brasil, 2002).

No decorrer dos últimos anos, os catadores de materiais recicláveis avançaram significativamente, organizando e consolidando-se ao firmarem-se como parceiros prioritários nos programas municipais de coleta seletiva. O apoio do MNCR e de diversas instituições parceiras possibilitou o reconhecimento da categoria profissional, que alcançou maior valorização e melhores condições de vida e trabalho, além da criação de políticas públicas visando beneficiá-la e dar-lhe proteção. Acrescenta-se, ainda, que tais parcerias também possibilitaram a obtenção de incentivos direcionados para a construção e reforma de galpões, aquisição de equipamentos e veículos necessários para a realização das suas atividades, bem como capacitações e assistência técnica, que estimulam o avanço em toda a cadeia produtiva da reciclagem.

3.9 Os conflitos com a prefeitura

Novas associações e cooperativas foram criadas por volta do ano de 2000 e buscaram o apoio da SLU no ano de 2001 para se estruturarem na atividade da coleta seletiva. Essas organizações apresentavam um público diferente da Asmare, em vez de catadores, eram desempregados e pessoas ligadas às associações comunitárias (Pereira, 2011).

Na ocasião, os membros dessas organizações também buscaram o apoio da Asmare e lá aprenderam, na prática, como se faz a triagem dos materiais recicláveis.

Para atender à demanda desses novos grupos, em 2002, a SLU iniciou a coleta seletiva porta a porta, possibilitando que os materiais recicláveis fossem recolhidos em alguns bairros da capital com carrinhos motorizados. Todavia, no ano de 2003, os carrinhos foram desativados por motivo de constantes manutenções. Dessa forma, a coleta seletiva foi ampliada para outros bairros com os próprios caminhões da SLU e os materiais recicláveis

passaram a ser destinados para a Asmare e as outras associações e cooperativas (Pereira, 2011).

A partir do ano de 2005, novos conflitos marcaram a relação entre a Asmare e a prefeitura, conforme destacou a autora:

a interdição do galpão [Contorno] da Asmare, a terceirização do serviço de coleta seletiva e a criação de um decreto que regulamentava a atividade de catação com o estabelecimento de regras, tais como o horário que os catadores poderiam sair nas ruas com os carrinhos de tração humana. (Pereira, 2011, p.90).

Assim, a prefeitura interditou a Asmare em julho de 2006, juntamente com a polícia militar, alegando a ausência de equipamentos de combate e prevenção a incêndio. Pereira (2011) assinalou que “tanto antes da interdição da Asmare quanto depois, ocorreram incêndios nos dois galpões da associação” (p.92). Com o apoio de diversos parceiros, a Asmare regularizou a sua situação e retomou suas atividades.

Em relação à terceirização dos serviços de coleta seletiva, os associados da Asmare, apoiados pelo movimento que os representava, o MNCR e outros parceiros, novamente recorreram à realização de passeatas e manifestações contra essa iniciativa, temendo a extinção do trabalho dos catadores com os seus carrinhos nas ruas. Apesar dos protestos, a terceirização da coleta seletiva foi concretizada em 2007. Para Pereira (2011), isto “ocorreu em função tanto da incapacidade operacional da SLU, quanto da incapacidade das organizações de catadores de realizarem o serviço de coleta porta a porta” (p.92).

Outro fato que fez aflorar os conflitos foi a concepção de um decreto que regulamentava os horários para a atividade dos catadores nos espaços públicos. “Dentre as regras, estabelecia que a catação nas ruas seria permitida somente entre às 19:30 e 7:00, argumentando que a presença dos catadores nas ruas atrapalhava o trânsito” (Pereira, 2011, p.93). Novos protestos ocorreram e, o Ministério Público de Minas Gerais exigiu que

a prefeitura refizesse o decreto por meio de um grupo de trabalho com participação de catadores, organizações de apoio, MP-MG e prefeitura. Desse modo, o decreto foi todo reconstruído e publicado em 2008 no final da gestão Pimentel (Decreto nº 13.378, de 12/11/2008). (Pereira, 2011, p.94).

A autora destacou ainda a retomada de operações da prefeitura que, embora mais sutis, impedia o trabalho dos catadores e da população em situação de rua.

Neste contexto, até o ano de 2008, vários fatores acirraram os conflitos entre a Asmare, a prefeitura e as novas organizações de trabalhadores da coleta seletiva de Belo Horizonte. Sobre esta questão, Oliveira (2016) advertiu:

Tais cooperativas acusavam a ASMARE de concentrar poder na articulação de projetos e apoio financeiro; a ASMARE criticava os demais empreendimentos de serem “pelegos”, ou atrelados à prefeitura, sendo pouco críticos em relação à terceirização dos serviços de coleta seletiva e à proibição da circulação dos catadores no centro da cidade, uma vez que o modelo defendido por eles era do transporte mecanizado, sem necessariamente manter a participação de catadores na coleta. (Oliveira, 2016, p.51).

A partir de 2010, a prefeitura sinalizou que iria encerrar os convênios de repasse de recursos para as organizações de catadores da capital e iniciou pelas outras associações e cooperativas. O convênio que subsidiava a Asmare foi encerrado no início de 2014.

3.10 27 anos de Asmare: as questões da pesquisa

A conjuntura atual do setor é muito diferente daquela vivida há 27 anos, quando a Asmare foi criada. É por esse motivo que, no início de 2014, a diretoria antiga da associação solicitou apoio ao Insea. Naquele momento, os principais problemas apontados, foram:

- o encerramento do convênio de repasse de recursos pela prefeitura, acarretando a dispensa de todos os funcionários que cuidavam da gestão e vigilância, além da suspensão do repasse de vale transporte para os catadores e a necessidade de elaborar um novo planejamento financeiro para arcar com as despesas dos caminhões que fazem a coleta nos grandes doadores, dentre outras consequências;
- a queda na renda dos catadores em função da diminuição de empresas doadoras de recicláveis e desvalorização dos recicláveis;
- desentendimentos e desconfianças presentes nas relações entre os associados, provocados pela fragilidade das regras e por não priorizarem as assembleias nas tomadas de decisões;
- ameaça de fechamento da associação devido a uma dívida antiga que acumulava;
- documentação desatualizada;
- fim do mandato da diretoria e dificuldade em conduzir o processo eleitoral;
- dificuldades para compreender o controle da produção, das receitas e despesas e realizarem a prestação de contas em reuniões ou assembleias;
- gestão deficitária.

De modo geral, foi solicitado o acompanhamento técnico do trabalho da associação. A diretoria se mostrou disposta a rever seus valores, buscar a modernização da sua gestão, dos seus regulamentos e prospectar novas oportunidades, sendo que todos esses aspectos foram considerados na pesquisa realizada junto à Asmare.

Embora ao longo de toda a sua trajetória, os associados tenham participado de diversas ações de formação, a Asmare sempre esteve atrelada à presença de técnicos da prefeitura, entidades parceiras e profissionais contratados que, mesmo de forma indireta, ditavam seus rumos. Esses agentes externos assumiam o controle administrativo, financeiro e detinham conhecimento dos procedimentos de escritório, comprometendo a participação efetiva dos associados.

Nesse sentido, nos perguntamos se a Asmare já se constituiu efetivamente como uma associação autogestionária, uma vez que, desde a sua fundação, contou com a presença diária de técnicos na sua gestão administrativa e financeira.

Neste capítulo, nos ancoramos em uma literatura que permitiu compreender as tensões vividas pela população de rua a partir da década de 80 e o intenso processo mobilizatório que marcou a existência da Asmare desde a sua fundação.

4 AS EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO

“Asmare representa tudo. É meu campo de trabalho. É daqui que eu tiro meu sustento. Além disso, me abre portas a ir aos locais que muitas pessoas têm vontade de ir, mas não tem condição de ir. E foi através da Asmare que eu consegui ir nestes locais, ela me proporciona tudo isso: ir conversar com vereador, deputado, dar palestras pra 100, 200 pessoas, isso tudo”. (associado da Contorno).

Neste capítulo, faremos uma discussão sobre as experiências de gestão vivenciadas pela Asmare desde a sua fundação.

4.1 Os regulamentos da Asmare

Na tentativa de compreender a estrutura organizacional e de como são conduzidos os processos internos no cotidiano da associação, faremos uma imersão nos seus regulamentos.

4.1.2 O estatuto social

Conforme já exposto no capítulo que tratou da trajetória da Asmare, durante a assembleia de fundação, os participantes elegeram a diretoria e aprovaram o estatuto social que, segundo Cristina Bove, foi elaborado com base em um modelo tradicional.

Na ata de fundação, não constava diretoria, e sim, equipe de coordenação, responsável pela administração da entidade. Naquela ocasião, essa equipe era composta por: presidente, vice-presidente, tesoureiro, vice-tesoureiro e secretário, sendo todos eles catadores.

O Estatuto que rege a Asmare, desde a sua origem, nunca limitou o número de associados. O documento de 1990 apresentava a seguinte finalidade da associação:

- Apoiar e defender os interesses dos catadores de papel, papelão e material reaproveitável, favorecendo a união e organização dos mesmos;
- Representar seus associados judicial e extrajudicialmente;
- Manter serviços de assessoria jurídica, visando a defesa dos interesses e direitos dos seus associados;
- Lutar para que os catadores de papel, papelão e material reaproveitável sejam respeitados na sua atividade e para que a mesma seja legalmente reconhecida;
- Lutar para que seus associados possam trabalhar com segurança e protegidos da ação dos atravessadores intermediários e outros tipos de exploradores;

- Apoiar a criação de cooperativas que venham a ajudar e reforçar a luta de seus associados. (extrato do estatuto social de 1990).

Em tal documento, também estabelecia as diretrizes de como a associação deveria ser administrada; determinava a realização anual de assembleia geral; estipulava o prazo de dois anos para o mandato dos membros da equipe de coordenação. Recorrendo ao texto deste documento Jacobi e Teixeira (1997) citaram as regras para se tornar um associado:

Artigo 7: Somente poderão ser associadas pessoas físicas que catam papel, papelão, ou materiais reaproveitáveis, necessários a sua sobrevivência.

Artigo 8: Não poderão ser associados os donos de depósitos ou firmas intermediárias, ou atravessadores que comprem e revendem o papel, papelão ou material reaproveitável.

Artigo 9: A formalização do ingresso dos associados na ASMARE, que implicará na adesão aos termos deste estatuto, obedecerá os seguintes critérios: solicitação de filiação através do requerimento feito pelo(a) interessado(a), o que também significa a concordância com a remuneração. (extrato do estatuto social citado por Jacobi e Teixeira, 1997, p.28).

Durante a devolutiva com os associados no galpão da Ituiutaba, quando refletíamos sobre os critérios para entrada de novos associados, uma triadora afirmou: “Aqui a gente nunca olhou o passado das pessoas, . . . se é ex-presidiário,. . . drogado, se fede, se mora na rua, nunca olhou isso”.

Naquela época, os associados contribuíam mensalmente com a Asmare. Kemp (2001) ressaltou a quantia de R\$2,10 (dois reais e dez centavos) que naquela época era “equivalente ao preço da venda de 30 kg de papelão” (p.102). Jacobi e Teixeira (1997) acrescentaram que o objetivo dessa contribuição era assegurar seu direito a

utilização de todos os serviços disponibilizados pela ASMARE, entre eles estão o de assessoria jurídica, o fornecimento de material adequado para o desenvolvimento do trabalho e a participação em qualquer um dos eventos educativos que são oferecidos: alfabetização, curso de capacitação etc. Cabe também a Associação fornecer a cada um dos admitidos uma identidade funcional. (extrato do estatuto social citado por Jacobi e Teixeira, 1997, p.28).

Ao longo de toda a trajetória da Asmare, o estatuto sofreu alterações significativas com o objetivo de atender às necessidades da associação ou cumprir a legislação vigente, nos âmbitos nacional, estadual e municipal. Para Oliveira (1998), as alterações feitas nos primeiros anos tinham o objetivo de “fortalecer a forma de organização” (p.103).

No ano de 1995, houve duas alterações importantes no formato administrativo da Asmare. Na primeira, a modificação central possibilitou a reorganização da associação, que passou a contar com uma comissão coordenadora formada por coordenadores das sete

comissões específicas, substituindo a equipe de coordenação. Na segunda, o representante legal passou a ser denominado animador geral e não mais presidente.

A comissão coordenadora era composta “pelo membro mais votado de cada uma das sete comissões de trabalho”. A associação deveria, ainda, contar com uma equipe técnica formada por: “administrador, auxiliar de vendas, auxiliar de escritório, encarregado de pessoal e técnico de computação” (Dias, 2002, p.108); e, uma coordenação colegiada composta pela diretoria da Asmare, “parceiros executivos governamentais e não governamentais”. (Dias, 2002, p.109)

A ideia das comissões de trabalho era buscar a participação efetiva dos catadores nas diversas áreas. Jacobi e Teixeira (1997) ressaltaram que “compete a cada comissão cuidar da execução das atividades sob sua responsabilidade, interagindo com as outras comissões” (p.28).

Dias (2002) acrescentou que o caráter das comissões de trabalho era “consultivo e propositivo” e que possuía as seguintes funções:

Comissão de saúde: promoção de cursos de primeiros socorros, de doenças sexualmente transmissíveis, planejamento familiar e medicina alternativa, além de acompanhar os casos de doenças específicas.

Comissão de Educação, Cultura e Lazer: Acompanha o projeto de alfabetização de adultos, o desenvolvimento escolar das crianças e adolescentes, o curso de capacitação dos catadores, além de se responsabilizar pela promoção de atividades lúdicas.

Comissão de Finanças: responsável pelo acompanhamento da contabilidade da ASMARE.

Comissão de Divulgação e Imprensa: responsável pela divulgação da experiência da ASMARE, pelo acompanhamento de visitantes aos galpões, pela elaboração do informativo “Catando Notícias” e pela mobilização dos catadores para as diversas atividades e eventos da associação.

Comissão de Meio Ambiente: responsável pelos aspectos de ambiência dos galpões (ornamentação, etc) e pela divulgação da coleta seletiva.

Comissão de Religiosidade: responsável, por animar e reafirmar a dimensão mística dos associados, através da celebração dos momentos significativos da caminhada da ASMARE.

Comissão de [Infraestrutura]: responsável pela organização do espaço de trabalho nos galpões e pelo controle e manutenção dos equipamentos. (Dias, 2002, p.109).

A atuação das respectivas comissões tinha o acompanhamento dos agentes da Pastoral de Rua, que além destas atribuições, cuidava da mediação de conflitos “e, em conjunto com a comissão coordenadora [cuidava] da administração e execução dos trabalhos da ASMARE” (Jacobi e Teixeira, 1997, p.29). Cada comissão era formada por cinco associados e um

coordenador que integrava a comissão coordenadora, exercia o papel da diretoria e se reunia semanalmente. Oliveira (1998) ressaltou que

A comissão coordenadora coordena e supervisiona as atividades da ASMARE, respeitando o seu Estatuto, Regimento interno e as decisões das assembleias e ainda promove as avaliações e reflexões sobre o trabalho da Associação; convoca e propõe a pauta das reuniões e Assembleias gerais; organiza o balanço financeiro e o relatório de atividades para submetê-lo à Assembleia Geral, que é realizada anualmente e também providencia apoio político às lutas da categoria, além de garantir a participação de entidades parceiras. (Oliveira, 1998, p.105).

Sobre o papel da comissão coordenadora, Jacobi e Teixeira (1997) destacaram

A Comissão Coordenadora está encarregada de articular o trabalho das outras comissões e também de administrar e representar a ASMARE nas mais diversas atividades. Para esta comissão é eleito um animador geral que terá a responsabilidade de representar a ASMARE legalmente, o que em tese representa o papel de um presidente de instituição. Este, junto com o coordenador da comissão de finanças, se responsabilizam oficialmente pela instituição. (Jacobi e Teixeira, 1997, p.29).

Observamos nas alterações feitas em 1995, que, além da criação das comissões de trabalho, também alterou a denominação do representante legal da Asmare, que passou de “presidente” para “animador geral”. Na tentativa de compreender as razões que levaram o grupo a mudar o formato tradicional, buscamos o diálogo com a Pastoral de Rua. Para Cristina Bove, logo que o grupo começou a trabalhar no galpão, os parceiros avaliaram que seria importante manter a participação dos associados nas decisões coletivas. Recorreram ao apoio de uma equipe jurídica da Comissão Pastoral da Terra - CPT¹⁰ que apresentaram um “modelo que rompia um pouco a lógica da direção”. A ideia era que tivesse uma coordenação e que, ao mesmo tempo

“Não era coordenação, era animação. Chamava animador geral. Era animador para romper essa lógica e evitar essa concentração de poder e criar outros grupos [que pudessem debruçar sobre] outras questões [da associação]. A ideia em si era boa, agora aplicar todo esse processo no cotidiano depois é que foi se perdendo. Isso exigia muito”. (Cristina Bove).

O documento definia que a fiscalização da gestão da Asmare era feita pelo conselho fiscal, “composto por três membros eleitos em assembleia para dar parecer sobre a prestação de contas mensal, sobre o balanço financeiro e sobre a execução e previsão orçamentária anual” (Jacobi e Teixeira, 1997, p.29).

A cada dois anos ocorriam novos processos eleitorais, sempre celebrados com festas. Oliveira (1998) salientou um episódio marcante e de reorganização do grupo, quando a

¹⁰ Informações sobre a CPT disponível em: www.cptnacional.org.br

Asmare completou 7 anos, ou seja, em maio de 1997. Durante a preparação da assembleia para eleição da nova comissão coordenadora e comissões específicas, os catadores “saíram para a rua convocando outros catadores não associados a conhecerem a Asmare” (Oliveira, 1998, p.104).

Em 2003, destacamos as seguintes alterações feitas no estatuto: ampliação do prazo de mandato da comissão coordenadora para 3 anos e inclusão do texto sobre a creche para os filhos de catadores.

A ASMARE tendo a necessidade de um espaço para a formação das crianças, filhas e filhos dos catadores e reconhecendo o direito à Educação garantida na Constituição Brasileira de 1998 (art. 203 do cap. III do título VIII), Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB9394/96) institui-se o Centro Infantil **Construindo o Amanhã ASMARE**.

O Centro Infantil **Construindo o Amanhã Asmare** entende que a educação infantil, primeira etapa da educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 6 anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade;

O Centro Infantil **Construindo o Amanhã Asmare** atenderá crianças de 0 a 5 anos e 8 meses sendo, prioritariamente as filhas e filhos dos moradores de rua, que participam dos programas gerenciados pela PBH, a Pastoral de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte havendo vagado estas poderão ainda ser disponibilizadas para as crianças residentes na jurisdição onde está localizada o Centro Infantil. (extrato do estatuto social alterado em 2003).

Em 2005, a comissão coordenadora passou a ser denominada “comissão coordenadora temática” e as comissões específicas passaram a serem denominadas “comissões temáticas específicas”.

Em 2014, com a ruptura do convênio, a Asmare encerrou todos os contratos e manteve dois técnicos, um em cada galpão que atuaram durante um ano na gestão administrativa e financeira da associação. A diretoria antiga pediu o suporte técnico da equipe do INSEA para apoiarem na discussão e condução do processo eleitoral, bem como da atualização do estatuto, atendendo as necessidades da associação e também da legislação. Nesta frente de trabalho, somou-se ao grupo, uma professora e uma aluna/advogada da Universidade do Estado de Minas Gerais.

Durante a assembleia ocorrida em março de 2014 os associados deliberaram pela prorrogação do mandato da diretoria para mais seis meses. Para atualizar o estatuto, os associados deliberaram pela formação de duas comissões, uma do galpão da Contorno e outra do galpão da Ituiutaba. Dessa forma, uma equipe composta por: associados da Asmare, técnicos do INSEA e profissionais da UEMG, desenvolveram uma série de oficinas para

discutir sobre a atualização do estatuto e eleição da nova diretoria que culminou na realização de outra assembleia em setembro de 2014.

Entre as alterações do atual documento, destacamos o novo arranjo em seu organograma. A comissão coordenadora retornou para o formato tradicional e passou a ser denominada “diretoria”, composta por presidente, vice-presidente, tesoureiro e secretário. Além das exigências previstas na legislação, segundo os associados, a composição no formato anterior, ou seja, as comissões de trabalho existiam somente no papel, mas, na prática, não funcionava, e a diretoria se concentrava nas mãos de apenas duas pessoas. Os participantes dessas comissões advertiam que alguns associados sequer sabiam que faziam parte das comissões, ou melhor, quais eram suas atribuições e, com isso, consideravam importante enxugar o grupo na tentativa de buscarem maior eficiência na gestão.

“Hoje a diretoria tá mais unida. Tem menos pessoas. Porque ficava aquele negócio. Tem muita gente e ninguém fazia nada. Hoje é pouca pessoa e todo mundo faz. O que mudou foi isso. Não adianta encher sabe? A diretoria enxuta, mas que mostra serviço. Antigamente a diretoria era cheia e cê não via nada. Hoje cê vê serviço. Dificuldade todo mundo passa né? A crise tai”. (vice-presidente da Asmare).

Também foram incluídas neste estatuto, informações exigidas pela prefeitura de Belo Horizonte para que a Asmare pudesse iniciar o processo de obtenção da licença ambiental. Essa licença é fundamental para participação em editais de chamamentos públicos, contratos de prestação de serviços, dentre outras oportunidades.

4.1.3 O regimento interno

Durante a etapa de realização da pesquisa documental não conseguimos localizar o regimento interno da Asmare, embora tenha sido mencionado em vários momentos pelos antigos associados durante as entrevistas. Os catadores históricos parecem ter uma compreensão maior sobre suas normas e valores.

Segundo alguns associados, em 2013, havia sido iniciada uma discussão sobre a atualização desse documento, todavia, ele não foi aprovado em assembleia e boa parte dos associados entrevistados não tinha conhecimento dessa discussão.

Com isso, iremos nos apoiar no documento anexado aos estudos de Dias (2002). Como o regimento interno não foi datado, estimamos que tenha sido elaborado e aprovado na década de 90, após a construção do galpão e parceria consolidada com a prefeitura. O objetivo

desse documento era “estabelecer diretrizes, visando melhorar o controle e a qualidade nos serviços de triagem de materiais recicláveis, bem como assegurar a integridade física das pessoas, equipamentos, áreas e outros”. (Dias, 2002, p.203).

Nas diretrizes gerais, o documento afirma que, “A ASMARE é responsável pelo julgamento das penalidades a serem aplicadas” aos associados e que “somente os associados podem usar [os boxes] e carrinhos, devendo para tal assinar um termo de compromisso”. (Dias, 2002, p.203). Apresentamos, a seguir, na íntegra, o conteúdo deste termo de compromisso:

TERMO DE COMPROMISSO PARA USO DO GALPÃO

Eu ___ associado ou ___ não associado, _____
me comprometo a cumprir todas as exigências da ASMARE/SLU, abaixo:

- 1 - utilizar as baias somente como local de trabalho;
- 2 - não dormir ou passar a noite nas baias e nem na área do Galpão;
- 3 - não entrar no galpão no horário de zero hora (meia noite) às 8:00 (oito) horas da manhã, quando os portões estarão fechados;
- 4 - realizar a limpeza interna e em frente das baias;
- 5 - zelar pelos equipamentos e materiais da ASMARE / SLU, do uso de todos;
- 6 - colaborar com a limpeza dos banheiros e galpão;
- 7- não usar as baias para guardar quaisquer outros produtos, próprios ou de terceiros, que comprometam a ASMARE;
- 8 - ensacar o lixo e material não reaproveitável e depositá-los na lixeira apropriada, diariamente;
- 9 - o catador(a) associado(a) se compromete a repassar o material reciclável à ASMARE;
- 9.1- o catador(a) não associado(a) se compromete a repassar parte do material à ASMARE;
- 10 - ser passível de punição, inclusive com a perda do uso da baia, quando brigar, provocar brigas, usar drogas e bebidas alcoólicas ou praticar quaisquer atos que venham prejudicar a ASMARE;
- 11 - perder o meu direito de uso da baia, ficando no lugar outro catador constante da lista de espera, quando deixar de utilizar a baia por período superior a 15(quinze) dias sem motivo justificável e aceito pela ASMARE;
- 12- as baias ora cedidas são propriedades da SLU/ASMARE e seu uso é exclusivo das mesmas;
- 13 - não emprestar, transferir ou ceder minha baia a outros catadores;
- 14 - participar das reuniões para planejamento e avaliações;
- 15 - manusear e ensacar os materiais recicláveis dentro da baia;
- 16 - não utilizar os corredores para estocagem, manuseio ou triagem de materiais recicláveis;
- 17 - fortalecer a comercialização dos produtos recicláveis através da ASMARE;
- 18 - não comprometer a ASMARE com assuntos relativos a porte e objetos roubados;
- 19 - providenciar a reposição do carrinho, no caso de perda do mesmo;
- 20 - cumprir normas regulamentadoras do assunto;
- 21 - não portar qualquer tipo de arma. (Dias, 2002, p.205).

A parte final deste termo de compromisso continha o nome e assinatura do associado ou a sua impressão digital, o seu número de registro na associação, e, além de datado, era assinado por duas testemunhas.

Continuando com a apresentação do regimento interno, o tópico seguinte estipulava os horários de funcionamento do galpão, da balança e também dos pagamentos. Lembramos que o galpão ficava aberto de segunda a sábado em horários fixos.

Em relação aos deveres dos associados, o documento aponta na íntegra:

- a) identificar-se na entrada do Galpão;
- b) estar devidamente credenciado/autorizado para exercer a função;
- c) manter limpo os banheiros;
- d) manter limpas as baias, retirando o lixo diariamente;
- e) utilizar a baia própria para triagem, deixando livres os corredores;
- f) acondicionar o lixo e colocá-lo em área determinada;
- g) colocar os vidros nas caçambas ou tambores, evitando acidentes;
- h) participar das reuniões periódicas para avaliação e encaminhamento;
- i) manter livre a entrada e os corredores do Galpão para circulação dos carrinhos;
- j) respeitar os avisos, os horários de funcionamento do galpão, prensagem, bem como as filas para pagamento;
- k) no caso de uso de som, ligá-lo em volume normal para não perturbar os demais usuários;
- l) usar o telefone somente em casos especiais, respeitando o tempo máximo de 03(três) minutos para recebimento de ligações;
- m) selecionar bem o papel, separando toalhinhas e papel higiênico;
- n) respeitar seu colega, criando um ambiente saudável de trabalho;
- o) zelar pela sua ferramenta de trabalho;
- p) fazer a manutenção do carrinho, cuidando sempre da graxa. (Dias, 2002, p.203-4).

O documento contemplava também, na íntegra, as seguintes proibições aos associados:

- a) entrar embriagado, consumir bebida alcoólica ou qualquer outro tipo de droga no Galpão;
- b) dormir no galpão ou nas suas mediações;
- c) triar material na rua;
- d) acender fogo ou fogareiro na área de triagem;
- e) lavar ou estender roupa no galpão ou mediações;
- f) molhar os papéis na triagem;
- g) receber ligações a cobrar;
- h) usar caixas, cordas ou outros materiais sem a devida autorização do dono;
- i) estacionar carrinhos na área de pesagem e prensagem;
- j) deixar o carrinho dormir na rua;
- l) estacionar carrinhos nos corredores, impedindo as passagens;
- m) portar qualquer tipo de arma.

NOTA - A ocorrência de outras anormalidades será levada ao conhecimento da ASMARE para análise e providências. (Dias, 2002, p.204).

Sobre as penalidades, o documento esclarecia e exemplificava que a advertência deveria ser aplicada conforme o tipo de violação e poderia ser verbal, escrita, ou suspensão por uma semana. Quando o associado recebesse três notificações seguidas, e se ocorresse no mesmo mês, perderia o direito ao benefício do vale transporte. A expulsão definitiva se dava quando o associado praticasse roubo e fosse comprovado. Advertia ainda que “as pessoas expulsas encontradas fazendo triagem de material na rua, estarão sujeitas a fiscalização da PBH” (Dias, 2002, p.204).

A parte final do regulamento apresentava as responsabilidades do vigilante, conforme exposto na íntegra:

- a) estar atento à entrada/saída, circulação e permanência de catadores e demais pessoas no Galpão;
- b) impedir a entrada de pessoas não autorizadas;
- c) exigir a identificação do catador de papel, visitantes e outros. (Dias, 2002, p.204).

O estatuto social, o regimento interno e o termo de compromisso eram documentos que, além de regulamentarem o trabalho da associação, apontavam as medidas que deveriam ser tomadas, caso houvesse violação das regras, visando à proteção dos associados no desenvolvimento de suas atividades. A discussão sobre as regras ainda representa um desafio no cotidiano da Asmare, e, neste contexto, esses autores advertiram que:

Se por um lado, as regras são importantes para assegurar o funcionamento da associação e certa coesão do grupo, por outro, a sua aplicação exige cautela e, em alguns casos, flexibilidade. Os catadores reconhecem que não é possível tratar todos da mesma forma e que é necessário construir arranjos que atendam, ao mesmo tempo, às necessidades do coletivo e às especificidades de cada indivíduo. (Oliveira e Lima, 2012, p.17).

Conforme vimos no capítulo que trata da trajetória da Asmare, sua história foi marcada por inúmeros conflitos urbanos e internos. Sobre essa questão, Dias (2002) advertiu que

Se na rua, os encontros entre os catadores podiam ser fortuitos, nos galpões eles são inevitáveis: há que conviver, há que dividir espaços coletivos... . . . Laços de solidariedade despontam, mas, também, vêm à tona conflitos. Reconhecer o conflito como elemento constituinte dos galpões, não significa tirar-lhes os méritos, mas, simplesmente, reconhecer que eles não têm uma identidade e significado únicos, ou melhor, que sua identidade é constantemente criada e refeita de acordo com o engajamento pessoal de cada catador, de acordo com determinadas conjunturas, da forma como os catadores foram aglutinados naquele espaço de trabalho específico, da maior ou menor presença de catadores históricos na composição dos usuários daquele galpão ou mesmo com a maior ou menor presença das assessorias técnicas. (Dias, 2002, p.126).

Embora os catadores históricos reconheçam as mudanças decorrentes do processo de organização, seja do trabalho não reconhecido das ruas para a construção da nova identidade a partir da associação, tais desafios exigiram mudanças internas e construção de valores coletivos.

Dias (2002) destacou as dificuldades do grupo em relação à participação das atividades coletivas. “Há aqueles que são especialistas em driblar as escalas, tornando o cotidiano de trabalho difícil para todos” (Dias, 2002, p.127). Sobre a tentativa de buscar maior efetividade na participação dos associados, a autora afirmou que

Uma série de fatores vem contribuindo para isso: a alocação estratégica de catadores históricos neste galpão [Contorno], um acompanhamento cotidiano nos primeiros anos da equipe social da Pastoral de Rua e da SLU, o repasse gradual do gerenciamento para os próprios catadores, a rotinização das assembleias mensais do galpão e o próprio amadurecimento dos catadores que ali foram absorvidos, em relação à prática coletiva. (Dias, 2002, p.133).

Neste sentido, seguir a cartilha dos regulamentos nunca foi uma tarefa fácil. Baseada na realidade vivida pelos catadores na década de 90, Dias (2002) esclareceu que “brigas entre os associados acontecem, nos galpões e oficinas, por disputas pessoais, por conflitos gerados a partir da apropriação indevida de áreas coletivas, por abuso de bebida alcoólica”.

Referindo-se aos trabalhadores do galpão Itambé, quando ainda estava em funcionamento, Dias (2002) destacou que havia uma “composição, quase que exclusiva de catadores desvinculados da memória de constituição da ASMARE” (p.134). Se nos anos noventa, tais fatores evidenciavam a complexidade da ausência do sentimento de pertencimento, nos dias atuais, eles foram potencializados, uma vez que nem todos os catadores presentes nos dois galpões (Contorno e Ituiutaba) têm a memória de toda a trajetória da Asmare.

4.2 A experiência da cogestão

No intuito de estimular a capacidade empreendedora da Asmare, sem “enfraquecer sua dimensão de inserção social, bem como a necessidade de um espaço formal que possibilitasse a interação dos diversos parceiros da associação” (Dias, 2002, p.84), foi criada a coordenação colegiada composta pelos membros da diretoria da Asmare e representantes dos seguintes segmentos: Pastoral de Rua, Superintendência da Limpeza Urbana, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cáritas.

Antes de adentrarmos na discussão da coordenação colegiada, ilustraremos uma situação vivenciada pela equipe que apoiava a gestão da Asmare nos primeiros anos, ou seja, os agentes da Pastoral de Rua e técnicos da Cáritas. Ao ser indagada sobre como eram tomadas as decisões nos primeiros anos da Asmare, Cristina Bove destacou que havia muitas discussões entre a equipe e os associados.

Ela esclareceu que assim que o galpão foi construído, a associação ganhou algumas máquinas, porém, não tinha capital de giro. Após muitas conversas, os catadores definiram que iriam acumular o papelão separadamente, para que esse tipo de material fosse comercializado de forma coletiva, obtendo assim um pequeno fundo.

Essa negociação entre os catadores se deu de forma consensual e, não impositiva. Ou seja, participaria desse processo quem tivesse condição de acumular tal material. Quanto aos demais materiais, os catadores continuavam vendendo para os depósitos. Assim, decidiram juntar uma quantidade suficiente para formar uma carga que pudesse encher um caminhão. Quando conseguiram completar a carga

“fizeram foto, festa. [Tudo] era feito de forma voluntária, [os catadores faziam] rodízio para pesar [o papelão] e todo dia alguém ficava lá para pesar. Depois que fizeram a primeira venda, fizeram [também] a primeira divisão. Esse início teve muita participação. Tinha muita festa naquele tempo. Havia muita mística. Cada coisa que acontecia celebravam”. (Cristina Bove).

Como os catadores estavam acostumados a vender separadamente os materiais recicláveis para os depósitos e receber imediatamente o valor correspondente ao peso do produto comercializado, fazer o diálogo com eles, respeitar o que cada um conseguia guardar e experimentar a participação dos catadores na gestão, além de celebrar com eles tais conquistas, nos faz pensar no aprendizado que possibilitou a construção daquela identidade coletiva. Constatamos no campo que, acumular determinado tipo de material para comercializarem coletivamente tornou-se uma prática recorrente na gestão da associação.

Embora a Asmare tenha sido fundada em 1990, a partir de 1993, iniciou uma nova relação com a prefeitura, e em 1997, foi constituída oficialmente a coordenação colegiada, ou seja, o “fórum de planejamento estratégico e de avaliação das ações, contribuindo para a integração das diferentes abordagens de cada parceiro” (Dias, 2002, p.159). A função desse grupo seria planejar e avaliar as ações junto a Asmare, além de,

Dividir as responsabilidades em relação ao aperfeiçoamento das capacidades administrativa e gerencial da ASMARE, na perspectiva de uma maior autonomia dos seus projetos. Assim, esse é um espaço para a discussão não somente dos aspectos mais diretamente ligados ao gerenciamento da coleta seletiva da SLU/ASMARE,

como também daqueles ligados às múltiplas ações e projetos desenvolvidos pela associação. (Dias, 2002, p.84).

Dessa forma, a experiência de gerenciamento da associação ocorreu durante muitos anos por meio da cogestão, buscando a “participação efetiva dos catadores nos processos decisórios e gerenciais” (Dias, 2002, p.108). Ao refletir sobre o papel dos diversos atores e suas incidências, Dias (2002) ponderou

Ora, parceria não é a expressão de interesses altruístas, mas de desejos compartilhados. Assim, a construção de coalisões só se dá a partir do reconhecimento das alteridades dos sujeitos e de seus diferentes tempos, a partir da construção de propostas concretas e de ações conjuntas e, fundamentalmente, a partir da criação de canais onde um parceiro possa influenciar o outro. (Dias, 2002, p.158).

A especificidade dos papéis de cada ator da coordenação colegiada ia se definindo conforme o dinamismo e as contradições vivenciadas no cotidiano da Asmare, bem como a conjuntura política, sem perder de vista a importância de

cada parceiro, assim como dos seus diferentes tempos políticos e pedagógicos. Sem dúvida, na prática, é difícil manter a clareza necessária dos papéis que cada parceiro ocupa na interação. No sentido de manter a legitimidade de algumas ações, muitas vezes torna-se necessário “retroceder” para reconhecer o espaço e lugar das ONGs envolvidas, da administração pública ou dos próprios catadores e poder, então, tentar avançar sem competitividade nem estrangulamentos. (Dias, 2002, p. 159).

Dessa forma, cada parceiro experimentava, desenhava o seu papel e reconhecia o valor dos demais atores na construção de uma gestão compartilhada. Apesar disso, Dias (2002) advertiu que “no afã de inaugurar uma nova relação com esse segmento, a ação da SLU resvalou para um certo paternalismo” (p.160), a medida que relevava alguns acordos firmados com a Asmare, como por exemplo, o condicionamento dos rejeitos.

Este caso é ilustrativo dos conflitos internos dos funcionários operacionais da SLU, pois o procedimento normal seria advertir o município do problema e em caso de persistência interromper a coleta até que a padronização seja cumprida. Na prática, o que acontece é que a advertência é feita, reuniões são realizadas com os catadores para instrução a esse respeito, mas na hora da coleta o encarregado do serviço acaba por não interromper a mesma “por pena dos catadores”. O exemplo em questão também é revelador da dificuldade dos catadores em relação à normatização do seu trabalho. (Dias, 2002, p.160).

Além dos riscos na relação paternalista entre Asmare e a prefeitura, Dias (2002) também enfatizou os cuidados que a equipe da Pastoral tinha em relação à Asmare, “os agentes pastorais estão atentos já há algum tempo, estando os mesmos extremamente empenhados em radicalizar o processo dos catadores em assumir cada vez mais o gerenciamento do seu ‘negócio social’” (Dias, 2002, p.180).

As reflexões feitas pela autora em torno da dicotomia entre autonomia x cooperação, ou seja, se seriam “polos excludentes ou complementares” ainda pairam nos dias atuais. No entanto, observamos mudanças no campo das relações entre a Asmare e os parceiros, como por exemplo, a aplicação de multas pela prefeitura à organização por acumularem resíduos no passeio público.

Hoje, os associados assumiram toda a gestão da Asmare e os parceiros atendem às demandas da associação quando solicitados, seja no suporte jurídico, seja na inclusão de associados em programas de moradia, ou dependendo da situação, na mediação de conflitos, dentre outras.

4.2.1 Os processos formativos dos catadores

No período de 1994 a 1999, os associados novos e antigos da Asmare fizeram diversos cursos de capacitação com o propósito de “fortalecer o processo organizativo dos catadores e de qualificação enquanto profissionais da coleta seletiva do município” (Dias, 2002, p.93). Segundo a autora, a partir de 1996, tais cursos se tornaram pré-requisitos para admissão de novos associados na Asmare e abordavam os seguintes temas:

Relações humanas: tem como objetivo fortalecer os laços de amizade e integração entre os catadores e destes com o universo de pessoas que com eles se relacionam no dia-a-dia;

Limpeza urbana e reciclagem: discute os aspectos gerais ligados à limpeza urbana e à coleta seletiva em particular e o papel do catador como agente ecológico;

Aterro sanitário: visita técnica que propicia ao catador ver in loco como se dá destinação final do lixo e entender a diferença entre aterro e lixão, bem como a importância da redução e reciclagem do lixo;

Segurança no trânsito e no trabalho: orienta os catadores sobre as normas de circulação de veículos de tração humana com base no Código Nacional de Trânsito e sobre as normas de proteção e segurança no trabalho (uso de equipamentos de proteção individual, prevenção e combate ao fogo);

Saúde do catador: aborda os riscos à saúde do catador no exercício de sua atividade e os cuidados necessários, orienta sobre as doenças sexualmente transmissíveis e sobre a saúde em geral;

Organização da ASMARE e cooperativismo: aborda a história de constituição da entidade, discute o estatuto, as normas de funcionamento dos espaços de trabalho, direitos e deveres do associado e a história do movimento cooperativista. (Dias, 2002, p.93).

Os cursos eram oferecidos e coordenados pela prefeitura e pastoral de rua. Segundo Cristina Bove, logo que a capital iniciou a experiência da coleta seletiva, houve várias

capacitações para que os catadores pudessem se socializar e se sentirem como trabalhadores do meio ambiente.

Neste sentido, a equipe se empenhou em discutir com eles o significado de material reciclável, como seria realizada a coleta seletiva, “a importância [dos catadores] como pertencentes a essa sociedade e que estavam fazendo um benefício, melhoravam as condições da cidade”. Outra questão abordada nos cursos era sobre a importância dos controles, da organização dos dados de produção, e das anotações. Os catadores participaram de treinamentos para utilização correta da balança e “tudo era feito de forma coletiva para trabalhar a questão ética, da transparência. Esse processo foi com todo mundo, claro que nem todos participavam”. Como estavam acostumados a comercializar os materiais que recolhiam nas ruas, segundo Cristina Bove, “vários deles entendiam o processo de compra e venda”.

Outra questão que inquietava a equipe era a presença das crianças, filhos de catadores, e, eram muitos.

“Elas se misturavam ao trabalho. Fizemos um trabalho [junto às escolas próximas da Asmare] e [as crianças] começaram a ir para as escolas. O processo . . . das crianças que estavam nas ruas [irem para as escolas] foi lindo. [Houve] ruptura de preconceitos pela escola. Foi muito importante para a socialização [dos catadores e dos seus filhos] no início. Tinha reforço escolar, inclusive. Por causa de todos os problemas que aconteciam. . . . Tudo era motivo de discussão. . . . Eram valores que se discutiam ali. Não havia 100% de adesão [dos catadores]. Mas era uma grande maioria [que participava das capacitações e das discussões]”. (Cristina Bove).

A religiosa advertiu ainda, que, no início, os técnicos eram capacitados para trabalharem na Asmare, todavia, aos poucos, as atividades formativas para os técnicos foram se perdendo, como também foi se perdendo a sistemática de capacitações com os catadores antigos e aqueles que se preparavam para experimentarem o trabalho na associação.

Ao longo dos quase trinta anos da Asmare ocorreram vários outros cursos promovidos por parceiros diversos e também por meio de demandas do Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis junto aos governos estadual e federal. Contudo, os cursos para entrada de novos associados não ocorrem mais e os catadores históricos parece sentirem falta dessas práticas antigas que preservava a memória do grupo, conforme o relato dessa associada: “hoje a pessoa entra na Asmare e não sabe a história, não sabe o que significa, antes para entrar tinha regras, tinha deveres, tinha obrigações, tinha capacitação. Hoje se perguntar os novatos ninguém sabe”.

4.2.2 A organização interna do trabalho

Durante o período em que a Asmare contava com o suporte financeiro da prefeitura, as atividades nos galpões eram setorizadas para facilitar o gerenciamento do trabalho e, segundo Dias (2002), além dos associados, havia funcionários¹¹ contratados que atuavam nos três setores. A composição da equipe de trabalho de cada setor foi alterada ao longo dos anos, todavia, faremos primeiramente um resgate de como ocorria a dinâmica de funcionamento da Asmare e, em seguida, apresentaremos como ocorre atualmente.

Setor de triagem: Este setor cuidava do controle do material proveniente da coleta seletiva municipal e das doações. Composição da equipe:

- **Coletores (associados ou funcionários):** Utilizando os caminhões alugados pela Asmare, eles seguiam o roteiro da associação e realizavam a coleta em vários pontos. Eram responsáveis por manter organizados os pontos de coleta e, também, efetuar a entrega dos recicláveis ao setor de triagem.
- **Triadores (associados):** triagem fina, ou seja, separação dos diversos tipos de papel, plástico e metal. Por exemplo: papel revista, jornal, papelão, papel branco. Cada tipo de papel tem uma classificação e valor no mercado. Durante a triagem, controlavam a qualidade e em seguida providenciavam sua pesagem, acompanhando junto com o balanceiro a destinação desses materiais para a área de estoque do material solto. Também cuidavam da organização e limpeza do setor.
- **Balanceiro (associado):** Controle da pesagem e organização dos recicláveis nos boxes de triagem, entrega de recibos, controle do estoque.
- **Coordenador (associado):** “acompanhar a entrada e saída dos materiais na área da triagem, tanto os advindos da coleta feita pela SLU, quanto [à] coleta mecanizada realizada pela ASMARE” (Dias, 2002, p.112). Monitorava a organização e limpeza do galpão, bem como, a qualidade do material, a pesagem e o estoque, as anotações nas planilhas e, ainda, repassava as tarefas para os triadores.

Setor operacional:

- **Coordenador (associado):** Em cada galpão havia um coordenador responsável pelo acompanhamento da qualidade do material e pelo maior reaproveitamento dos

¹¹ Aqui denominamos funcionários, os profissionais contratados pela Asmare para realizar funções administrativas e operacionais. Essas contratações estavam previstas no convênio, assim como o repasse de recursos para estas e outras finalidades.

recicláveis. Fazia as anotações da produção dos catadores, da coleta e das doações nas planilhas, anotava os materiais comprados de terceiros, além da entrega de recibos. Fazia o “controle de entrada e saída dos funcionários; controle da área operacional e de estoque e organização e limpeza do espaço operacional” (Dias, 2002, p.111).

- **Balanceiros** (funcionários): Faziam a pesagem de todo o material, entregavam os recibos, verificavam a qualidade do material e acompanhavam a organização dos papéis, plásticos e metal, ou seja, o armazenamento do material reciclável solto de acordo com o tipo, por fim, cuidavam da organização e limpeza do galpão.
- **Prensistas** (funcionários e associados): Enfardamento dos materiais recicláveis, anotações dos fardos em planilhas e, assim como os outros, também acompanhavam a qualidade e estoque do material enfardado.

Setor administrativo: responsável por controlar a produção, organizar as demandas de coleta, providenciar a comercialização, realizar os pagamentos, fornecer informações para as reuniões da diretoria. Jacobi e Teixeira (1997) ressaltaram que a comercialização dos materiais recicláveis era realizada para dois atravessadores, sediados em Belo Horizonte, e sete indústrias recicladoras, sediadas em outras localidades. Para obter melhores preços na venda dos materiais recicláveis, a associação fazia um estoque até formar uma quantidade que pudesse atrair os compradores. Nesta direção, Dias (2002) advertiu que a comercialização ocorria por meio de concorrência entre os compradores. A definição do comprador era baseada na capacidade de apresentar “o melhor preço e a maior agilidade na retirada do material adquirido” (Dias, 2002, p.111). Esta autora descreveu a composição dessa equipe:

- **Administrador (funcionário contratado):** cuidava do “gerenciamento dos espaços e do pessoal e a administração geral da ASMARE e sua capitalização” (Dias, 2002, p.110); controlava o fluxo de caixa (receitas e despesas); controlava todo o material que entrava e saía da associação; realizava as pesquisas de preços dos materiais para compra e venda.
- **Auxiliares administrativos (funcionários contratados):** responsáveis pelo controle da produção do material que vinha dos catadores, da coleta seletiva e das doações; a organização dos dados, elaboração de relatórios e preparação da prestação de contas mensal.
- **Coordenador (membro da diretoria):** responsável por “acompanhar as atividades administrativas; avaliar e liberar pagamentos; acompanhar e liberar a compra e venda de material e contratar e demitir pessoal” (Dias, 2002, p.110).

Observamos ainda que, durante o período do convênio, com exceção do coordenador, os demais integrantes do setor administrativo eram funcionários contratados. Dessa forma, a Asmare contava com o acompanhamento de parceiros e técnicos nos processos decisórios e gerenciais. Dias (2002) acrescentou que habitualmente ocorriam assembleias mensais nos galpões para “socialização da planilha de controle contábil e financeiro e discussão de questões de interesse geral” (p.114).

O organograma apresentado nos estudos de Dias (2002) inclui, no setor administrativo, a participação de um contador e, também, o setor de informática, com a presença de um analista de sistemas. Segundo o relato dos associados, o convênio também mantinha o contrato dos vigias.

Dias (2002) destacou que a equipe de apoio a Asmare se afastou gradualmente da gestão dos setores para que os associados pudessem assumi-la.

A equipe social da Pastoral, por exemplo, passou a concentrar mais a sua ação nas abordagens de rua a novos catadores e menos na resolução dos problemas cotidianos, propiciando, assim, que o catador assumisse mais a coordenação dos espaços. Nos galpões da Curitiba e da Itambé, a SLU que mantinha, inicialmente, funcionários operacionais que co-gerenciavam o espaço junto com os catadores, foi restringindo, paulatinamente, a sua presença a momentos específicos como assembleias ou a resolução de situações-limite. Esse re-direcionamento da atuação das assessorias, possibilitou aos catadores assumirem mais a responsabilidade pelos destinos da Associação. Hoje, por exemplo, a coordenação do setor operacional da ASMARE é toda feita pelos catadores e, apesar de várias dificuldades, os mesmos vêm acompanhando mais o setor administrativo. (Dias, 2002, p.134).

Com o passar dos anos, a estrutura do setor de triagem foi modificada e somente permaneceram os associados que atuam nos boxes de triagem. No setor operacional, as funções de balanceiro e prensista passaram a ser assumidas pelos próprios associados. Em relação ao setor administrativo, conforme já expusemos, a associação contou com a presença de funcionários contratados até a finalização do convênio e, durante um ano, mantiveram uma contadora no galpão da Contorno e um administrador no galpão da Ituiutaba.

Observamos nos estudos empreendidos por Jacobi e Teixeira (1997), Kemp (2001), Dias (2002), Freitas (2005) e nas entrevistas com Cristina Bove, a riqueza dos aprendizados acumulados e também os desafios do trabalho coletivo.

4.3 A atual organização interna do trabalho

Neste tópico, nos debruçaremos no momento atual, o cotidiano das atividades realizadas nos dois galpões, desde a coleta do material até a finalização do processo no escritório. A principal diferença em relação ao tópico exposto anteriormente é a presença exclusiva dos associados em todos os espaços de trabalho.

Embora naquela época a organização do trabalho fosse setorizada, o campo nos mostrou que os associados reconhecem somente o setor operacional, que é onde ocorre a pesagem, prensagem e saída dos materiais para comercialização. A estrutura administrativa atualmente é reconhecida como o trabalho do escritório. Dessa forma, faremos a exposição da estrutura atual considerando a forma como os associados a reconhecem no seu cotidiano.

Observamos que na Asmare há uma classificação entre os associados: catadores e catadoras fazem a coleta; triadoras e triadores separam os materiais recicláveis por tipo; prensistas produzem os fardos; e os demais associados são os diaristas.

Os diaristas correspondem a um grupo de associados cujas funções não têm como medir sua produtividade, tais como: anotar as pesagens, trabalhar no escritório, realizar limpeza, realizar palestras, acompanhar as visitas de escolas e outras instituições, participar de reuniões, representar a associação em eventos, fragmentar documentos sigilosos, vigiar o galpão, dirigir o caminhão, dirigir a empilhadeira, recolher o material nos grandes geradores, dentre outras.

Daremos destaque às principais diferenças observadas nos dois galpões.

4.3.1 A coleta do material reciclável

Os catadores recolhem os materiais recicláveis nas ruas, com os seus carrinhos ou veículos motorizados e transportam para o galpão da Contorno.

Em cada galpão há uma equipe de coleta composta por dois associados: o motorista e o ajudante. Eles recebem do pessoal do escritório o roteiro com o nome e endereço das empresas, órgãos públicos, condomínios, bancos, etc. O material reciclável é transportado em veículo próprio ou alugado pela própria associação.

Atualmente, os associados realizam a coleta em eventos acompanhados pela Asmare, tais como, os jogos no estádio Mineirão, em shows, exposições, feiras, dentre outros. Nessa atividade, tanto podem participar associados do galpão da Contorno quanto do galpão da Ituiutaba.

Outra prática comum é o recebimento de doações no portão dos dois galpões da Asmare.

No galpão da Ituiutaba, as doações que chegam ao portão são recebidas por qualquer associado que estiver por perto e encaminhada para a triagem. Esse galpão também recebe os caminhões da coleta seletiva municipal que é realizada por empresa contratada pela prefeitura. Os recursos obtidos com a comercialização dos materiais destinados para essa unidade, são rateados entre todos os associados que trabalham nesse local.

No galpão da Contorno, durante muitos anos, as doações que eram destinadas diretamente para a associação eram controladas por um administrador contratado e repassadas para o coletivo. Com a saída desse profissional, o grupo não manteve esse controle e alguns associados passaram a interceptar os doadores no portão e a recolherem um grande volume de materiais recicláveis para eles próprios, comprometendo a receita da associação. Essa questão também tem sido motivo de inúmeros conflitos vivenciados pelo grupo e será tratada no próximo capítulo.

4.3.2 A triagem dos materiais recicláveis

O ponto de chegada dos catadores no galpão da Contorno são os boxes individuais de triagem. Observamos que é bastante comum os catadores trabalharem com os seus parentes, enquanto alguns buscam os materiais nas ruas, outros ficam nos boxes realizando a triagem. Outro problema que identificamos foi que, após a ruptura do convênio e do fornecimento do vale transporte, alguns catadores passaram a utilizar os boxes como moradia, instalando geladeiras, fogões, colchões e permanecendo as noites e os finais de semana nesse galpão.

Enquanto alguns catadores levam dias ou uma semana para a separação dos materiais recolhidos nas ruas, outros levam duas semanas ou mais. O acúmulo do material para ser triado no box também causa desconforto no grupo, uma vez que invade os corredores de circulação, além de provocar mau cheiro e atrair insetos e roedores.

Comumente, os associados recolhem os resíduos recicláveis gerados em eventos onde a Asmare tenha participado na capital. A triagem desses materiais oriundos dos eventos normalmente é realizada por uma equipe específica.

Em relação às doações que chegam ao portão do galpão da Contorno e que não foram interceptadas por catadores ou aquelas que o caminhão da Asmare buscou em empresas, bancos e outros geradores, há uma equipe de associados responsáveis pela triagem desse material e que recebe por produtividade.

No galpão da Ituiutaba, os caminhões da coleta seletiva levam o material para os boxes onde atuam as triadoras. Também há uma equipe responsável pela triagem dos materiais que foram levados no portão do galpão por pessoas da comunidade, empresas, órgãos públicos, ou recolhidos pelo caminhão próprio ou alugado.

Há vários anos esse grupo acordou que fariam o controle da produtividade da equipe de triagem. São majoritariamente mulheres e costuma triar cerca de 1500 kg por semana para participar do rateio de forma igualitária. Caso não produza essa quantidade ou falte, a associada que trabalha no escritório conversa com a triadora, mostra a sua produção da semana e faz o desconto no momento do pagamento. A meta de triagem é uma prática antiga no galpão da Ituiutaba e, em função da queda nas quantidades de materiais que estão chegando ao galpão, o grupo se reuniu e deliberou pela não cobrança dessa produção, até que essa realidade mude.

4.3.3 A pesagem dos materiais recicláveis

Após a triagem, o material é repassado para o setor operacional onde ocorre a pesagem e prensagem.

No galpão da Contorno, quando o catador entrega o seu material, o balanceiro anota a pesagem no caderno e, quando solicitado, repassa um recibo contendo informações sobre o tipo de material e o peso para o acompanhamento da sua produção semanal. Os demais materiais triados oriundos de doações e eventos também são pesados e anotados no caderno.

As pesagens são anotadas em dois cadernos, um que contém informações da produção de segunda a quarta-feira, e outro, que contém as anotações da quinta-feira, dia de maior movimentação no setor operacional.

Além de pesar o material triado, o balanceiro também pesa o material prensado e faz a anotação no caderno acompanhado pelo prensista que produziu os fardos.

Vale lembrar que após inúmeras discussões, os associados deliberaram pelo não funcionamento da balança na sexta-feira por causa da necessidade de finalizarem o fechamento da produção para os pagamentos.

Com a conquista da empilhadeira, um associado com carteira de motorista e que passou por uma capacitação para utilização desse equipamento, costuma buscar o material nos boxes de triagem facilitando e agilizando o processo. Eventualmente outros associados auxiliam nessa função.

No galpão da Ituiutaba, alguns associados também dirigem a empilhadeira aliviando o esforço com a carga daquela atividade. A mesma associada que atua no escritório anota a pesagem do material triado e prensado. A equipe de triagem acompanha a sua produção diariamente, uma vez que recorrem a esta associada para saber a pesagem triada na semana.

4.3.4 A prensagem dos materiais recicláveis

No galpão da Contorno, após sua pesagem, o material triado é depositado nos boxes conforme o tipo e, uma equipe de prensistas inicia o processo de enfardamento. Os fardos também são pesados e anotados no caderno para controle de pagamento dos prensistas que recebem pela quantidade de fardos produzidos na semana. Alguns associados que recebem valores fixos, chamados por eles de “diaristas” também produzem fardos e, durante o dia, não recebem pela quantidade produzida, exceto se trabalharem à noite. A quinta-feira é o dia de maior movimentação neste setor e os prensistas costumam trabalhar durante a noite para que os fardos estejam em condições de serem comercializados na sexta-feira pela manhã, assegurando o pagamento dos catadores no período da tarde.

No galpão da Ituiutaba há um grupo de associados que reveza em suas atividades: fazem a coleta, dirigem a empilhadeira, produzem fardos, descarregam e carregam o caminhão, acompanham a venda, fazem a limpeza da frente do galpão. Quando ocorrem desentendimentos entre eles em relação à coleta, uma triadora paralisa suas atividades no box e acompanha o motorista no caminhão para recolher o material dos doadores. Somente quando há quantidade expressiva de material é que o grupo extrapola o horário.

Diferentemente do outro galpão, todos os associados participam do rateio independente da quantidade de fardos produzidos.

4.3.5 O escritório

Cada galpão possui um escritório e conta com a presença diária de uma associada que controla todo o trabalho, desde o atendimento ao telefone, leitura e respostas a mensagens eletrônicas, elabora o roteiro com a coleta, acompanha a negociação dos preços e comercialização, além do pagamento aos associados.

A sexta-feira costuma ser o dia mais apertado para essas associadas nos dois galpões, pois é o dia de fechamento da produção, comercialização e pagamentos. No galpão da Contorno, toda a diretoria costuma acompanhar essa etapa e assinar os cheques, enquanto no galpão da Ituiutaba, o processo é acompanhado pela presidente.

No galpão da Contorno, todas as anotações das pesagens são repassadas para a equipe do escritório realizar os lançamentos nas planilhas, providenciar a comercialização juntamente com o tesoureiro e calcular os ganhos de cada associado, seja ele catador ou “diarista”. A complexidade no fechamento da produção é maior, pois ocorrem diferenças em relação à forma de pagamento dos associados. Vimos que há um grupo que recebe por produtividade, os catadores, prensistas e triadoras, e há outro grupo denominado “diaristas” que recebe valores fixos independente da receita da Asmare.

Desde o início, o ganho dos catadores, concentrados no galpão da Contorno, sempre variou conforme a sua produtividade, ou seja, o volume do material reciclável controlado pela Asmare conforme a quantidade e tipo. Durante o levantamento bibliográfico e documental, não conseguimos apurar como a associação calculava os valores a serem pagos aos catadores, todavia, o campo mostrou que tais valores aumentavam ou diminuía de acordo com as decisões dos compradores. Também não conseguimos compreender a origem e nem os critérios para a fixação dos valores pagos aos “diaristas”.

Observamos ainda que, nos dias atuais, o tesoureiro da Asmare costuma ficar atento aos preços praticados pelos depósitos nas imediações da associação e, com isso, define os valores a serem pagos aos catadores considerando a competitividade com tais depósitos, além de buscar atrair a entrega dos materiais recolhidos pelos catadores, para que a associação possa aumentar o volume a ser comercializado e, com isso, aumentar sua receita semanal.

No galpão da Ituiutaba o processo é menos complexo, pois logo que constata o valor da receita semanal, a associada deduz as despesas daquele período e as sobras são rateadas de forma igualitária com todos os associados presentes naquele galpão, inclusive a presidente.

Nesse caso, o grupo costuma controlar a pesagem do material que chega da coleta seletiva e das doações e que são separados pelas triadoras. No início da pesquisa observamos que o grupo cobrava uma produção semanal de 1500 kg por semana de cada triadora. Ao final deste estudo, não havia tal cobrança em função do esvaziamento do galpão.

No período em que a Asmare contava com um administrador externo no seu quadro de funcionários, todo o controle era feito e acompanhado por ele. Houve um período em que um associado assumiu essa função.

Em 2014, após a ruptura do convênio, a equipe do INSEA desenvolveu oficinas com os associados para discutir a alteração do estatuto e a preparação do processo eleitoral da nova diretoria. Em 2015, quando iniciamos este estudo, desenvolvemos atividades conjuntas: novos membros da diretoria, associados que atuam ou atuaram no escritório, equipe do INSEA e estagiários da psicologia no intuito de compreender a dinâmica dos processos administrativos e financeiros, as dificuldades presentes e buscar com eles os caminhos para que pudessem se apropriar de todas as atividades do escritório, assim como fazem com as outras etapas do trabalho. Como esse processo ocorreu exatamente no momento em que iniciamos este estudo, aprofundaremos sobre esse aspecto no capítulo que trata dos desafios da nova diretoria.

4.4 As mudanças no campo de atuação

À medida que a experiência associativa se consolidava, percebemos que o negócio da Asmare ampliou-se para outras atividades que tinham alguma relação com a cadeia produtiva da reciclagem. A Asmare buscou diversificar seu campo de atuação, ofertando à população em situação de rua, e aos próprios associados, outras oportunidades de geração de trabalho e renda, tendo em vista as diferentes habilidades e interesses dos trabalhadores.

Foram desenvolvidos projetos que permitiram a realização de atividades como marcenaria, confecção de roupas, reciclagem de papel, confecção de pastas e materiais para congressos, cursos, eventos, artesanato feito com recicláveis, atividades em casa de shows e restaurante, fabricação de ecoblocos, participação em eventos, dentre outras. Sobre o crescimento da Asmare frente aos inúmeros projetos, Cristina Bove advertiu que

A Asmare foi crescendo em termos de projetos. [Quando] tinham problemas, faziam projetos e chegava dinheiro. Faltou acompanhamento dos projetos pelos catadores. Os catadores não conseguiam se apropriar. O que faz se sentir, se empoderar é conseguir entender a gestão. E estava muito complicada a gestão, havia muitos projetos, muitas coisas e eles não conseguiam acompanhar. (Cristina Bove).

Essas iniciativas contavam com o patrocínio de outras instituições e, à medida que os projetos se encerraram, tais atividades foram desativadas pelo fato de a Asmare não ter se estruturado financeiramente para dar prosseguimento a elas.

É possível depreender que ocorreram mudanças no campo de atuação da Asmare. Se durante um tempo a associação ofertou diversas alternativas de geração de trabalho e renda para a população em situação de rua, pois havia projetos e recursos para esta finalidade, no momento atual as atividades da Asmare estão concentradas na coleta seletiva.

Embora a associação tenha vivenciado as perdas de diversos projetos, outras oportunidades surgiram, foram aproveitadas e ainda estão presentes no cotidiano, contando com a participação dos associados. Para ilustrar, apresentamos uma parceria estabelecida entre a Asmare e a Fundação Dom Cabral¹² entre 2009 e 2010. Além de três técnicos que acompanhavam a Asmare, quatro associados que participavam da diretoria, naquela época, foram capacitados para empreender novas alternativas que pudessem agregar o valor ao trabalho. Nesse sentido, o grupo definiu por ampliar as ações da Asmare no mercado, oferecendo os seus serviços de coleta seletiva em eventos e instituições. Naquele período, a equipe da Fundação acompanhava mensalmente as atividades da Asmare e suas atividades foram finalizadas com a elaboração de um planejamento estratégico direcionado a gestão.

Fruto dessa parceria, sistematicamente, a associação participa de atividades de coleta seletiva em locais de aglutinação de pessoas, ou seja, eventos, shows, exposições, jogos esportivos no estádio do Mineirão, dentre outros. Tais iniciativas são denominadas Eventos Sustentáveis e são formalizadas por meio de um contrato de prestação de serviços. A associação recebe do parceiro uma quantia acordada para pagar a equipe de trabalho responsável pelo recolhimento e triagem do material. A Asmare também ganha com a comercialização do material recolhido no evento.

Em outras situações, a parceria ocorre de maneira informal e a Asmare somente recebe pela comercialização dos materiais. Nesse segundo caso, a venda do material deve ser

¹² Maiores informações sobre o programa Parcerias com Organizações Sociais da Fundação do Dom Cabral podem ser obtidas em: <http://www.fdc.org.br>

suficiente para custear o trabalho da equipe responsável pela coleta e triagem, caso contrário, a associação assume o pagamento da equipe.

Embora essa atividade contemple o envolvimento de vários associados, observamos que, em relação aos serviços prestados durante os jogos no Mineirão, somente uma equipe atua e se beneficia. Eles demonstram satisfação com o trabalho que realizam, o que permite a complementação da sua renda.

Como a renda dos associados tem caído consideravelmente por causa da redução dos preços e da quantidade de materiais recicláveis que chegam aos galpões, o fato de haver uma equipe exclusiva que se beneficia dos eventos sustentáveis tem sido motivo de discussão durante algumas reuniões, principalmente no galpão da Ituiutaba, quando associados reivindicaram que houvesse rodízio nesta atividade e maior controle na comercialização dos recicláveis provenientes desses eventos.

Observamos que nem os membros da diretoria nem os demais associados têm elementos para avaliarem os resultados dessa atividade, pois a equipe responsável por este serviço não costuma fazer a prestação de contas. Por outro lado, a presidente costuma reclamar da ausência dessas informações durante as reuniões, mas os demais membros da diretoria parece não priorizarem essa questão. Normalmente decidem focar sua atenção em outros problemas, como eles mesmos dizem, “BOs”, ou seja, “Boletins de Ocorrência” quando se referem a temas que consideram mais sérios.

Tal situação suscita algumas questões: por que a diretoria, ou mesmo os demais associados não conseguem acompanhar mais de perto a gestão desse serviço? Será que a participação nos eventos em que não são assegurados os pagamentos dos associados de fato é sustentável? Será que as parcerias formalizadas favorecem à Asmare como um todo ou apenas um pequeno grupo de associados?

Ressaltamos que cotidianamente a Asmare realiza palestras em instituições de ensino, empresas, órgãos públicos e outras no intuito de apresentar a experiência da associação e estabelecer novas parcerias na doação de recicláveis. A associação também recebe a visitação de instituições de ensino e empresas nos ambientes de trabalho, favorecendo o diálogo com a comunidade. Tanto as palestras quanto a visitação, segundo os associados, não são cobradas. Elas possibilitam maior visibilidade à associação, além de abrir oportunidades para novas doações de materiais recicláveis.

4.5 Outra experiência de inclusão

A Asmare, além de acolher pessoas em situação de rua, também vem acolhendo há anos e sem qualquer tipo de apoio financeiro, muitas pessoas encaminhadas pela justiça para o cumprimento de pena. Ou seja, apoia o CEAPA – Central de Apoio de Acompanhamentos às Penas e Medidas Alternativas, SEFIPS – Setor de Fiscalização de Penas Substitutivas, e Programa de Prestação de Serviço a Comunidade.

Essa iniciativa, desde o início, vem sendo acompanhada por uma das sócias fundadoras da Asmare e reflete a solidariedade de quem sentiu na pele o estigma de morar e trabalhar na rua. Com isso, a Asmare cumpre novamente o papel de socialização de pessoas excluídas, fortalecendo a sua dimensão social no espaço urbano.

5 A CRISE NA ÓTICA DOS CATADORES

Ao tentar compreender em que consiste a crise atravessada pela Asmare a partir dos relatos sobre os conflitos e problemas presentes no seu cotidiano, bem como, sua origem, estratégias de enfrentamento e persistência desses desafios, nós nos deparamos com uma diversidade de olhares, envolvendo fatores externos e internos à associação.

5.1 A crise e os fatores externos à Asmare

Na visão dos catadores, vários fatores externos estão provocando a crise, pois representam a diminuição da produtividade e da renda dos associados, além da ameaça à sobrevivência da associação.

5.1.1 *Asmare e a crise no mercado*

Para a maioria dos entrevistados, a crise econômica que afeta o país tem impactado diretamente a Asmare, levando à redução drástica do material reciclável e tornando-se um fator preocupante para os associados ao colocar em risco seu trabalho, sua renda e os compromissos assumidos pela associação.

O problema hoje é essa queda de material que teve pra gente. Infelizmente, como [a crise econômica] afetou as lojas, afeta a Asmare. Se não tem venda lá fora, não tem material pra ser reaproveitável, por que tá tudo embalado ainda, então como vai sair pra fora? Então, por isso, que teve a queda aqui. Então, hoje, infelizmente a Asmare tá passando por essa crise de material. . . . Infelizmente, a queda do material vai afetar tudo. Os compromissos que a Asmare tem de pagar. Entendeu? Por que é através do material que sai o valor. Cai o pagamento... Isso aí que é prejudicado, vai prejudicar, tanto os pais de família como os compromissos que a Asmare tem no mês. (triadora da Ituiutaba).

A presidente da Asmare também estabeleceu uma relação entre a crise da associação e a crise do mercado, acrescentando outro elemento que contribui com a queda na quantidade do material que chega às associações: a concorrência nas ruas com pessoas e “deposeiros”¹³

¹³ Deposeiros: donos de depósitos, compradores de material reciclável.

que recolhem antes do caminhão da coleta seletiva o material de maior valor no mercado, tais como papelão, garrafas pet e latinhas.

E com a taxa de desemprego tão alta, a população tá começando a catar material com carro particular, então, acaba que muito material não estão indo para as cooperativas, não é só a Asmare, mas todas as cooperativas estão passando por um momento muito delicado. (presidente da Asmare).

Alguns associados afirmam que se houver um aumento na quantidade de material que chega aos galpões da Asmare a crise na associação irá cessar.

Tudo indica que a crise econômica trouxe sérios problemas para a Asmare afetando a renda dos associados, pois além da redução na geração de resíduos, o material reciclável se tornou uma oportunidade para terceiros que concorrem com os catadores históricos.

5.1.2 As mudanças no sistema de coleta seletiva municipal

No galpão da Ituiutaba, os associados atribuem a crise às mudanças adotadas pela Superintendência da Limpeza Urbana - SLU, órgão municipal responsável pela gestão do serviço de coleta seletiva de materiais recicláveis. Tais mudanças impactaram na redução de materiais recicláveis.

Segundo relatos dos próprios associados, há cerca de um ano, a SLU decidiu realizar uma experiência piloto, alterando o sistema de coleta seletiva, ou seja, substituíram os caminhões baú por caminhões compactadores com o objetivo de ampliar a cobertura do serviço para outros bairros. Todavia, os moradores já haviam se acostumado a separar os recicláveis e dispor adequadamente nas ruas para recolhimento pelos caminhões baú e transporte para as associações e cooperativas de catadores de Belo Horizonte.

Com a introdução dos caminhões compactadores, isto mudou. Embora sua capacidade de recolhimento seja muito maior do que a do caminhão baú, durante a etapa de coleta nas ruas, os materiais recicláveis são misturados e prensados no caminhão compactador acarretando sua má qualidade. Com isso, após a disposição desses resíduos no galpão da Asmare, durante a etapa de triagem, muitos materiais são descartados por causa da contaminação, diminuindo a quantidade produzida, além de comprometer a saúde e segurança dos trabalhadores. Sobre esta questão, a presidente da ASMARE adverte:

“Eles sabiam que vinha reciclável separado. Na cabeça da população o caminhão compactador é só resíduo não reciclável. Então, pra mim, o caminhão compactador é

lixo, é só o que não é reaproveitável. Mas o que que acontece? A SLU agora retirou todos os caminhões gaiola e começou a colocar o compactador. Acaba que o compactador pega o material, por exemplo, ele vai nas comunidades e pega o vidro, o vidro ele quebra todo, então, acaba que fica difícil para as pessoas separarem. Tem toda a dificuldade, a maioria das pessoas não entende. Mesmo tendo uma placa na lateral do caminhão dizendo que o compactador é coleta seletiva as pessoas têm que saber que tá dando trabalho, não é só colocar o caminhão compactador e falar que é reciclável”. (presidente da Asmare).

Para a presidente da Asmare, as pessoas que separam os materiais recicláveis deveriam ter sido comunicadas a respeito da mudança de caminhão, uma vez que associam o caminhão compactador com a coleta domiciliar convencional. Nesse outro sistema, os moradores descartam todos os resíduos misturados e, após o recolhimento, são destinados ao aterro sanitário.

Como a prefeitura não informou sobre essa mudança, o descarte de material misturado se tornou uma prática e fez com que aumentasse significativamente a quantidade de rejeito nos galpões das associações e cooperativas, que deveriam receber somente material reciclável. Aumentou também o número de acidentes com cortes por vidro, uma vez que esse resíduo, ao ser recolhido, é prensado, provocando sua quebra e insegurança no seu manuseio. Uma associada do galpão da Ituiutaba fala sobre essa falta de segurança e o material misturado

“Eu acho que falta equipamentos de EPI, né? Ainda mais esses caminhões compactador. Vem muito vidro quebrado, vidro demais. E infelizmente essas luvas de pano não aguentam não. Aquilo ali [misturado] é jogar nosso dinheiro fora”. (triadora da Ituiutaba).

A presidente acrescenta que essa alteração no sistema deveria ter sido divulgada para a população por intermédio dos meios de comunicação.

“Tem que fazer um trabalho com a população. Colocar isso na mídia, fazer propaganda na mídia. Pra mostrar que tem o caminhão tal, tal, tal, e que esse caminhão não é rejeito é de reciclável. E acaba que esse material vem muito misturado, muito difícil de reciclar e joga tudo fora”. (presidente da Asmare).

Os associados alegam que, embora a intenção da SLU fosse experimentar o uso do caminhão compactador visando o aumento na abrangência da coleta seletiva, essa prática que, inicialmente, seria temporária com caráter de teste, tornou-se definitiva e prejudicial para os catadores. A exemplo da Asmare, essa medida vem sendo criticada pelas outras organizações de catadores em Belo Horizonte, durante as reuniões do Fórum Municipal Lixo e Cidadania¹⁴.

¹⁴ FML&C: Espaço democrático de discussão das políticas públicas municipais de resíduos sólidos. Participação de secretarias da Prefeitura, representantes da sociedade civil, iniciativa privada, legislativo, organizações de catadores, dentre outros segmentos. Maiores informações podem ser obtidas: <http://lixoecidadaniabh.org.br/o-forum/>.

Portanto, a mudança no sistema de coleta seletiva pelo órgão responsável tem sido um problema para a Asmare, pois embora a proposta fosse ampliar o volume coletado, a ausência de diálogo junto à comunidade trouxe consequências drásticas na disposição final dos recicláveis na associação, uma vez que, além de comprometer a qualidade e quantidade, também vem comprometendo a saúde dos trabalhadores.

5.1.3 A diminuição de materiais recicláveis

A Asmare sempre recebeu a doação de um grande volume de documentos sigilosos provenientes de órgãos públicos para serem triturados. No entanto, há alguns anos houve uma redução significativa na quantidade desse tipo de material decorrente da mudança nos hábitos que estimulam a não geração de resíduos.

“O material reciclável tá sumindo hoje em dia no mercado. Que hoje em dia eles [órgãos públicos] não tão arquivando documento igual eram antigamente. Parece que eles tão arquivando tudo eletrônico agora, dentro do computador. Então, o papel tá sumindo. O papel A4 que tá sumido ele ajudava na nossa produção. Então, hoje em dia a gente quase não tá tendo para triturar esse material sigiloso, né? Tá acabando tudo”. (associada do escritório da Contorno).

Além dessa mudança de hábito, outro fator que agrava a crise, visto que também provoca a diminuição de entrada de recicláveis nos galpões, é a comercialização dos resíduos, que passou a ser realizada por alguns, até então, doadores. Esse fato fica evidenciado na fala de uma das associadas com longa experiência na Asmare e que vem acompanhando a perda de diversos doadores que passaram a comercializar os seus resíduos. “Hoje, você vê empresa vendendo material pra poder ajudar na receita, para pagamento dos funcionários, essas coisas. Você passa nos depósitos aí do outro lado e você vê muita empresa vendendo material”. (associada do escritório da Contorno).

As duas situações geram diminuição de materiais recicláveis para a Asmare. Enquanto na primeira observamos o desenvolvimento de uma mudança cultural contra o desperdício, na segunda, identificamos o interesse econômico de empresas cuja atividade principal está distante da comercialização de recicláveis.

5.1.4 A interrupção do convênio com a prefeitura

Em fevereiro de 2014, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte encerrou o convênio com a Asmare, que mantinha e subsidiava o pagamento de despesas importantes da associação. Essa medida trouxe inúmeros problemas para a associação, uma vez que acarretou a dispensa de todos os funcionários que cuidavam da gestão administrativa e financeira, os vigias, a suspensão do repasse de vale transporte para os catadores e o corte no contrato com a empresa que fornecia o serviço de transporte com caminhões para realização da coleta de recicláveis nas empresas. Para os entrevistados (a seguir), membros da diretoria e que atuam também em diversas áreas, a crise teve origem com a quebra desse convênio, pois, tanto a gestão do empreendimento quanto as despesas passaram a ser assumidas pela Asmare e a associação não havia se preparado para tantas perdas.

“Foi essa perda [do convênio] que fez toda a mudança na associação. Porque [o convênio] cobria o transporte do material, que era o caminhão que ia buscar o material; ele cobria o vale transporte do associado; ele cobria o pagamento das pessoas que estavam dentro da associação, né? [Pagava] algumas pessoas da área administrativa, na área da administração, essas coisas assim. Todas as despesas que a gente tem, tem que tirar do material e o material não é o suficiente para pagar todas as despesas. Aí, como acabou [o convênio], ficou tudo por nossa conta mesmo, né? [Cabe a] nós, associado da Asmare, fazer tudo. . . . Foi uma coisa muito puxada, né? Porque de repente você tem que pegar uma responsabilidade muito grande, né? Administrar, coordenar . . . Mas é uma experiência boa”. (associada do escritório da Contorno).

“Antes, o convênio cobria funcionários, aluguel de caminhões, cobria também vale transporte dos catadores e, hoje em dia, não tem nada disso. Isso aí é o que mais prejudicou a Asmare. A gente tem que arcar com tudo isso. Quando a prefeitura tirou esse apoio a Asmare não estava preparada para isso”. (presidente da Asmare).

“[Depois que encerrou o convênio] os associados . . . chega e faz o serviço. [Na época do convênio] tinha um administrador aqui, uma [pessoa] do financeiro, agora não tem mais, entendeu? Tinha uma pessoa que mexia só com problema da prefeitura, do financeiro, da coleta, dos caminhões. [Essas pessoas] tem curso superior, mas não tem a prática, entendeu”? (catador da Contorno).

“A ASMARE antigamente tinha dívida, mas tinha convênio, o convênio ajudava muito no transporte dos associados, entendeu? Lá na Ituiutaba [o convênio ajudava] com o transporte que era o caminhão. Aí, tinha os funcionários que a ASMARE mantinha, que o convênio pagava, acho que a crise na ASMARE é essa”. (associado da Ituiutaba).

Observamos que as visões dos entrevistados sobre a ruptura do convênio divergem quanto à apropriação da gestão pelos associados, todavia, percebemos uma unanimidade em relação aos outros problemas internos que foram potencializados e que serão tratados a seguir.

5.2 A crise e os fatores internos à Asmare

Os associados da Asmare atribuem também a crise a uma série de dilemas internos relativos à gestão e que trazem à tona temas controversos, tais como, a questão da participação de técnicos externos à associação na sua gestão e a recente apropriação desta gestão pelos associados; sua identidade enquanto associação autogestionária, seus valores e normas.

5.2.1 A ausência de técnicos

Desde a sua fundação até 2014, quando se deu a ruptura do convênio, a Asmare sempre contou com a presença de técnicos que atuaram principalmente na gestão administrativa e financeira da associação. A visão dos associados sobre a saída desses profissionais é bastante heterogênea. Para alguns, a ausência dos técnicos trouxe sérios problemas para a Asmare, pois os associados, além da baixa escolaridade, não foram capacitados para assumir o gerenciamento, apresentando dificuldades para tratar de questões que exigem o enfrentamento de conflitos e a tomada de decisões.

“Eu acho que era bem melhor. . . . Um associado que tem que tomar conta. Tem que tomar frente, tomar decisões. Mas não tem ninguém ainda preparado para tomar decisões e pra tocar pra frente. . . . Por mais que [os associados] reclamavam dos outros técnicos, mas tinha respeito, [os técnicos contratados] impunha respeito. . . . Eu vejo que depois do convênio, que os técnicos foram embora, eu acho que piorou mais, viu”? (triadora da Ituiutaba).

Contrariamente à posição defendida por essa associada, alguns avaliaram positivamente a ausência dos técnicos contratados nos galpões, dizendo que o fato de a associação ser administrada pelos próprios membros serviu de estímulo para que eles tomassem as rédeas e, com isso, passassem a compreender melhor os seus processos internos. Ou seja, apesar das dificuldades com a baixa escolaridade e com o manejo de novas tecnologias, eles preferem estar à frente da administração e da tomada de decisões:

“Logo no começo [surgimento da Asmare] tinham pessoas [técnicos contratados] de maior influencia e tomavam decisões, essas batiam o pé e era isso e acabou. Mas hoje é diferente, a diretoria [conta com suporte técnico do INSEA] que tá dando todo amparo e é uma nova direção, uma nova visão da associação”. (associado da Contorno).

Assim que o convênio com a prefeitura foi encerrado, a diretoria da Asmare recorreu ao suporte técnico de uma ONG cuja perspectiva era a de capacitar os membros para a gestão administrativa, em vez de administrar a associação. Com isso, a necessidade de entender o funcionamento do escritório impulsionou os membros a adquirirem novos conhecimentos e habilidades para assumirem a gestão administrativa e financeira do empreendimento. Embora os relatos apresentados demonstrem visões diferentes sobre essa questão, observamos que concordam quanto à relevância da apropriação de toda a gestão pelos associados.

Os relatos a seguir destacam os limites e os desafios enfrentados pelos associados frente à necessidade de tomar decisões.

“A maioria dos catadores não sabia nem ler e nem escrever. O conhecimento que a gente tinha era a Pastoral de Rua. [O administrador da Asmare], um cara que todo mundo acreditou nele, acredita nele, acreditava nele. Então o que ele falava era lei. Todo mundo acatava e as pessoas faziam. . . . Todo mundo [pensava] se o [administrador] sair da Asmare, a Asmare fecha. Hoje eu sei que a Asmare não fecha”. (presidente da Asmare).

“É puxado, mas dá pra gente contornar. Igual agora, a gente tem poder de decisão sobre as coisas. O que tem que pagar, o que não tem. Se o dinheiro vai dá, se não vai dá. Mas isso aí é junto com a diretoria. Porque quem tem que dar a opinião. Como se diz: ‘a opinião não’. Quem tem a voz maior seria a diretoria. Tem que fazer isso, isso e isso e a gente acatar o que eles pedir pra gente fazer, né? E antigamente tinha as pessoas [funcionários contratados], então eles iam lá, decidiam. A gente tinha que fazer isso, isso e aquilo. Eles que assinavam alguma coisa assim. Mas eu acho um pouco puxado, mas pra gente é bom porque a gente vai adquirindo experiência. Até mesmo para lidar entre a gente mesmo, né? Porque somos todos associados. A associação hoje está na nossa mão. Aí fica mais fácil pra gente decidir, né? Hoje, não tem muito atrito como tinha antigamente. Hoje, é mais fácil da gente conversar, de passar pra eles o que está acontecendo”. (associada do escritório da Contorno).

Diante do exposto, observamos a ambivalência em relação à presença dos técnicos, desde sua fundação até à ruptura do convênio entre a prefeitura e a Asmare. Os relatos refletem como os próprios associados subestimam sua capacidade e sugerem uma cultura baseada na presença de agentes externos que ditam as normas do grupo.

Mas, se por um lado a tutela dos técnicos trouxe conforto para a gestão administrativa e financeira, por outro, comprometeu a autonomia dos associados. A saída destes profissionais parece ter trazido ganhos, uma vez que os associados passaram a forjar uma nova forma de gerir. E isso é reconhecido por alguns dos entrevistados.

5.2.2 As mudanças administrativas

Segundo os membros da nova diretoria, eleita no final de 2014, assumir a gestão da Asmare se tornou um enorme desafio, visto que foi praticamente toda alterada exatamente no momento em que a Asmare convivia com as consequências da perda do convênio. A nova diretoria passou a ser composta por membros com maior e menor tempo de história na Asmare, além de trabalharem em galpões diferentes e haver pouco diálogo e entrosamento entre eles.

“Eu acho que, às vezes, a gente precisa sentar mais, conversar mais sabe? . . . Todo mundo tá tendo dificuldade. Às vezes, fica perdido eles também ficam como eu também fico. . . É um desafio bem grande pra mim. Eu acho que eu nunca pensei que pudesse assumir esse cargo tão importante. E saber também que têm pessoas que tão acreditando em mim. Isso é que tá me dando bastante vontade de lutar”. (presidente da Asmare).

“Ah... nossa relação é mais ou menos viu? Porque, às vezes, um não entende o outro, tinha que ter mais é... um diálogo melhor, eu acho. Não adianta eu querer ser melhor que o outro porque tá todo mundo no mesmo lugar. Um tem que reforçar a ideia do outro”. (tesoureiro da Asmare).

Após a eleição, a nova diretoria solicitou que uma assessoria externa os acompanhasse na gestão da Asmare por um período de três meses e depois ocorreria uma nova eleição, pois seus membros não se sentiam preparados para ocupar esse lugar. Durante esse período, ocorreram tensões, murmurinhos e tentativas de anular o processo eleitoral, mas também manifestação de satisfação com as pessoas escolhidas, pois, a nova diretoria inspirava confiança, uma vez que sempre recorria ao coletivo para socializar os passos que estavam tomando em relação aos procedimentos burocráticos.

Os relatos dos membros da atual diretoria demonstram unanimidade em relação às qualidades que devem ter um associado para estar na diretoria: honestidade, sinceridade, responsabilidade e transparência. Para a secretária da Asmare, fazer parte da diretoria não é tarefa fácil

“Saber lidar com o povo, porque o povo também é difícil de lidar . . . saber entender um ao outro também, saber ouvir, saber respeitar e saber dar atenção. . . mais que dá vontade de chutar o balde dá, isso já passou várias vezes na minha cabeça, não pela equipe que eu trabalho, mas pelo problema que a gente tenta resolver e, nunca, e ainda fala que a diretoria não faz nada. Acho que não é só aqui na ASMARE. É vários lugar que tem diretoria, eles fala que ninguém faz nada”. (secretária da Asmare).

Para a maioria dos membros da diretoria, estar presente nos galpões para acompanhar o dia a dia da associação, conversar com os catadores, escutar suas demandas, é uma

necessidade. O fato de a presidente estar mais presente no galpão da Ituiutaba também tem sido motivo de reclamação entre os associados, que se queixam da sua ausência no galpão da Contorno, apesar de contarem com a presença dos outros três diretores.

A mudança administrativa decorrente da saída dos técnicos contratados e a eleição da nova diretoria trouxeram à tona as dificuldades dos associados para assumir a gestão devido à baixa escolaridade, à falta de entrosamento, e também ao desconhecimento dos processos internos, impedindo a participação mais igualitária dos gestores nos dois galpões.

5.2.3 As dívidas

A dívida da Asmare é uma das preocupações mais recorrentes que emergem nas reuniões e entrevistas com os associados. Com a ruptura do convênio, a associação assumiu todas as despesas, todavia, a falta de controle financeiro conjugada com o despreparo dos associados para a gestão, acirrou uma prática antiga de contrair empréstimos junto aos compradores.

Os associados que faziam parte da diretoria solicitavam, semanalmente, sem a aprovação do coletivo, o adiantamento de carga para os compradores, tornando essa prática comum ao longo dos anos. Embora a alegação para tais empréstimos fosse a necessidade de honrar o pagamento dos associados, eles apenas resolviam momentaneamente o problema, acumulando a dívida a cada semana.

Outro aspecto bastante questionado pelos associados é a falta de controle dessa dívida e a ausência de acompanhamento do que já foi pago, acarretando tensões durante as assembleias, onde se fala em dívida sem apresentar soluções ou qualquer esclarecimento. O relato a seguir confirma a reprovação da presidente da Asmare sobre essa prática.

“Se tem dívida tem que pagar sim, mas a gente tem que ter clareza do que você está pagando, não é simplesmente a pessoa chegar pra você e falar assim: ‘oh tem tanta dívida pra pagar nessa semana’ e eu ter que me virar no resto. . . . Eu não concordo com isso”. (presidente da Asmare).

A falta de clareza em relação à origem dessa dívida e seu montante traz animosidades no grupo e desconfianças quanto à honestidade de alguns membros da antiga diretoria. “Eu acho que o maior problema da Asmare são as dívidas. Dívidas antigas que eles deixaram aí, né? E agora, com a nova diretoria da Asmare, tá tentando . . . pagar as dívidas” (Associada do escritório da Ituiutaba). Para outra triadora,

“As coisas estão ruins porque têm muitas coisas erradas acontecendo, que não são esclarecidas. A diretoria paga várias dívidas que os catadores nem ficam sabendo. Se a ASMARE não dá conta de manter o pagamento da gente, deve entregar para a prefeitura. [A diretoria] precisa aprender a [administrar] o dinheiro. Eu não sei ler, mas eu entendo as coisas, se eu tenho 100 eu vou gastar 100 reais”. (triadora da Ituiutaba).

Além dessa falta de clareza sobre as dívidas, contrair esses empréstimos sempre colocou a Asmare numa relação de dependência e submissão, impedindo-a de buscar outros compradores com melhores preços.

“A Asmare tá devendo alguns atravessadores e a gente não pode buscar preço porque ele me deu um desconto numa dívida que acaba que não é desconto, pois ele sempre dá uma quebra no material, e a gente tá obrigado a vender pra ele. Então, não posso buscar preço. Às vezes, ele inventa que tem impureza no material. Quando não é isso, ele fala que o material caiu de preço. Sempre tem uma coisinha pra prejudicar. Um cara desses olha só o lado dele. E não pensa na [associação]. Ele quer que a gente fique preso a ele”. (presidente da Asmare).

Ao assumir a gestão, a nova diretoria se esforçou para regularizar as pendências que se acumulavam há anos pela falta de pagamento de despesas bancárias, tributos federais, estaduais, municipais, processos judiciais, e também os empréstimos contraídos junto aos atravessadores e que potencializavam as dívidas e as dúvidas de como agir.

“Pra não assumir a Asmare no escuro, primeira coisa que a gente fez foi fazer um levantamento com a ajuda do pessoal do INSEA, do que a Asmare estava realmente devendo. A gente foi em vários lugares que a gente vende material que são os clientes e esses caras não sabiam se tinha crise ou não na Asmare. Porque primeiro a gente tinha um convênio que cobria algumas despesas importantes e ajudava bastante. Então, com isso, essas pessoas que tinham poder de assinar e pegar empréstimo, abusavam . . . e o povo [associados] não sabia. Primeiro, que a gente não podia falar que não sabia, a gente não procurava saber e também tava muito fácil, a gente tava acomodado. Segundo, se eles vendiam 12 mil eles pegavam 16 mil, então, essa dívida ia só subindo. O povo não sabia que eles estavam fazendo dívida. Se vendia 12 mil por que tinha que pagar 16 mil? Então, quando foi fazer o levantamento tava devendo 64 mil”. (presidente da Asmare).

Na tentativa de colocar a associação em condições de participar de editais para recebimento de recicláveis dos órgãos públicos, a nova diretoria, inicialmente, buscou compreender a dimensão dessa dívida que impedia a regularização da documentação da Asmare. Em seguida, negociou o pagamento de alguns compradores e o atravessador que mais realizava empréstimos para a Asmare, aceitou congelar a dívida e descontar semanalmente um valor fixo. Dessa forma, a nova diretoria passou a acompanhar semanalmente a diminuição desse débito, socializando as informações com o coletivo.

Em meio a essa grande quantidade de dúvidas sobre a quem e quanto a Asmare devia, as contas bancárias da associação foram bloqueadas por determinação judicial e a nova

diretoria convocou novamente uma assembleia para compartilhar todos esses problemas com os associados e parceiros, buscando uma solução.

Para um catador do galpão da Contorno, a nova diretoria conseguiu quitar a dívida antiga que tinha com o comprador e, portanto, a maior dívida da Asmare é com a UNICOOP, uma cooperativa de transportes cujo processo está na justiça por causa de atrasos nos pagamentos pelo convênio com a prefeitura. Segundo esse associado, com a mudança do prefeito municipal,

“não podia passar pro outro [prefeito] as dívidas. Aí, o governo acabou e a gente ficou com essa dívida. [A UNICOOP] entrou na justiça. . . . Aí agora [a nova diretoria] tão pagando um acordo lá, tão pagando por lei e liberou as contas da ASMARE que tava travado também”. (catador da Contorno).

Em suma, a dívida gera múltiplas tensões dentro da Asmare pelo desconhecimento da sua origem e montante, além da aparente falta de critérios ao contrai-la. Ela traz consequências como a subordinação ao comprador, o bloqueio das contas bancárias e a não priorização das assembleias para socialização dos problemas. Todos esses aspectos estimularam a nova diretoria a desenvolver estratégias para solucionar as pendências financeiras da Asmare sem realizar novos empréstimos, e buscar o diálogo mais sistemático com os associados.

5.2.4 Conflitos pela ausência de critérios

A ausência de critérios na tomada de decisões tem sido amplamente debatida na Asmare. As soluções dos problemas variam, dependendo do caso, a diretoria socializa nas reuniões ou assembleias com os associados, ou decidem sozinhos, ou adiam para evitar atritos e confrontos com alguns associados. Nos tópicos a seguir, pretendemos aprofundar essa questão que tem gerado muita polêmica, discordâncias e sofrimento.

5.2.4.1 A valorização do material

Uma questão que tem sido motivo de inúmeras discussões no galpão da Contorno refere-se à valorização dos materiais entregues pelos catadores, resultando em boicotes de vários destes trabalhadores que passaram a comercializar diretamente com depósitos em vez

de colocar o seu material dentro da associação. Esta situação também impacta na receita desse galpão.

Vejam como isso ocorre, atualmente: semanalmente, a equipe do escritório, juntamente com o tesoureiro, verifica os valores dos materiais com os compradores. A Asmare paga um valor específico pelo quilo do material que foi recolhido pelo catador nas ruas.

Após a entrega desse material reciclável triado e solto para o setor operacional, ele será enfardado, permitindo que um novo valor seja agregado a esse resíduo que será comercializado com o comprador. Dessa forma, a Asmare paga ao catador por determinado tipo de material triado solto e vende esse material enfardado para o intermediário por uma quantia maior.

Do montante da venda semanal, o intermediário costuma descontar os fitilhos que amarram os fardos, o frete e dependendo das condições, a empresa também desconta impurezas presentes nos fardos. Essa diferença entre o valor pago ao catador e a quantia recebida do comprador, após a venda, deveria cobrir as despesas dos diaristas e outras específicas do galpão da Contorno.

Como os valores de venda dos recicláveis podem variar de uma semana para a outra, os valores recebidos pelos catadores impactam em sua renda, pois acompanham essa oscilação.

Caso ocorra queda nos preços, a equipe do escritório, orientada pelo tesoureiro, afixa um aviso nos corredores da Asmare informando que haverá uma diminuição no preço daquele material específico, informando o novo valor.

Se caem os preços dos recicláveis, definidos pelos compradores, o tesoureiro diminui o valor para os catadores e, com isso, alguns “fazem greve” e recorrem aos depósitos vizinhos para comercializar os seus produtos.

Tal situação costuma gerar inúmeros conflitos, conforme reclamou esse catador: “o papel abaixa e só cai a carga em cima da gente. Somos nós que trazemos o papel pra dentro da Asmare. Se vai baixar pros catadores, tem que baixar pra todo mundo” (Catador da Contorno). Essa reclamação ocorreu durante uma reunião na qual questionavam a queda na renda dos catadores, proveniente da desvalorização do material pelo comprador, tendo sido solicitado à diretoria que reduzisse também o valor pago aos “diaristas”.

Nos momentos coletivos e durante as entrevistas, os catadores criticam a falta de critérios na definição dos valores praticados em torno dos materiais no galpão da Contorno. “O que é do catador é do catador, o que é da Asmare é da Asmare, entendeu? No caso do jornal, por exemplo, eles tão vendendo a 0,35 centavos e pagando o catador a 0,13, entendeu?” (Catador da Contorno).

A insatisfação com os valores pagos aos catadores pela Asmare estimula a procura por melhores preços em outros depósitos. O responsável pelo setor operacional, que também ocupa o cargo de tesoureiro, aumenta o valor do material para o catador assim que percebe uma queda na produção da Asmare e, com isso, estimula que os associados voltem a entregar os recicláveis para a associação.

A diferença entre os valores pagos aos catadores e o que é comercializado é que assegura o pagamento de despesas com encargos e também do pessoal que trabalha em outras funções que não tem como se medir a produtividade, ou seja, os “diaristas”.

Portanto, a queda do material na Asmare pode ser atribuída também à ausência de critérios na atribuição de valores, que resulta no boicote dos catadores insatisfeitos com os preços praticados pela associação.

Sendo assim, a receita da associação cai e as despesas com os “diaristas”, que possuem ganhos fixos, e outras, como conserto de equipamentos, encargos, entre outros, acumulam a cada semana, dificultando sua compreensão e provocando tensões. Com isso, observamos a necessidade de momentos coletivos para conversar e esclarecer essas questões.

5.2.4.2 O repasse de vale transporte

A questão do vale transporte também é vista como um problema para os associados que trabalham no galpão da Contorno. Ao adentrarmos no campo, observamos algumas desigualdades, ou seja, a Asmare repassa o vale transporte para alguns associados e para outros não. Observamos que alguns “diaristas” recebem esse benefício, outros não, e que os catadores que fazem coleta nas ruas também não recebem.

Ao serem indagados sobre os critérios para repasse de vale transporte, foi unânime a indignação e falta de clareza sobre esta definição. “Isso eu não sei te informar. Se um tem todos têm [esse direito]”. Esta associada ainda acrescentou a intenção da diretoria destinar a

comercialização dos recicláveis provenientes de um importante doador para pagamento da dívida da Asmare e também oferecer o benefício do vale transporte para os catadores.

O corte no fornecimento do vale transporte, ocorrido com a ruptura do convênio, também é visto como um agravante da crise para os associados: vários catadores passaram a dormir no galpão. “As pessoas dormem aqui porque não têm vale transporte pra ir pra casa”, diz uma das fundadoras da Asmare. Se por um lado, essa prática vem incomodando a diretoria e os demais associados, por outro, resolve o problema de quem não tem recursos para retornar para suas casas.

Durante uma reunião, no galpão da Contorno, a qual tratava da queda nos preços dos materiais e a necessidade de rever os valores dos diaristas, uma catadora que não recebe vale transporte questionou o repasse deste benefício apenas para os diaristas e argumentou sobre a prática de dormir no galpão:

“Eu sou catadora, ganho menos que um diarista e dou meu jeito pra ir embora pra casa. Por que só os diaristas têm esse direito? Isso também não é desculpa para o catador dormir aqui. Tem muita gente que tem condição de voltar pra casa sim. Ele deixa material no corredor, faz bagunça e o box vira a sua casa”. (catadora da Contorno).

Alvo de muitas críticas dos associados, tanto a diretoria anterior quanto a atual não tomaram medidas para coibir essa prática, que era bastante comum nos anos 90. Para um catador, durante o convênio, a diretoria proibia que os associados dormissem no galpão e, com a suspensão do vale transporte, ela não tem priorizado solucionar esta questão.

Ao ser indagada sobre o problema, a presidente da Asmare justificou sua dificuldade em proibir que os associados durmam no galpão da Contorno, uma vez que a associação não tem condições de repassar o vale transporte.

“Não estamos conseguindo dar vale transporte, nossa luta é isso. Conseguir dar no mínimo o vale transporte pra eles, aí a gente vai poder cobrar deles, vai poder exigir. Tem catador que tá dormindo na Asmare e não tem como a gente cobrar. Por isso, causa essa confusão. Tudo eles dizem que só tem dever e a Asmare não dá vale transporte. Ficamos só pagando as dívidas e sem condições de melhorar pra eles, as pessoas ficam meio desacreditadas. Eles acreditam e muitas vezes estão desmotivados”. (presidente da Asmare).

Em relação ao galpão da Ituiutaba, após a suspensão do convênio, o grupo se reuniu e decidiu que todos os associados daquele galpão receberiam o vale transporte, cujo valor seria retirado das vendas realizadas por eles. Por isso, essa questão não apareceu nas entrevistas realizadas com os associados deste espaço de trabalho.

Observamos então, diferenças entre o galpão da Contorno e o da Ituiutaba. Embora os catadores do primeiro tenham explicitado o problema em relação à falta de vale transporte e a necessidade do seu repasse de forma igualitária, a diretoria também expôs suas preocupações a esse respeito, as dificuldades para atender a demanda da Contorno e suas limitações em impedir que os catadores durmam no galpão.

Enquanto isso, na Ituiutaba, o grupo resolveu esse problema coletivamente, incluindo essa despesa no controle financeiro semanal e tratando de forma igualitária todos os associados, apesar de ser uma despesa significativa.

Embora não tenha ficado claro na pesquisa as razões dessa diferença no repasse de vale transporte para todos os associados da Contorno, esse problema sempre vem à tona durante as reuniões da diretoria, trazido pela presidente, mas suas inquietações não são priorizadas pelos demais membros da diretoria.

Destacamos que toda a diretoria recebe vale transporte. A presidente recebe do galpão da Ituiutaba, onde atua efetivamente, e os outros membros da diretoria, recebem como diaristas no galpão da Contorno. Esse cenário nos remetem a novas questões sobre as razões pelas quais tais problemas não são tratados no âmbito do coletivo e se há outros interesses que não foram retratados na pesquisa.

5.2.4.3 A ajuda social

Apesar de todas as dificuldades financeiras, a Asmare tem uma prática bastante comum nos dois galpões: a ajuda social para os associados afastados por motivo de doença no valor de R\$100,00.

No galpão da Ituiutaba, sempre que um associado adoece ele apresenta o atestado médico no escritório da associação e recebe a quantia de R\$100,00 por semana para ajudar no tratamento até que tenha condições de retornar ao trabalho. Apesar de essa prática ser igual para todos, alguns associados preferem ignorar o tratamento, abrir mão do benefício e retornar ao trabalho. Observamos essa situação quando nos deparamos com associadas que retornaram ao trabalho com poucos dias após o parto, e, também, exemplos de associados com cortes no braço no manuseio de vidros, além de fraturas pelo manuseio de prensa. Provavelmente essa situação ocorre porque, enquanto estão afastados, ganham bem menos, já que o benefício é limitado.

No galpão da Contorno, o repasse desse benefício privilegia alguns idosos e eventualmente alguns associados quando adoecem. Para ilustrar essa situação, um associado do galpão da Contorno expôs suas dificuldades financeiras durante o período em que esteve adoentado e sem condições de trabalhar. Para ele, a Asmare deveria tê-lo apoiado com a ajuda social, como faz com alguns associados. Identificamos, ainda, que alguns associados idosos, além de receber o benefício da Asmare, também recebem o benefício da aposentadoria pelo INSS.

Assim, novamente o grupo se depara com a falta de critério no repasse do benefício social e essa situação se torna um problema, uma vez que gera insatisfação entre os associados.

5.2.4.4 O não comparecimento ao trabalho

A ausência de controle das faltas e também a falta de clareza dos critérios para efetuar os descontos daqueles que se ausentam é outro aspecto observado no galpão da Contorno, da mesma forma que ocorre no galpão da Ituiutaba. Essa situação se aplica aos associados que desenvolvem atividades que não requerem controle da produtividade, ou seja, os diaristas que, por algum motivo, deixaram de comparecer ao trabalho.

No caso dos catadores do galpão da Contorno não há necessidade de controlar as faltas, pois recebem por produção. No caso dos outros associados do galpão da Contorno, chamados por eles de “diaristas”, as faltas não são controladas e a determinação no momento de efetuar o desconto parece ser tomada aleatoriamente. Tais decisões são embasadas em relações estabelecidas entre associados e membros da diretoria ou em quem trabalha no escritório. Observamos que a ausência de questionamentos dos associados, em geral, reforça o comportamento arbitrário daqueles que tomam as decisões.

No galpão da Ituiutaba, embora seja feito um controle das faltas em relação aos diaristas e também em relação às triadoras que precisam entregar produção, as decisões sobre as faltas também são tomadas da mesma forma que o galpão da Contorno, evidenciando novamente a necessidade de estabelecer os critérios comuns às duas unidades.

Todavia, observamos uma diferença entre os dois galpões: na Ituiutaba, os associados parecem demonstrar interesse pela gestão do seu espaço de trabalho. Neste galpão, o rateio

ocorre de forma igualitária e os associados recebem pelos dias trabalhados, as faltas fazem muita diferença no pagamento semanal e, portanto, os associados observam e acompanham se essas faltas são lançadas e descontadas pelo pessoal do escritório.

5.2.4.5 O uso da infraestrutura do galpão

A desorganização do galpão da Contorno também é um agravante apontado pelos associados e motivo de inúmeros conflitos e confrontos nas relações interpessoais. Eles atribuem essa desorganização à falta de espaço para circular com os carrinhos, à falta de critérios quanto ao uso dos box de triagem e também à dificuldade de aplicar normas quanto ao uso da infraestrutura.

“A Asmare está sem organização. Ela precisa ser organizada. O maior problema. A maior tristeza na minha vida é isso. Você não tem lugar de andar com carrinho. Não tem lugar de estacionar o carrinho. Não tem lugar de por uma caçamba. Pra você tirar uma caçamba dessa, você tem que mover mil coisas”. (vice-presidente da Asmare).

O galpão contém vários box de triagem, que são espaços reservados para os catadores depositarem os materiais recicláveis provenientes da coleta feita nas ruas, realizando sua separação e destinando à comercialização. Observamos o uso desordenado de box por alguns associados. “Tem gente que ocupa espaço demais, tem gente que tem espaço de menos”, diz um catador da Asmare. Parece que não há um consenso, podendo variar de 1 a 6 box, e essa situação gera muitos conflitos, além de impedir que outros catadores possam trabalhar na Asmare.

Acrescentam ainda que alguns catadores armazenam o seu material durante todo o ano na intenção de comercializarem todo de uma só vez, ou esperando que o material suba de valor, mas que na prática não ocorre assim, conforme demonstram os relatos a seguir.

“É tudo dos associados, entendeu? Tem que ficar brigando com eles pra pegar e vender, alguns nem vende. O cara é... tipo assim pega as coisas, vai juntando, juntando, juntando e vende como dá, no tempo certo pra tirar um dinheirinho aqui e agora, entendeu? Tem uma mulher que vende aqui [na Asmare] ela tem dois box dos catador cheio de peça de resíduo pra reciclar. Olha só, ela vai guardando, guardando, guardando, chega no final do ano... esse ano, por exemplo, ela deve ter perdido de dois a três mil reais, porque algumas perderam o preço, outras peças pararam de comprar, o material ta todo acumulado dentro do box”. (catador da Contorno).

“As pessoas traz material pra Asmare, é dinheiro, mas fica apodrecendo [dentro do box]. . . . Eles vendem o mais necessário e deixam o outro estocado [no box]. E é

dinheiro guardado sabe? Só que eles não têm essa visão de que é dinheiro guardado. Eles quer o que dá mais dinheiro, sabe”? (vice-presidente da Asmare).

Normalmente, esse fluxo de entrada e saída de materiais recicláveis nos box dos catadores ocorre semanalmente, sendo que, seu acúmulo, costuma causar transtornos, sobretudo a desorganização do ambiente de trabalho, conforme disse a vice-presidente. O acúmulo do material reciclável fica misturado nos box e, além de comprometer sua qualidade dificultando a comercialização, provoca mau cheiro, atrai animais vetores de doenças, colocando em risco a saúde dos trabalhadores.

5.2.5 Os diaristas

Na Asmare, os associados exercem várias funções, sendo que algumas são medidas pela produtividade e outras pelo número de dias trabalhados.

No galpão da Contorno, quando o associado atua na coleta, triagem ou prensagem, o pagamento semanal corresponde à produção do catador ou a quantidade de material triado ou prensado e entregue para a associação comercializar. Os associados que desenvolvem outras funções são chamados de diaristas e atuam nas seguintes atividades: triturar documento sigiloso¹⁵, cuidar da limpeza, vigilância, serviços de escritório e bancários, pesagem do material, carregamento de caminhão, ajudante de caminhão, motorista de caminhão e da empilhadeira, trabalho em eventos, palestras, conserto de carrinhos na marcenaria, dentre outros.

No caso do galpão da Contorno, a quantidade de diaristas e a diferença dos valores pagos para esses trabalhadores tem sido motivo de tensões, pois, além dessas atividades serem pouco reconhecidas pelos catadores, são vistas como uma despesa desnecessária para alguns, uma vez que onera a Asmare com um gasto fixo, sem a garantia de que haverá doação de material reciclável suficiente para custear o pagamento de todos os diaristas.

“Tem gente que entra aqui, que trabalha como diarista e depois quer cobrar outra coisa quando sai. Aí, os outros entendem como direito deles também, é pela demanda, entendeu? Aí, no caso se o fluxo de material tiver sendo menos, igual tá sendo agora, fica sobrecarregando os catadores”. (catador da Contorno).

¹⁵ Esta função exige muita responsabilidade por se tratar de documentos sigilosos descartados por instituições financeiras, jurídicas, dentre outras. Normalmente é acompanhada pelo funcionário da instituição e ao final da fragmentação a Asmare emite uma declaração informando qual será a destinação final daquele resíduo. Costuma ser realizada por uma das fundadoras da Asmare.

Na visão desse catador fica clara a necessidade de definir critérios para a atividade dos diaristas. Alguns associados, ao se desligarem da Asmare, acionaram a justiça na tentativa de obter os direitos trabalhistas, embora não tenha vínculo empregatício. Acrescenta que a despesa com os diaristas representa um peso desnecessário, desmotivando o catador a colocar o seu material dentro da Asmare, pois sua produção fica desvalorizada e ele acaba vendendo fora da associação. Por outro lado, em vez de estimular os catadores a comercializar dentro da associação, a Asmare, muitas vezes, se endivida para assegurar o pagamento dos diaristas, conforme se pode confirmar no relato a seguir.

“Tem diaristas aqui [na Contorno] até morrer. Um exemplo: a Asmare paga 7 mil de catador e 4 mil de diarista espalhado aqui dentro fazendo serviço, entendeu? Aí, costuma ter muito diarista. Aí, acaba que o lucro que dá do material que o catador vende e, a Asmare ganha, tem que pagar os diaristas e, ainda, pagar as guias das taxas que tem”. (catador da Contorno).

Observamos ainda a falta de clareza em relação à definição dos valores pagos para os diaristas. A diferença varia de R\$200,00 a R\$500,00 e vem gerando questionamentos principalmente da presidente, que sugere rever as condições financeiras da Asmare e igualar os valores.

Ao serem questionados sobre a necessidade de tantos diaristas, como são definidas suas funções e por que há diferenças de valores fixos entre eles, nem mesmo os membros da diretoria compreendem a origem.

Embora a atual diretoria, logo que assumiu a gestão, tenha reduzido para um terço o número de diaristas, alguns problemas permanecem, dentre eles, os critérios para atuar na função de diarista, considerando a necessidade real da associação, e as diferenças no pagamento desses trabalhadores.

Vimos o cotidiano do trabalho dos associados, mas não conseguimos compreender tudo, e constatamos que nem toda atividade realizada pelos associados pode ser mensurada, conforme ilustra a visão dessa associada.

“São funções diferentes, né Ângela? São pessoas diferentes, com a maneira de trabalhar diferente. Trabalhar no caminhão, você trabalha braçal, você trabalha com o corpo. . . . E também às vezes é mental. É bem puxado também. Eu acho que a diferença tá aí. Que às vezes um é braçal e o outro é mental e cansa muito. Não que um seja melhor do que o outro. A diferença só tá nesse aspecto, mas em questão de trabalho, eu acho que todos são difíceis. Todos são difíceis, mas eu acho que todo mundo tem uma importância, né? Ninguém é melhor do que ninguém porque exerce... Eu não me sinto melhor do que ninguém. . . . Na presidência eu tô tendo mais clareza, eu tô tendo condições de explicar as pessoas porque eu tô aprendendo, né? Eu tô

aprendendo também a crescer como pessoa, eu tenho mudado muito o meu jeito de ser com as pessoas, né?” (presidente da Asmare).

Como medir o esforço de cada um? Além dos esforços do pensamento, há aqueles que trabalham mais, outros que trabalham menos, que chegam cedo ao galpão ou não. “Uma coisa é você puxar carrinho na rua. Outra coisa é você trabalhar com papel. Com a leitura, cansa a mesma coisa. Talvez até mais, né?” (vice-presidente da Asmare). Há também aqueles que são mais jovens e conseguem entregar maior produtividade ou aqueles que “morcegam”, e outros com mais idade e que também produzem muito ou não. Também há aqueles que mesmo doentes não param de produzir no grupo.

Apesar de a presidente, durante diversas reuniões da diretoria, verbalizar sua discordância com as diferenças de valores pagos para os diaristas e explicitar suas preocupações com as incertezas da receita daquele galpão, ou melhor, se haveria recursos para pagar todos os diaristas naquela semana, sua posição ficava solitária e em desvantagem, pois os outros três componentes da diretoria são diaristas.

E aí nos esbarramos em outro limite referente às particularidades de cada galpão. No galpão da Ituiutaba, o valor recebido por quase todos os associados é idêntico, com exceção do motorista e os vigias que, segundo os associados dessa unidade, eles recebem valores fixos pelo fato de desenvolverem atividades que exigem maior responsabilidade. Contrariamente ao galpão da Contorno, essa diferença de valores não representa um problema, pois parece ser um consenso entre eles.

5.2.6 A prestação de contas

Embora no período de 2014 a 2015 a Asmare tenha valorizado os espaços coletivos por meio das assembleias e reuniões entre os galpões para prestação de contas, esses encontros não foram suficientes para esclarecer todas as dúvidas em relação à situação financeira da Asmare. Todos os associados têm conhecimento de que a Asmare possui muitas dívidas antigas, porém, nos seus relatos, pareciam desconhecerem sua origem, desencadeando discussões e atritos durante as assembleias para a prestação de contas.

Observamos também que, nem o galpão da Ituiutaba e nem o galpão da Contorno, tinham o hábito de apresentar os resultados das receitas e despesas semanais para o grupo, desencadeando desconfiças entre os associados.

“Eu sou analfabeta, não sou estudada. Mas pelo tempo de Asmare que eu tenho, na prestação de contas, deve ter clareza. É onde você se reúne com todo mundo e todos saem esclarecidos. Não ficam com dúvidas. Não ficam com picuinha. Tem clareza pra todo mundo. Ninguém pode sair de uma prestação de contas com dúvidas”. (triadora da Ituiutaba).

No início da pesquisa, ou seja, em 2015, quem cuidava de todo o processo financeiro no galpão da Contorno era o tesoureiro. A cada sexta feira, ele preenchia os recibos dos diaristas e anotava a produção dos catadores no vale pesagem. O passo seguinte era feito por outra associada que digitava os valores numa planilha, com a qual não se mostrava muito familiarizada, e também não tinha clareza da origem daqueles valores. Tudo isso ainda se somava à urgência de finalizar as vendas e realizar o pagamento dos associados, sem saber se as entradas seriam suficientes para custear as despesas do galpão da Contorno.

Durante o pagamento dos associados, não havia prestação de contas das vendas e das despesas na semana, mas não ocorriam também questionamentos a respeito dessa questão.

No Galpão da Ituiutaba, esse processo era realizado por uma associada que, embora demonstrasse mais familiaridade com a informática, sempre era questionada pelos associados quanto ao controle da produção que ela fazia e também as vendas, que eram acompanhadas por um funcionário contratado. Isso terminava por, acarretar desconfianças no grupo.

Durante meses observamos as atividades nos dois galpões e fizemos perguntas para tentar compreender as contradições e as dificuldades presentes naquela atividade. Os resultados das nossas observações sempre foram discutidos durante as supervisões com a orientadora e também por meio de devolutivas parciais com as associadas do escritório, bem como com a diretoria, que se mostrava interessada em refletir sobre essas questões, que serão retomadas no próximo capítulo.

5.2.7 Insegurança e uso de bebida alcoólica no local de trabalho

Outro aspecto apontado pelos associados é a insegurança nos galpões decorrente do uso de bebidas alcoólicas e de furtos.

Em relação ao uso de bebidas alcoólicas, esta prática é bastante comum às sextas feiras, próximo ao horário dos associados receberem o pagamento que ocorre semanalmente.

“Tem um cara que fica lá na frente [do galpão da Contorno] vendendo chup chup de bebida [caipirinha e cerveja]. Vende. Ele nem é por maldade. A pessoa tá com raiva de

outra, bebe e faz covardia com outra lá dentro e isso causa confusão lá dentro. Às vezes, é problema de bebida que causa confusão”. (presidente da Asmare).

A maneira como os associados lidam com a questão da bebida é bastante complexa na Asmare. De um lado, eles têm clareza das regras que proíbem o uso de bebidas no ambiente de trabalho e ainda assim ignoram tais regras. De outro lado, percebemos a preocupação daqueles que não fazem uso dessas substâncias, que, além de reclamarem pela insegurança nos galpões, questionam a omissão da diretoria que não toma qualquer medida para coibir essa prática, desencadeando brigas e discussões entre os associados. Nos dois galpões “sempre dá essas divergências, discussões. . . . Uma brigaiada, fora que [alguns associados] bebem demais! . . . Estraga o ambiente de trabalho” (triadora da Ituiutaba).

Apesar de a diretoria também ter clareza de quais medidas devem ser tomadas diante das brigas e agressões físicas que, muitas vezes ocorrem nos galpões envolvendo o uso de bebidas alcoólicas, seus membros revelam suas dificuldades no enfrentamento desses problemas. Ao serem indagados sobre esta questão, foram enfáticos em afirmar que evitam o confronto com alguns núcleos familiares na Asmare, apesar de serem questionados pelo fato de protegerem alguns associados, seja por amizade ou parentesco. “Se eu tiver de chamar a atenção . . . de todos, eu tenho que começar pela minha família, tô tendo alguma dificuldade, até mesmo de dar uma suspensão. . . . Então, não consigo e dependo da diretoria pra dar uma suspensão” (presidente da Asmare).

O relato da presidente ilustra suas dificuldades em solucionar esse problema por causa da relação do parentesco. Tais confrontos também nos remetem às semelhanças das fragilidades vivenciadas pelos catadores no início da Asmare e, com isso, nos perguntamos sobre as razões que permitem a persistência desses problemas.

Outro ponto relacionado à insegurança no ambiente de trabalho é decorrente dos sucessivos furtos nos dois galpões. Apesar de alguns associados exercerem a função de vigilância à noite e nos finais de semana, têm sido recorrentes os episódios de furto de material reciclável de alto valor e também bens de uso da própria associação, tais como eletrônicos e peças de caminhão.

A forma como o grupo de cada galpão reage a esse tipo de problema é distinta. Logo após a ocorrência de um furto no galpão da Ituiutaba, os associados que fazem a vigilância foram advertidos pelo grupo durante a reunião e assumiram a compra de novos eletrônicos para a Asmare. A mesma situação não ocorreu no galpão da Contorno, onde a diretoria reuniu-se com os vigilantes e registrou um boletim de ocorrência. Enquanto no primeiro caso

a decisão foi tomada coletivamente e com a aprovação da maioria, que passou a vigiar com mais atenção aquele espaço de trabalho, no segundo, a diretoria não priorizou o espaço coletivo e transferiu a responsabilidade para a associação, que arcou sozinha com as despesas.

5.2.8 Os conflitos nas relações interpessoais

Os conflitos entre os associados sempre estão presentes no cotidiano da Asmare, ou seja, são frequentes as tensões pela ausência de regras ou falta de clareza delas, além das dificuldades dos associados no enfrentamento desses problemas.

5.2.8.1 Desunião entre os associados

Nos galpões da Asmare há um arranjo de trabalho que os torna distintos, inclusive, na convivência.

“Para mim, um dos problemas maiores na Asmare, hoje, eu acho que é a falta de união. Acho que a Asmare é central e filial [ou seja, Contorno e Ituiutaba]. Acho que a Asmare se dividiu. Eu falo isso muito. Antes, tinha um calor de associado. Um calor, um amor pelo nome Asmare”. (triadora da Ituiutaba).

Observamos que a maior parte dos associados que trabalham no galpão da Ituiutaba já atuaram no galpão da Contorno. Ao serem questionados sobre as diferenças entre os dois, foram unânimes em afirmar que o galpão da Ituiutaba é mais unido e envolvido com os assuntos da associação, enquanto que no da Contorno, alguns associados trabalham sozinhos e colaboram menos com a associação:

“Aqui na Ituiutaba é um grande mutirão, né? A gente trabalha, todo mundo unido, aí paga-se as [despesas] e divide o que se pega [as sobras]. Lá na Contorno, não, é individual, . . . a pessoa tem que ir na rua, pegar o seu próprio material. . . . na Contorno depende mais [da coleta do catador], do desempenho dela, do esforço dela. Acho que, na Contorno, é mais sofrido trabalhar”. (associado Ituiutaba).

Comparamos as dificuldades apontadas pelo jovem associado do galpão da Ituiutaba com o ponto de vista de um associado antigo da Asmare e que sempre trabalhou no galpão da Contorno. Este segundo advertiu que os catadores da Contorno trabalham mais e ganham menos que os da Ituiutaba. Acredita que a diferença entre a organização dos galpões é porque, na Ituiutaba, os catadores são mais unidos. Outro relato corrobora com este ponto de vista.

“Lá, [na Contorno] o catador trabalha pra si e aqui [na Ituiutaba] a gente fez uma mini cooperativa. Trabalha todo mundo em conjunto. . . . Acho que lá é mais sofrido ainda por que eles têm que puxar carrinho na rua. Pega sol, pega chuva. Aqui, nós recebemos o material na porta. Não precisa puxar carrinho”. (triadora Ituiutaba).

Os relatos revelam que, embora os associados compreendam as diferenças entre os dois espaços de trabalho, também reconhecem os desafios de cada galpão, demonstrados pela solidariedade. Observamos ainda que, apesar do ambiente dividido favorecer a desunião, um galpão não interfere nas decisões do outro. Todavia, quando surge alguma ameaça à continuidade do trabalho na Asmare, os dois grupos se unem para decidirem quais rumos tomar, de forma coletiva.

5.2.8.2 *Ausência de regras*

Vários associados da Asmare afirmam que, com o passar dos anos, muitas regras se perderam, abrindo espaço para o surgimento de vários conflitos interpessoais.

“Pra mim, não tem regra específica. Eu te pergunto: ‘qual regra que tem hoje?’ Eu não vejo clareza nenhuma em regra. Me incomoda porque eu cobro muito. . . . Se você fez uma coisa, você tinha uma advertência. Passava para duas, na terceira você tomava suspensão. Tinha suspensão, tinha expulsão. E hoje não tem”. (triadora Ituiutaba).

O fato de não se estabelecerem regras de convivência, de uso da infraestrutura e dos bens da associação, muitas vezes, acarreta prejuízos para o empreendimento e animosidades no grupo como demonstra o relato a seguir.

“A Asmare tem muito isso. As pessoas apoderar e achar que é dona. Igual aquele menino que pegou o caminhão, sem ordem, saiu e bateu o caminhão. Estamos passando uma crise por causa do caminhão. Porque nós estamos pagando pra fazer as coisas. Então, as pessoas não podem se apoderar, ninguém é dono. Tem que ser. Se é motorista do caminhão, é só aquele motorista. Não tem que chegar outra pessoa, meter a mão e sair com o caminhão. Isso aí eu acho que é um grande erro da Asmare. Foi erro. Tá fazendo falta, sabe”? (vice-presidente da Asmare).

Esse exemplo provocou discussões no grupo do galpão da Ituiutaba, desentendimentos entre os dois galpões pelo prejuízo por causa da ausência de regras quanto ao uso do caminhão e, também, questionamento em relação às decisões que foram tomadas pela diretoria, após o acontecimento.

Observamos uma controvérsia nos pontos de vistas dos associados em relação a essa questão específica. Para alguns, em vez de expulsar o responsável, a diretoria protegeu o associado que trouxe prejuízos enormes à associação ao provocar a perda total do veículo que

realizava a coleta nas empresas. Sua atitude estimula que outros associados se comportem da mesma maneira com os bens da Asmare. Para outros, o fato de a diretoria tê-lo advertido verbalmente foi suficiente, pois o grupo o isolou, provocando o seu afastamento da Asmare.

Pelo exemplo, observamos que a ausência de regras é um grande problema na Asmare, pois afeta na forma como os associados relacionam entre si e com a própria associação.

5.2.8.3 A imprecisão das regras

Para alguns associados, as regras na Asmare sempre existiram, porém elas não são claras, trazendo enormes conflitos de relacionamento. Afirmam que, antigamente, para filiar à associação, os interessados deveriam fazer um curso para conhecer a história da Asmare e também aprender sobre o trabalho, os direitos e os deveres de um associado.

“Tem um bom tempo que as pessoas chegam à Asmare querendo trabalhar, mas não sabem as regras. Não tem esse curso mais. O apoio que a gente tinha antes era da Pastoral e hoje não tem mais esse tipo de apoio pra fazer esse curso. . . . Têm muitas pessoas novatas que não conhecem a real história da Asmare. Por exemplo, têm pessoas que entram na Asmare hoje, como é o caso do [associado] que talvez se tivesse feito um curso não teria dado esses problemas”. (presidente da Asmare).

Com o passar do tempo, esses cursos não foram mais ofertados e os novatos passaram a entrar para a Asmare sem entender os mecanismos do trabalho associado.

O fato de não exporem as regras no momento que novas pessoas entram para a Asmare desencadeou problemas também, pois, algumas pessoas começaram a tratar a associação como se fosse um depósito particular, onde cada um tem os seus direitos, mas os deveres não são claros ou pelo menos não se conversa sobre eles. A seguir, traremos um exemplo para melhor compreensão desse cenário.

Logo após o encerramento do convênio, a Asmare cancelou o contrato com a empresa que disponibilizava caminhões e motoristas para realizarem a coleta nas empresas, a serviço da associação, para os dois galpões. No caso do galpão da Contorno, a diretoria antiga repassou várias coletas importantes para alguns catadores que possuem veículos automotores. Todos os contratos de parceria com as instituições foram mantidos e a Asmare continuava se responsabilizando pela coleta, destinação adequada e entrega de relatórios, todavia somente um associado se beneficiava com a comercialização do material. A diretoria antiga transferiu a doação para um associado sem deixar claro o prazo, a contrapartida, as responsabilidades.

Essa situação gerou inúmeros problemas internos com os catadores que utilizam carrinhos manuais, pois colocou alguns catadores em posições diferenciadas e se sentindo donos de pontos de coleta, além de acarretar o endividamento da Asmare (tema tratado em outro tópico), pois as doações desses materiais asseguravam o pagamento dos “diaristas”.

Segundo um catador da Contorno, “tem catador aqui que manda e desmanda como se fosse dono da Asmare”, “a história da Asmare é boa, o que não é bom são algumas pessoas mesmo”. Ele disse ainda que, sua maior indignação é quanto à distribuição de doações na Asmare, pois esta, além de não ficar clara, também não ocorre de maneira igualitária, ou seja, existem catadores que se beneficiam isoladamente de doações que são da associação. Com isso, alguns associados ocupam uma posição superior aos demais e, novamente, a diretoria tem dificuldades para coibir esta prática.

No caso do galpão da Ituiutaba, o grupo se reuniu e decidiu contratar o serviço de transporte, rateando entre eles as despesas e receitas do galpão. Inicialmente, contrataram dois caminhões e, depois, para reduzirem as despesas, optaram por apenas um veículo. Embora a solução para esse problema tenha sido definida pelo grupo, a questão com a falta de clareza nas regras de horários, de produtividade, dentre outras, também é frequente, conforme relato desta associada: “Conheço pouco [as regras]. Acho que não funciona aqui. Nem deveres e nem [direitos]. . . . O certo mesmo era tirar a cópia das regras e deveres e entregar para cada associado prestar atenção. A partir de hoje, vamos seguir o que está escrito aqui, entendeu?” (triadora).

Na tentativa de compreender essa questão podemos arriscar em dizer que as regras sempre existiram para aqueles que conhecem toda a trajetória da Asmare, conforme ilustra o relato desta associada: “Não precisa saber ler para entender as coisas, precisa querer. [As regras] são claras, mas [o associado] não cumpre” (vice-presidente da Asmare). Observamos também que os associados novatos desconhecem as regras que um dia foram escritas, passando a impressão de que elas não existem ou que eles não aceitam as regras impostas pela organização.

5.2.8.4 Dificuldades no enfrentamento dos problemas

A questão mais recorrente apontada pelos associados no que tange aos conflitos nas relações interpessoais está relacionada ao comportamento inadequado de alguns associados e à dificuldade no enfrentamento desses problemas.

Para exemplificar, vários associados citaram as atitudes de um catador do galpão da Contorno que persiste em descumprir as regras. Segundo eles, esse catador costuma se apossar das doações da Asmare ao ficar no portão recolhendo os materiais que pertencem ao coletivo; utiliza o portão da associação para distribuir cartões pessoais; costuma realizar a separação dos materiais no passeio da Asmare, provocando sujeira, desorganização, denúncias da comunidade vizinha e multas da prefeitura; utiliza seis box de triagem com acúmulo de sujeira; provoca brigas e discussões no ambiente do trabalho.

Embora a diretoria da Asmare tenha vários motivos para efetuar o desligamento desse catador, na prática, essa questão é bastante complexa e razão de muitos descontentamentos.

Apesar dos membros da diretoria reconhecerem os seus limites no enfrentamento de problemas que persistem há muitos anos na Asmare, segundo eles, dependendo da sua gravidade, costumam adotar algumas medidas. “Na verdade, a diretoria não tá sentando ali só pra dar uma suspensão. A ideia da gente não é só de punir as pessoas, é de sentar, de dialogar né?” (presidente da Asmare).

Observamos que os associados têm clareza de que a diretoria tem autonomia para tomar as medidas necessárias: advertir verbalmente, se o problema persistir, entregar uma advertência por escrito e se ainda assim não houver mudanças, formalizar o desligamento da pessoa.

Entretanto, essas medidas não se aplicam a todos os associados, pois, conforme exposto anteriormente, a relação familiar, as amizades e os receios de um confronto, muitas vezes, dificultam a firmeza no posicionamento. “Dependendo do conflito, quando é coisa mais leve, às vezes, a gente [reúne] senta só a diretoria e resolve. No caso do [associado] que foi bem grave, a gente chamou a assembleia” (presidente da Asmare).

Para solução desse problema específico que causou muitas brigas no ambiente de trabalho, após várias tentativas de diálogo, advertência verbal, por escrito e mediação jurídica, a nova diretoria convocou uma assembleia. Durante a assembleia extraordinária, o coletivo

deliberou pelo desligamento do associado, caso ele não liberasse os Box e desobstruísse a porta da Asmare em um curto prazo.

Apesar do respaldo coletivo, o problema não foi solucionado e, no momento de assinarem o termo de desligamento, a diretoria recuou e definiu um novo prazo para esse associado regularizar a situação, sendo que o problema permaneceu. Essa decisão da diretoria causou insatisfação, discordâncias dos associados e descrédito na nova diretoria pela sua falta de firmeza. “Não é fácil trabalhar com muita gente. O [antigo administrador] era rígido, cobrava, dava suspensão, expulsão. Ele tinha esse poder. A gente deixou muito a desejar, porque a gente é a mesma categoria, né?” (vice-presidente da Asmare).

Suas falas levantam questões que merecem aprofundamento. As normas e valores presentes nos dois galpões. A valorização do saber de um agente externo e a insegurança da diretoria em tomar as decisões que foram deliberadas pela assembleia. Tanto a nova diretoria quanto o conjunto de associados têm clareza da importância de tomar uma atitude em relação ao associado que causa problemas e outros que provocam tensões na associação, todavia, seus relatos trazem à tona a necessidade de um agente externo para tomar a decisão por eles.

6 OS DESAFIOS DA NOVA DIRETORIA

“Assumimos a Asmare num momento muito delicado. Num momento complicado. O desespero em relação às dívidas que tem. Eu acho que pegamos a Asmare num momento muito difícil, mas também num momento de mais desafios, sabe? Foi a experiência mais rica da minha vida, sabe? . . . Nem eu esperava que fosse chegar aonde eu cheguei, não é pra mim, com coisas materiais, pois eu não recebo benefício nenhum, né? Mas nunca pensei que fosse passar por essa experiência na Asmare, de ver os resultados, tudo o que aconteceu, as mudanças, o que a gente já pagou, mesmo sem ter estudo, sem ter muita experiência de negociar coisas, preços, entendeu? . . . ver as coisas darem certo, isso é a nossa maior vitória”. (presidente da Asmare).

Durante o processo eleitoral, alguns associados expressaram aos técnicos do INSEA a importância da alternância nos cargos da diretoria, indicando novas pessoas que fossem sensíveis à história da Asmare, que se preocupassem com a imagem da associação e os problemas que enfrentava, além de alimentarem expectativas em relação à busca de novas parcerias e novos doadores.

A nova diretoria passou a ser composta por quatro pessoas, sendo a presidente uma jovem que trabalha na catação desde os cinco anos de idade. Sua experiência na Asmare iniciou em 1993, atuou durante um período no galpão situado à Rua Curitiba e, em 2002, essa unidade foi desativada e a prefeitura inaugurou o galpão localizado à Rua Ituiutaba, onde hoje a presidente atua como triadora. Embora tenha participado das comissões de trabalho, nunca havia assumido o cargo de direção.

A vice-presidente também trabalha na catação desde os oito anos de idade, atuando na Asmare desde sua fundação, no galpão da Contorno. Inicialmente, atuou como catadora e depois suas atividades se concentraram na triagem, mas também em palestras, representando a associação em eventos, além de acompanhar o público encaminhado pela pastoral de rua e em cumprimento de pena. Por diversos mandatos assumiu o cargo de animadora geral, isto é, uma denominação utilizada na associação que equivale ao cargo de presidente.

O tesoureiro sempre atuou no galpão da Contorno, entrando na associação no final da primeira década fazendo a triagem e, depois, assumindo a função de balanceiro. Logo que os técnicos saíram da Asmare, ele acumulou outras tarefas naquele galpão, tais como: contato com os compradores, preenchimento de recibos e realização dos pagamentos. A experiência como integrante da diretoria era nova para ele.

Já a secretária, atuava na triagem e havia ingressado há poucos anos na Asmare. Parece ter sido escolhida para esse papel pelo posicionamento participativo durante as reuniões de discussão da alteração do estatuto.

Enfim, com exceção da atual vice-presidente que, desde os anos 90 era reeleita pelo grupo como animadora geral, a experiência na direção era uma novidade para os demais membros.

Reunir com a nova diretoria se tornou uma rotina no primeiro ano da pesquisa e com menor frequência no segundo ano. No início do seu mandato, por diversas vezes, os novos membros verbalizaram não se sentirem seguros para assumirem aquela tarefa, apesar de terem enorme conhecimento sobre o funcionamento da associação. Dessa forma, nos encontramos diante de um grupo novo assumindo a gestão da Asmare e sinalizando suas preocupações com as novas tarefas, pois a associação não tinha recursos para contratar os profissionais que sempre cuidaram do setor administrativo e financeiro.

Essas mudanças impactaram nas funções e na organização do trabalho, uma vez que cada membro da diretoria continuava realizando suas atividades e acumulava tensões por assumir as responsabilidades de um cargo para o qual não se sentia preparado. Todos eles explicitaram a necessidade de compreender a gestão administrativa, entender as rotinas financeiras para compartilharem com o coletivo, expondo o receio ao assinar cheques, dificuldades para entender o texto de antigos e novos contratos que precisavam ser assinados, organizar os documentos e processos, além de enfrentar os problemas de relações interpessoais no cotidiano. Foi nesse contexto que mencionaram estarem vivendo um momento de crise.

6.1 Os limites da atividade no escritório

Na etapa inicial da pesquisa, percorremos todos os espaços de trabalho dos galpões e decidimos focar a nossa atenção no escritório, com o objetivo de entender sua dinâmica. Enquanto observávamos o funcionamento do escritório, identificamos nos computadores da Asmare planilhas para controle das informações de produtividade e financeiras, contudo, os associados não tinham familiaridade com elas. Esse desconhecimento parecia desencadear um constrangimento e expectativas de que alguém faria esse controle, possibilitando ao grupo entender melhor as receitas e as despesas. Durante as reuniões com a diretoria e com os

associados, estes afirmavam que não entendiam por que o pagamento não era suficiente se havia tanto material sendo comercializado. E nem por que chegavam tantas cobranças de dívidas na Asmare.

Com isso, a diretoria passou a se reunir semanalmente no galpão da Contorno para acompanhar a finalização do processo financeiro. Desse modo, afloraram os conflitos pela falta de clareza e dificuldade no entendimento de como se faz uma prestação de contas.

Nesse período, cinco associados, sendo dois de um galpão e três de outro, foram acompanhados pela nossa equipe na realização de suas atividades. Foi quando esbarramos no limite de não compreender como produzir uma planilha. Esse exercício, além de complexo, também mobilizava o interesse em novos aprendizados e decidimos buscar conhecimentos nessa área com o pessoal do INSEA, que prontamente nos apoiou na produção, juntamente com os associados, de planilhas que pudessem ser úteis e de fácil manuseio.

Inicialmente, organizamos todas as informações que achavam necessárias, como por exemplo, o controle da produção, e elaboramos planilhas com os associados dos dois galpões. Fizemos muitos testes e aprendemos juntos, até chegar a um desenho que possibilitasse aos associados alimentarem com informações que consideravam importantes e, ao final, tivessem condições de visualizar toda a movimentação financeira para a prestação de contas semanal, sem a necessidade da ajuda de terceiros.

Ao longo do primeiro ano da pesquisa foi possível perceber que havia muitas dificuldades no manuseio do computador, dos programas e também na compreensão dos controles. Os tempos e habilidades de cada um são distintos, exigindo da equipe técnica, da pesquisadora e dos estagiários de psicologia, muita atenção para que todo o processo fosse educativo e flexível, uma vez que tais procedimentos eram aprimorados à medida que os associados avançavam na compreensão da ferramenta.

6.2 A gestão das particularidades

Em relação ao galpão da Contorno, percebemos que o tesoureiro, inicialmente, se mostrava arreadio com o fato de dividir suas atividades de escritório com outras duas associadas, uma que ocupava o cargo de secretária na diretoria e a outra que, embora tenha vivido toda a história da Asmare, sempre apoiou o escritório fazendo serviços externos. Além de o tesoureiro estar habituado a “guardar as informações na cabeça”, como ele mesmo dizia,

ou anotar no papel, demonstrava desinteresse com a informática e parecia temer a perda daquela função. Todavia, à medida que nosso trabalho avançava e as reuniões com a diretoria ocorriam sistematicamente às sextas feiras, ele verbalizava que o fato de dividir aquela tarefa permitia um tempo maior de dedicação ao setor operacional.

Importante destacar que esse processo possibilitou que novos associados dos dois galpões experimentassem o desenvolvimento das operações administrativas e financeiras da Asmare, atividades que, desde os anos 90, sempre foram realizadas por outros profissionais, técnicos externos à associação.

Tendo em vista a complexidade nos controles administrativos e financeiros do galpão da Contorno, uma das associadas ficou responsável pelo lançamento e controle de toda a produção dos catadores. Duas vezes na semana ela recebia o caderno com as anotações feitas pelo balanceiro e, em seguida, organizava os dados em uma outra planilha desenvolvida especialmente para o controle da produção dos catadores da Asmare. A outra associada ficou responsável pelo lançamento das atividades dos diaristas, do controle de fardos produzidos pelos prensistas, das vendas, despesas e preenchimento dos cheques para pagamento.

A presidente da Asmare, em vários momentos, expressou suas dificuldades em compreender o fechamento de caixa semanal

“No caso da Contorno, eu não consigo ter clareza do fechamento, isso é bem grave né? . . . Eu não tenho muito estudo. Na verdade, eu participo do fechamento dos dois [galpões], mas na Ituiutaba eu consigo entender o fechamento, desde uma tampinha que vende até o que faz, eu consigo entender. Até por que eu participo de lá. De tudo”. (presidente da Asmare).

Suas dificuldades faziam aflorar questionamentos. No entanto, apesar de todos os esforços na tentativa de assegurar maior transparência na prestação de contas, no galpão da Contorno os conflitos e insatisfações permanecem, pois ainda persistem as diferenças de valores entre os diaristas e a incompreensão a respeito de alguns dados financeiros. As dificuldades de comunicação que ainda persistem, entre os membros da diretoria e associados do escritório que fazem o fechamento do caixa, parecem contribuir para a permanência desses problemas.

Para assegurar o pagamento de todas as despesas semanais, durante muitos anos, os associados utilizavam estratégias de contraírem empréstimos junto aos atravessadores. À medida que a nova diretoria passou a entender melhor a movimentação financeira, o grupo avaliou que fazer empréstimos colocava a Asmare numa relação de dependência com o comprador.

No caso da Contorno, como um dos fatores dos empréstimos feitos pela Asmare estava relacionado ao pagamento de valores fixos aos diaristas, sem a garantia de que teria receita para esta finalidade, a nova diretoria, logo que assumiu a gestão, avaliou a função de cada diarista, conversou com eles e ofereceu box de triagem para alguns, reduzindo a sua quantidade. Assim, quando a receita da semana é menor, se tornou uma prática, os diaristas não receberem integralmente os seus pagamentos, acumulando para outra semana, no caso de conseguirem melhor receita. Dessa forma, o grupo resolveu o problema dos empréstimos, mas resolveu parcialmente a questão do pagamento dos diaristas.

Como a associação não possui capital de giro e também não tem como prever a receita da semana, os dois galpões trabalham com incertezas em relação à quantidade de material, em relação aos preços, e se as vendas da semana serão capazes de suprir às necessidades daquele período.

No caso da Ituiutaba, a discussão de interromper os empréstimos ocorreu com todos os associados do galpão. Após analisarem suas despesas, decidiram cortar alguns contratos e eles próprios assumiram os serviços que eram feitos por terceiros.

Logo que tomaram conhecimento da realidade financeira da Asmare, a nova diretoria negociou o parcelamento da dívida com um dos principais compradores e ao final da pesquisa já não havia esta pendência.

Também em relação ao galpão da Ituiutaba, os associados que trabalham no escritório passaram a controlar sozinhos os fechamentos da produção e também a realizarem a prestação de contas ao grupo, semanalmente. A demanda de apoio técnico para esta atividade passou a ocorrer em situações especiais como, por exemplo, ajustes na planilha.

Embora as atividades desse escritório sejam mais simples do que aquelas desenvolvidas no galpão da Contorno, as tensões nesse local de trabalho também foram observadas. Contudo, costumam se reunir com maior frequência para tomarem decisões coletivamente. Normalmente, discutem sobre a queda na renda, a exigência da meta de produção da triagem naquela semana, a paralisação das atividades nos feriados, rotatividade de pessoas no caminhão, na empilhadeira, no escritório, sobre a contratação ou não de transporte para realizar coleta, participação em reuniões, problemas com o uso de bebidas, desconfianças entre eles etc.

Chamou a nossa atenção uma prática desenvolvida por eles onde cada associado recebe uma folga remunerada de uma semana por ano. O período é definido por meio de

sorteio. O valor da folga semanal equivale a R\$350,00 e a associada do escritório inclui esse valor na despesa do grupo, mesmo que o rateio daquela semana seja inferior.

Outro arranjo criado neste galpão e que, além de fortalecer os vínculos sociais, motiva a participação dos associados, refere-se ao presente de aniversário. Todos eles recebem uma quantia de R\$50,00 na semana que fazem aniversário, além de ganharem o dia de folga.

O fato de só existirem essas práticas no galpão da Ituiutaba, nos fez pensar que seria interessante trazê-las para serem discutidas durante as assembleias gerais, o que poderia permitir sua incorporação pelo galpão da Contorno. Essas assembleias poderiam igualmente ser retomadas como espaço mais amplo de discussões.

No período em que havia a gestão colegiada, segundo os próprios associados, as regras de convivência eram sempre colocadas à prova, porém o administrador daquela época, cuja presença era diária na associação, minimizava tais problemas buscando o diálogo, mas também aplicando advertências. Embora sua forma de administrar não tenha sido aprovada unanimemente pelos associados entrevistados para esta pesquisa, é certo que ele conquistou novas oportunidades para a associação. Ao se desvincular da Asmare, parece ter deixado um vazio no sentido da falta de clareza em relação às regras, mas também das formas mais adequadas de se mediar os conflitos.

A despeito disso, nossos estudos não encontraram iniciativas no sentido de preparar os associados da Asmare para assumirem sua gestão administrativa e financeira antes de finalizar o convênio. O convênio foi extinto, os técnicos contratados foram embora e a Asmare, apesar de ter sido espelho para muitas associações no país e internacionalmente, se encontrou órfã, tendo ido solicitar uma assessoria externa que pudesse continuar a conduzir seus processos decisórios. Neste momento, com apenas dois galpões e sem os técnicos, são inúmeros os desafios impostos à gestão destes espaços.

Com isso, a nova diretoria da Asmare vem forjando formas diferentes de organização do trabalho, tentando construir o diálogo nas assembleias e reuniões, tomando decisões isoladas ou coletivamente (em alguns casos, recuando quando ocorre pressão coletiva), vivenciando perdas de contratos e ganhos com o estabelecimento de novas parcerias, demonstrando gestos de solidariedade, encarando ou lidando com dificuldade com os conflitos, buscando caminhos sonhados por eles, mas também desenhados por tantos atores que passaram por sua história.

7 DISCUSSÃO FINAL

*“Antes, a gente tinha técnicos que faziam as coisas pra gente.
A gente triava o material, pesava e recebia o pagamento.
A gente não entendia por que o pagamento dava 500 ou 600 reais.
A gente só recebia e pronto.
Agora, a gente negocia a venda,
sabemos por quanto estamos vendendo o nosso material,
quanto custa o conserto de uma prensa,
quais são as nossas despesas,
o que podemos pagar nessa semana ou na próxima.
Entendemos porque estamos recebendo aquele valor na semana”.*
(presidente da Asmare).

Como já foi dito na introdução deste trabalho, a trajetória da autora com os catadores em diversos lixões de Minas Gerais teve início em 2001. Naquela época, fazia parte da equipe da Pastoral e sua atuação consistia em levar a experiência da Asmare para outras cidades. No mestrado, reviveu toda a história de luta desses trabalhadores, vivendo cada semana com eles, observando, escutando, conversando e desenhando o tom do campo. Como disse um dos associados, “pra você entender melhor a Asmare, precisa vir no dia que o bicho pega, quinta e sexta feira, aí, Ângela você vai entender direitinho como isso aqui funciona”. Nesses dois dias, há muita movimentação dos associados nos dois galpões, pois realizam o fechamento da produção, a comercialização e os pagamentos. “Pra você conversar com a gente com tranquilidade, melhor vir na segunda ou terça feira, quando podemos parar um pouco as nossas atividades”. Dessa forma, fomos interagindo e buscando compreender como os antigos e novos protagonistas da Asmare produziam seus saberes naquele ofício.

Desde o início do mestrado, em 2015, a autora procurou ficar ainda mais atenta às falas, aos silêncios, aos ruídos de cada dia, às contradições que se apresentavam no cotidiano do trabalho, evitando, na medida do possível, as naturalizações e os endereçamentos. Isso não foi simples, pois tanto o trabalho dos catadores tem a sua complexidade quanto o trabalho na pesquisa, além disso, por diversas vezes, os catadores pediram para conversar com a autora separadamente. Queriam um tempo para confiar experiências de vida e iniciavam com a pergunta: “você é psicóloga, né”?

A experiência acadêmica com os associados da Asmare levou-a a refletir sobre a organização do trabalho do catador, buscando entendê-la em toda sua complexidade. E foi com esse espírito que problematizou, questionou os ruídos e assumiu o compromisso ético e afetivo com o desenvolvimento mútuo. Durante a pesquisa, foram inúmeros os momentos de troca de conhecimentos, onde se compartilhou novas perguntas e foram levantados questionamentos aos pesquisadores. “por que você faz tantas perguntas?”, “tem certeza que quer conversar comigo? Tem tanta gente aqui acostumada com entrevista e eu não sei muita coisa. Só sei fazer o que faço: triar”.

Durante os encontros entre pesquisadores e associados, várias contradições se despontavam, explicitando a necessidade de rever as normas da associação. Um dia, no galpão da Ituiutaba, a autora foi indagada pela presidente da Asmare quando conversavam sobre os critérios para admissão de novos associados. Ela questionava por que a associação não poderia oferecer trabalho a uma menor que criava sozinha seus dois filhos pequenos. “Por que você não tem as respostas para as minhas perguntas?” Preocupada com os riscos do seu engajamento e atenta para não ser arrogante ou impor seus valores, ela costumava dizer que não tinha respostas, mas que poderiam levar aquela questão para ser refletida coletivamente. Percebia que por trás daquela pergunta havia o questionamento a respeito das normas que deveriam reger o cotidiano da associação.

Outro fato ocorrido no galpão da Contorno a fez refletir sobre as relações construídas naquele grupo: os valores e as normas ali presentes. Naquele dia, conversavam sobre o roubo de material doado por uma instituição para reforma elétrica naquele galpão. Eles registraram o boletim de ocorrência e fizeram o diálogo com o associado que fazia a vigilância durante o roubo. O antigo regimento interno determinava que esse tipo de conduta seria motivo de exclusão do quadro de associados, todavia os membros da diretoria se reuniram, refletiram sobre o assunto e ofereceram um box de triagem para que aquele associado não ficasse sem trabalho, e sim, mudasse de função. Durante a pesquisa, ocorreram vários episódios semelhantes e ouvimos com frequência falas como esta: “aqui a gente não exclui ninguém. A gente veio da rua, fomos excluídos durante muito tempo e não podemos fazer o mesmo”.

A equipe de pesquisadores, composta pela autora e os alunos estagiários, observava aquelas cenas repletas de solidariedade que seguiam na contramão das normas, de um conjunto de regras escritas e essas atitudes representavam lições, fazendo crescer a admiração pelo grupo, pela maneira como faz valer os seus valores que não estão escritos em nenhum lugar.

A autora se fazia muitas perguntas e conversava sobre elas com a orientadora que teve um papel fundamental nesse processo. “Como o vínculo reflete em mim e como isso vai reverberar”? “Como manter o distanciamento quando o vínculo é carregado de afetividade”? “Como lidar com os meus preconceitos”? “Será que a minha hipótese está anulando as minhas descobertas”? “Será que estou dando conta de escutar os valores do grupo e diferenciá-los dos meus valores”?

Depois de um tempo mergulhada no campo, optou pela perspectiva da pesquisa ação. Acreditava que esse método possibilitaria construir com os catadores ferramentas que pudessem aprimorar sua gestão, mas o tempo não foi suficiente para isso. Essa constatação foi frustrante, pois sempre remetia à etapa do pré-projeto. Com muita receptividade, eles também faziam muitas perguntas: “o que vai acontecer depois da pesquisa”? “como essa pesquisa pode nos ajudar”? “qual vai ser o nome do livro que você está escrevendo”?

A Asmare sempre acolheu universidades e escolas para o desenvolvimento de pesquisas e visitação de alunos. Com isso, era constante a presença de pesquisadores de todas as partes do mundo, mas, segundo os próprios associados, nem todos retornaram para apresentar os resultados ou discutir com eles. Neste sentido, todo o nosso percurso metodológico considerou um tempo maior para as discussões, ainda que não tenha sido possível realizar isso com os dois galpões, com a mesma frequência. E novas perguntas em forma de novas demandas emergiam dessas discussões. Se a pesquisa poderia contribuir com a discussão e a elaboração de um novo regimento interno, considerando o atual contexto, as diferenças dos dois galpões e as dificuldades de leitura ou trazer outro tipo de contribuição.

Ao longo deste estudo, a autora foi questionada pela complexidade na escolha do tema e do grupo estudado. A pesquisa trouxe à tona a trajetória, os esforços empreendidos e as limitações dos catadores considerando o ápice das conquistas e também das perdas. Durante todo o processo, recorreu aos estudos sobre a Asmare, sempre atenta às diferenças de olhares dos autores, mas, principalmente, preocupada em captar o que o campo mostrava sobre a nova gestão e suas estratégias de desenvolvimento.

Colocar uma luz nas vozes dos catadores, em um capítulo inteiro, também foi alvo de críticas, pois corria o risco de enfatizar suas fragilidades e deixar de lado os avanços dessa experiência. Enquanto debruçava em organizar a empiria, novas perguntas a perseguiram. “Será que devo mostrar tudo”? “Por que tratar de todas as questões arroladas pelos catadores”? “Será que deveria fazer escolhas”? A despeito disso, decidiu correr o risco de

expor suas interpretações a respeito da crise e confiar na empiria que sustentou, deste o início, este estudo.

Várias contradições emergiram ao longo da pesquisa por meio das falas e dos questionamentos feitos durante as rodas de conversa que ocorreram nos dois galpões. A autora ainda está digerindo todas essas questões, com profundo respeito às palavras dos catadores que foram a ela confiadas, buscando apreender como valorizavam as iniciativas dos parceiros que sempre os acompanharam desde antes da fundação, mas também compreender suas críticas em relação à interferência de alguns técnicos e, inclusive, à sua própria atuação. Afinal, a Asmare, desde que foi criada, foi modelo para inúmeras experiências de associações e cooperativas de catadores. Compreender como esse modelo vem forjando essa nova etapa significa destacar a força desse grupo repleto de sentidos e significados.

Analisando todas as alterações feitas no estatuto, observamos que elas revelam uma parte da história da Asmare e que, desde a sua origem, com ou sem profissionais contratados para a gestão, a associação nunca parou suas atividades. Seu funcionamento não foi exatamente como estava no estatuto, tendo sido observado um deslocamento do texto do estatuto em relação à realidade. Por exemplo, na última alteração, extinguiu-se a comissão coordenadora composta por sete comissões de trabalho em função das queixas expostas pela diretoria anterior a respeito da não funcionalidade dessas comissões. Se quando elas foram criadas o desafio era fazer com que os trabalhadores pudessem participar mais ativamente das decisões, na última alteração, enxugou a diretoria, mas também não resolveu o problema da participação em um dos galpões.

Dentre os problemas que a Asmare ainda enfrenta, percebemos a necessidade de maior aprofundamento no processo administrativo e de controle financeiro do galpão da Contorno, além de buscar privilegiar os espaços coletivos para discutir as receitas e despesas da semana. Essa estratégia pode estimular a transparência nas informações, fortalecer os laços de confiança em relação ao pessoal do escritório e evitar a “greve” de alguns catadores que discordam dos valores pagos pela associação.

Percebemos, ainda, a necessidade de retomarem os cursos para discutirem sobre a história da Asmare, o espírito do associativismo, os direitos e deveres dos associados, na tentativa de fortalecer o sentimento de pertencimento. Quando alguns associados não se sentem pertencendo àquele grupo, eles acionam a justiça, mesmo não tendo vínculo trabalhista. Isso sugere que não se sentem parte da associação. Com a ausência desses cursos, as pessoas vêm para a associação, mas não se sentem como parte efetiva de uma cooperativa

onde a solidariedade é um princípio. Sintoma disso são os inúmeros problemas, entre eles as “greves” e as ações trabalhistas, que sinalizam uma disfunção do modelo.

As pessoas têm as suas singularidades e os dois galpões também. Os tempos e dinâmicas de cada galpão sempre foram diferentes e nosso estudo buscou compreender suas possibilidades, seus limites e suas contradições.

Dois meses antes da defesa do mestrado, foi realizada uma roda de conversa no galpão da Ituiutaba e, para surpresa da autora, todos os associados pararam suas atividades por uma hora e meia. Nesta devolutiva, observou como recebiam com interesse as questões levantadas por eles no estudo, fazendo críticas e complementando. À medida que a conversa avançava, apresentavam propostas de ajustes no texto. Referindo-se às estratégias para o enfrentamento de alguns problemas, eles advertiram que algumas coisas haviam mudado e pediram para a autora corrigir no seu texto. Explicitaram ainda a importância desse diálogo com os associados do outro galpão. “Você vai fazer essa conversa no galpão da Contorno também, né?” “Lá também têm os assuntos que é deles, né”? No galpão da Ituiutaba, quase a totalidade é composta por jovens, filhos e parentes dos catadores históricos que atuam ou atuaram no galpão da Contorno. Os associados com mais tempo na organização relataram terem participado de capacitações para entrarem na associação e conviveram com a presença de engenheiros, administradores e outros profissionais contratados que desenvolviam suas atividades no escritório. Seus relatos demonstram o reconhecimento da importância desses técnicos que passaram por ali e também a satisfação de compreenderem como ocorre atualmente toda a rotina da gestão do trabalho. Ficou evidente que aquele grupo tinha clareza dos seus problemas, seja no contexto urbano ou na organização interna.

Se no início da Asmare as condições de vida dos associados pareciam homogêneas, observamos que, ao longo dos anos, a realidade modificou para alguns catadores históricos que trabalham no galpão da Contorno. Eles se tornaram empreendedores, com moradias dignas, veículos próprios, fruto de muito trabalho. Essas mudanças também refletem na maneira como se relacionam com a associação, utilizando mais de um box, negociando individualmente os seus materiais diretamente com os compradores e despertando animosidades com os demais associados. Tudo isso gera a necessidade de discutirem as diferenças que surgiram.

Neste sentido, consideramos a necessidade de se priorizar os espaços coletivos para refletirem sobre o real sentido do trabalho em um contexto cooperativo.

Notavelmente, este estudo nasceu exatamente da renúncia do suporte financeiro governamental à Asmare. Embora a ruptura do convênio tenha sido o indutor da crise na Asmare, ela também impulsionou sua saída de uma certa zona de conforto, fazendo com que o grupo forjasse sua própria gestão. Havia um desconhecimento geral da dívida e de como funcionava o escritório. Essa experiência levou o grupo a desenvolver um novo planejamento financeiro para arcar com as despesas e também se apropriar da gestão da associação. Apesar de todas as dificuldades relacionadas aos aspectos administrativos e financeiros, os associados se organizaram e estão quitando as pendências financeiras antigas. Também realizam assembleia anual com os associados dos dois galpões para apresentar esses resultados, favorecendo os esclarecimentos. A perda do convênio trouxe problemas, mas também abriu possibilidades.

Ao problematizarmos se a Asmare, em algum momento da sua trajetória teria sido efetivamente autogestionária, compreendemos que se tratava muito mais de uma cogestão, uma vez que, durante muitos anos, parte da gestão era feita pelos próprios associados e a outra era feita por uma equipe técnica. A saída desta última parece ter possibilitado à Asmare forjar uma nova configuração.

Percebemos que, desde então, é mais visível o saber produzido pelos catadores, pois, apesar do contexto de crise, a associação está em pleno movimento, sem negligenciar os seus conflitos, tomando decisões a partir dos valores e conhecimentos adquiridos.

Ao voltarmos o nosso olhar para toda a caminhada da Asmare, ao longo de quase 30 anos, compreendemos melhor essa remodelagem. O material reciclável continua sendo disposto em sacos nas ruas e os catadores o recolhem e o levam para o galpão. Lá tudo se separa: o papel, o plástico, o vidro, o metal. E depois os materiais se juntam novamente na perspectiva de agregar valor. Valor que assegura a sobrevivência daqueles trabalhadores e também que, apesar de toda a complexidade na gestão do trabalho, fortalece seus laços de solidariedade.

E assim, finalizamos esta escrita com um questionamento feito por Freitas (2005) quando ainda estava imbuída das histórias de vida dos catadores e da sua vivência como agente de pastoral:

A situação de precariedade em que viviam aquelas pessoas fazia com que muitos da equipe, em determinadas circunstâncias, desconfiassem das reais chances de transformação daquele espaço e daquelas vidas, e se questionassem sobre a possibilidade de pessoas tão caídas darem conta de sustentar um projeto coletivo de luta por direitos e dignidade. Não seria utopia demais investir tempo e energia em

vista de organizar esses atores sociais que estavam inseridos em uma realidade tão complexa, como é a exclusão social, e que sobreviviam em situação de rua? (Freitas, 2005, p.204).

Embora todo o trabalho desenvolvido tenha sido fruto de muitas utopias e as falas atuais dos associados demonstrem certa fragilidade dos critérios adotados, em geral, no cotidiano da Asmare, observamos que há sim, um critério muito forte, ou melhor, um valor cristalizado: a não exclusão do trabalho, pois sabem que é por seu intermédio que se “reciclam vidas”.

*“Foi através da Asmare que eu consegui criar meus filhos.
A Asmare é tudo pra mim. As pessoas podem não acreditar mas é.
Eu vim para a Asmare eu não era ninguém. Aqui que eu recobrei minha cidadania.
Aqui que eu descobri outro mundo. Aqui que eu parei de beber.
Aqui que eu parei de tudo. Conheci uma família foi através da Asmare.
Eu ia parindo menino, mas não sabia o que era ser uma mãe.
Ter uma responsabilidade. Eu sabia que tinha que dar comida, mas e aí?
É muito mais do que dar comida, né? É fazer do seu filho cidadão.
Foi através da Asmare”. (vice-presidente da Asmare).*

REFERÊNCIAS¹⁶

- Alves, Z. M. M. B. e Silva, M. H. G. F. D. (1992, fev/jul). *Análise qualitativa de dados de entrevista: Uma proposta*. Paidéia, FFCLRP/USP, Ribeirão Preto, n.2, p.61-69. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/29512>>.
- Andrade, H. S., Figueiredo, G. e Faria, C. A. P. (2008). A trajetória histórica e organizativa da população em situação de risco de rua de Belo Horizonte: a construção de um movimento cidadão. In: Kemp, V. H; Crivellari, H. M.T. (Org.). *Catadores na cena urbana: construção de políticas socioambientais* (p.49-64). Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Antunes, R. (2000). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Antunes, R. e Alves, G. (2004, maio/agosto). *As mutações no mundo do trabalho: na era da mundialização do capital*. (p. 335-351). Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.
- Arantes, B. O. (2010). *Trabalho, adoecimento e rotatividade: Investigação do Setor de Teleatendimento do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Barros, V. A. (2005/julho-dezembro). *A função política do trabalho e a ordem social*. (p. 51-66). Veredas do Direito, Belo Horizonte, v. 2, n. 4.
- Barros, V. A., e Pinto, J. B. M. (2008). Reciclagem: trabalho e cidadania. In: Kemp, V. H; Crivellari, H. M.T. (Org.). *Catadores na cena urbana: construção de políticas socioambientais* (p.65-82). Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Belo Horizonte. (1990). Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, Artigo 151, p.52. Recuperado em 15 de maio de 2017 de: http://www.dhnet.org.br/direitos/municipais/a_pdf/lei_organica_mg_belo_horizonte.pdf
- Borges, J.O. e Kemp, V.H. (2008). A clínica da atividade como alternativa à saúde e à segurança no trabalho informal. In: Kemp, V.H.; Crivellari, H.M.T. (orgs). *Catadores da Cena Urbana, construção de políticas socioambientais* (p. 155-172). Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Brasil. (2002). CBO nº5192. Descrição da atividade do catador segundo o Ministério do Trabalho e Emprego. Brasília, DF.
- Brasil. (2010). Lei nº12.305 de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília, DF.
- Clot, Y. (2007). Conclusão. *A Função Psicológica do Trabalho*. (p.199-203). Tradução: Adail Sobral. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

¹⁶ De acordo com o estilo APA – American Psychological Association.

- Dias, S. M. (2002). *Construindo a Cidadania: Avanços e Limites do Projeto de Coleta Seletiva em Parceria com a Asmare*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Dias, S. M. (2006). Coleta seletiva e inserção cidadã – A parceria poder público / Asmare. In: Jacobi, P. (Org.) *Gestão Compartilhada dos Resíduos Sólidos no Brasil: Inovação com Inclusão Social*. (p.65-86). São Paulo: Annablume.
- Einstein, A. (n.d.). Recuperado em 09 de maio, 2017, de <https://pensador.uol.com.br/frase/NTQ4NzA2/>
- Freitas, M. V. O. (2003). *O catador e o mercado de trabalho*. Palestra realizada durante o Encontro Estadual de Catadores e Técnicos, III, 2003, Sarzedo, MG.
- Freitas, M. V. O. (2005). *Entre Ruas, Lembranças e Palavras. A trajetória dos catadores de papel em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas.
- Hissa, C. E. V. (2013). Pesquisa: fazer o que não se sabe, aprender fazendo. *Entre notas: compreensões de pesquisa* (p.29-46). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Jacobi, P. e Teixeira, M. A. C. (1997). *Criação do Capital Social: O caso Asmare – Associação dos catadores de papel, papelão e material reaproveitável de Belo Horizonte*. Cadernos Gestão Pública e Cidadania. Volume 2. São Paulo.
- Junior, P.L.D. (2003). A Coopamare: origens e a construção da autonomia. *Cooperativa e a construção da cidadania da população de rua* (p.9-53). São Paulo: Edições Loyola.
- Kemp, V. H. (2001). *Práticas Associativas da Economia Solidária e Laço Social*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, PUC, São Paulo.
- Kude, V. M. M. (1997). *Como se faz um projeto de pesquisa qualitativa em psicologia*. (p.9-34). Psico - Revista da Faculdade de Psicologia da PUCRS, 28(1).
- Lima, F.P.A e Oliveira, F. G. (2008). Produtividade técnica e social das associações de catadores: por um modelo de reciclagem solidária. In: Kemp, V.H.; Crivellari, H.M.T. (Orgs). *Catadores da Cena Urbana, construção de políticas socioambientais* (p. 225-248). Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Lima, F. P. A., Varella, C. V. S., Oliveira, F. G. e Rutkowski, J. (2011, dezembro). *Tecnologias sociais e políticas públicas da reciclagem* (p.131-146). Publicação da Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, 4 (2), Ed. Especial.
- Lima, M. E. A. (2003). *A polêmica em torno da centralidade do trabalho na sociedade contemporânea*. FAFICH/UFMG, Apostila do curso de psicologia. (mimeo).
- Lima, M. E. A. (2010). A questão do método em Psicologia do Trabalho. In: Goulart, Iris Barbosa (Org.), *Psicologia organizacional e do trabalho: teoria, pesquisa e temas correlatos* (p. 123-132). 3ª edição. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Neto, O. C. (2002). O trabalho de campo como descoberta e criação. In: Minayo, M. C. S. (Org.), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (p. 51-64). 20a edição. Coleção Temas Sociais. Petrópolis, RJ: Vozes.

- Ogando, A. C., Brito, M., Oliveira, A. R. e Dias, S. (2013). *Estudo de Monitoramento de Economia Informal: Catadoras e Catadores em Belo Horizonte*, Brasil. WIEGO: Manchester, R.U.
Disponível em: <http://www.wiego.org/sites/wiego.org/files/publications/files/IEMS-Belo-Horizonte-Waste-Pickers-City-Report-Portuguese.pdf>
- Oliveira, A. R. e Lima, M. E. A. (2016, setembro). Asmare: Uma experiência de inovação social? *Anais do Simpósio de Socialização da Produção Acadêmica (SSPA) e do I Colóquio em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local (I Colmeia)*. (p.37-44). Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, MG, Brasil. 5
- Oliveira, F. G. (2010). *Processo de Trabalho e Produção de Vínculos Sociais: Eficiência e Solidariedade na Triagem de Materiais Recicláveis*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Faculdade de Engenharia de Produção, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Oliveira, F.G. (2016). *Do “trabalho sujo” à bela obra: O que é triar materiais recicláveis? Um estudo em Psicossociologia do Trabalho*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, FAFICH, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Oliveira, F. G. e Lima, F. P. (2012, fevereiro). *A Eficiência e Solidariedade nas Associações de Catadores de Materiais Recicláveis*. Publicado por Mulheres em Emprego Informal: Globalizando e Organizando (WIEGO), Manchester. Políticas Urbanas, n 22.
Disponível em: http://www.inclusivecities.org/wp-content/uploads/2012/07/Goulart_WIEGO_WP22_pt.pdf
- Oliveira, M. V. (1998). *A população de rua e suas relações de trabalho - os catadores de papel em Belo Horizonte (1988-1998)*. Monografia (Curso de História), PUC - Minas. Belo Horizonte.
- Oliveira, R. M. (2006). *A coleta seletiva como instrumento de construção da cidadania: Um estudo de caso sobre os catadores do município de Timóteo/MG*. Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Auditoria Ambiental do Curso de pós-graduação da Universidad de Las Palmas de Gran Canaria. Florianópolis, Brasil.
- Organista, J.H.C. (2006). *O debate sobre a centralidade do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular.
- Pereira, M. C. G. (2011). *Luta por reconhecimento e desigualdade social: uma análise da experiência dos catadores da Asmare em Belo Horizonte (MG)*. Dissertação de mestrado. Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas, São Paulo, SP, Brasil.
- Pinto, J. B. G. (2014). A pesquisa-ação como prática social. In: Duque-Arrasola, L. S. e Tiollent, M. (Orgs.), *Metodologia, teoria do conhecimento e pesquisa-ação: Textos selecionados e apresentados* (p.132-261). Belém: UFPA, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas.

Rabelo, L. Di B. C. (2014). *Esse trem de fiscalização... o trabalho dos inspetores ferroviários em Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais.

Ribeiro, D. (1995). *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo. Companhia das Letras.

Ribeiro, D. (n.d.). Recuperado em 26 de outubro, 2015, de http://pensador.uol.com.br/autor/darcy_ribeiro

Rutkowski, J. E. (2008). *Sustentabilidade de Empreendimentos Econômicos Solidários – uma abordagem na Engenharia de Produção*. Tese de Doutorado. COPPE/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.